

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012  2015

Relatório de Comunicação à
Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e Fiscalização
do Congresso Nacional (CMO)

**Alterações
do Plano Plurianual
2012-2015**





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012  2015

**Alterações do Plano Plurianual
2012-2015**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) / Alterações do PPA 2012-2015 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

1 v.

1. Planejamento. 2. Plano Plurianual 2012-2015 3. Revisão do Plano Plurianual. 4. Alteração dos Atributos dos Programas Temáticos. 5. Atualização do Valor Global dos Programas. 6. Ajustes de Metas e Iniciativas. 7. Comunicado à CMO. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26 "2012-2015"(81)

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

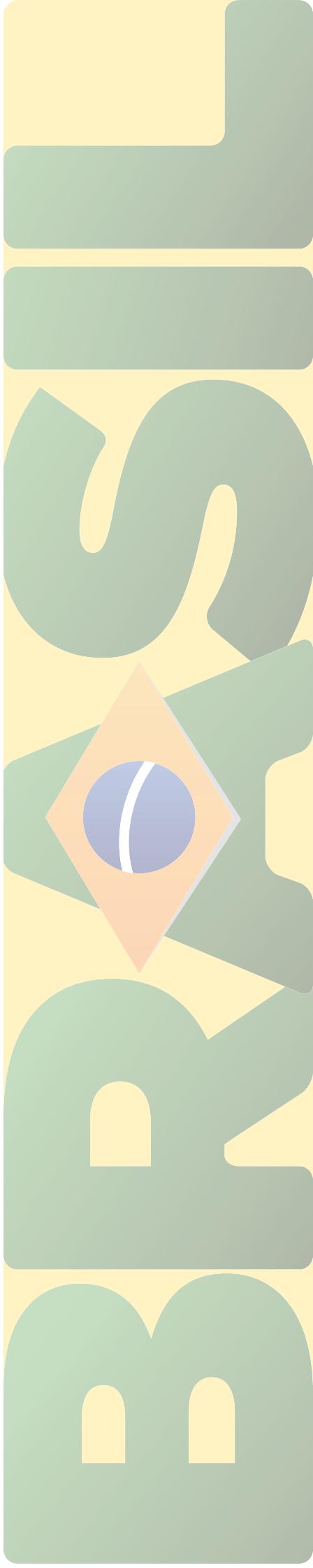
Parte I - Alterações dos atributos dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015	11
2012 - Agricultura Familiar.....	13
2013 - Agricultura Irrigada.....	15
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	18
2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	26
2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude.....	35
2017 - Aviação Civil	38
2018 – Biodiversidade.....	40
2019 - Bolsa Família.....	41
2020 - Cidadania e Justiça	42
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação.....	47
2022 – Combustíveis	48
2023 - Comércio e Serviços.....	50
2024 - Comércio Exterior	52
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	53
2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas.....	56
2028 - Defesa Agropecuária	59
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.....	61
2055 - Desenvolvimento Produtivo.....	64
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.....	66
2030 - Educação Básica	73
2031 - Educação Profissional e Tecnológica	75
2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	77
2033 - Energia Elétrica.....	78
2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	81
2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos	83
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.....	84
2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	85
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional... <td>89</td>	89
2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	91
2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral....	95

2042 - Inovações para a Agropecuária	96
2043 - Integração Sul-Americana	97
2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental	98
2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida	99
2047 - Micro e Pequenas Empresas.....	100
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	101
2049 - Moradia Digna	104
2050 - Mudanças Climáticas	105
2051 - Oferta de Água	106
2052 - Pesca e Aquicultura	107
2053 - Petróleo e Gás	116
2054 - Planejamento Urbano	117
2056 - Política Espacial	119
2057 - Política Externa	120
2058 - Política Nacional de Defesa	123
2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	129
2061 - Previdência Social	134
2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	136
2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	137
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	140
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	142
2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	144
2067 - Resíduos Sólidos	148
2068 - Saneamento Básico	149
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	151
2070 - Segurança Pública com Cidadania.....	154
2071 - Trabalho, Emprego e Renda	161
2072 - Transporte Ferroviário	162
2073 - Transporte Hidroviário.....	164
2074 - Transporte Marítimo	165
2075 - Transporte Rodoviário	170
2076 - Turismo	173
Iniciativas que Deixaram de Constar do Anexo III do PPA em Função da Aprovação da LOA 2013	174
Parte II - Atualização do Valor Global dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do PPA 2012-2015	179

Parte III – Justificativas das alterações realizadas em Metas	
e Iniciativas do PPA 2012-2015.....	219
Metas	221
Iniciativas.....	253

Parte I

Alterações dos atributos dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015



PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 01AO - Disponibilização de insumos produtivos visando ao melhoramento da capacidade de produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 01BE - Ampliação da diversificação da agricultura familiar no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - **(Excluída)**

- 01C4 - Fomento e disponibilização de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, com componente de educação ambiental - **(Excluída)**

- 01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER. - **(Alteração da Iniciativa)**

Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos - (Título original)

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria - **(Alteração da Meta)**

Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0411)

- Inserir 10 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

•Inserir 5000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	250,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	250,00	unidade
Região Sul	3.000,00	unidade

Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	5.000,00	unidade
Região Norte	4.000,00	unidade
Região Sudeste	3.000,00	unidade
Região Sul	10.000,00	unidade

Iniciativas

•01CX - Fomento à diversificação econômica, à agroindustrialização e à produção de base ecológica e orgânica, da sociobiodiversidade e das cadeias de energia renováveis por meio da disponibilização de insumos produtivos, tecnologias e conhecimentos, com apoio à gestão de riscos, visando à promoção e ao fortalecimento da agricultura familiar e das políticas voltadas para o segmento, nos planos nacional, regional e internacional - (Alteração da Iniciativa)

Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, incluindo o apoio às organizações da agricultura familiar para a comercialização durante grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas, Rio +20) - (Título original)

•01D1 - Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para participação nas cadeias de energias renováveis - (Excluída)

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

•030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações; à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres; bem como promoção da cidadania de mulheres rurais contemplando a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e o apoio à formalização - (Alteração da Iniciativa)

Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações econômicas, integrando a economia feminista e solidária; e à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres - (Título original)

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO: 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

•Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada - (**Excluída**)

•Implantar o Conselho Nacional de Irrigação - (**Alteração da Meta**)

Implantar o Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo - (Meta original)

•Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação - (**Alteração da Meta**)

Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada - (Meta original)

•Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação - (**Alteração da Meta**)

Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação - (Meta original)

Iniciativas

•0094 - Elaboração do Plano Nacional e de Planos Estaduais de Irrigação e Drenagem - (**Alteração da Iniciativa**)

Elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação e do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem - (Título original)

•009A - Implantação do Conselho Nacional de Irrigação - (**Excluída**)

•009B - Implantação do Conselho Consultivo de apoio à Agricultura Irrigada - (**Excluída**)

•009C - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação - (**Alteração da Iniciativa**)

Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada - (Título original)

•009D - Regulamentação do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

•00EF - Criação de programa de crédito voltado para agricultores de pequeno porte, com ênfase na região Nordeste, para suporte à utilização de tecnologias de irrigação e drenagem de baixo custo adaptadas às peculiaridades regionais. - (**Alteração da Iniciativa**)

Criação de programa de crédito voltado para agricultores de pequeno porte, com ênfase na região Nordeste, mediante a utilização de tecnologias de irrigação e drenagem de baixo custo adaptadas às peculiaridades regionais - (Título original)

•00EI - Financiamento à implantação de projetos de irrigação e apoio financeiro às necessidades de investimento, custeio e comercialização, pelo BNDES e seus agentes. - (**Alteração da Iniciativa**)

Financiamento à implantação de projetos de irrigação e apoio financeiro às necessidades de investimentos, custeio e comercialização - (Título original)

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

• Consolidar 4 redes de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: água e agricultura; drenagem e salinidade; fruticultura; e hortaliças. - (**Alteração da Meta**)

Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças - (Meta original)

Iniciativas

- 04G6 - Promoção da certificação de uso racional dos recursos hídricos dos projetos de irrigação - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.797,00	hectare
Região Nordeste	129.891,00	hectare
Região Norte	4.582,00	hectare
Região Sul	10.650,00	hectare

Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.384,00	hectare
Região Nordeste	148.253,00	hectare
Região Norte	24.000,00	hectare
Região Sul	10.500,00	hectare

- Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	58.703,00	hectare
Região Norte	28.500,00	hectare
Região Sudeste	30.031,00	hectare

Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 97.737 ha - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	63.951,00	hectare
Região Norte	28.500,00	hectare
Região Sudeste	5.286,00	hectare

Iniciativas

- 00GG - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Balsamo/AL - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Revitalizar 40 empreendimentos de interesse social - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	40,00	unidade

Realizar a transferência de 40 empreendimentos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	40,00	unidade

Iniciativas

- 021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social - (**Alteração da Iniciativa**)

Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social - (Título original)

- 021F - Estudos para redefinição e implementação de modelos de administração, operação, manutenção e de gestão ambiental de empreendimentos de interesse social - (**Alteração da Iniciativa**)

Estudos para redefinição e implementação de modelos de administração, operação, manutenção e de gestão ambiental de empreendimentos de interesse eminentemente social - (Título original)

- 021I - Regularização fundiária e ambiental de empreendimentos de interesse social - (**Alteração da Iniciativa**)

Recuperação das infraestruturas, regularização fundiária e ambiental - (Título original)

- 021J - Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse social - (**Alteração da Iniciativa**)

Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse eminentemente social - (Título original)

- 0012 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB - (**Alteração da Iniciativa**)

Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0175)

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Ampliar a área irrigada em 88.239 ha - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.096,00	hectare
Região Nordeste	20.143,00	hectare
Região Norte	16.000,00	hectare
Região Sudeste	18.000,00	hectare
Região Sul	32.000,00	hectare

Ampliar a área irrigada em 200.000 ha - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	76.000,00	hectare
Região Nordeste	25.000,00	hectare
Região Norte	16.000,00	hectare
Região Sudeste	10.000,00	hectare
Região Sul	73.000,00	hectare

Iniciativas

- 022S - Implantação do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/RS - (**Nova Iniciativa**)

- 04E3 - Implantação do Projeto de Irrigação Gleba Mercedes no Município de SINOP com 2.000ha no Estado de Mato Grosso - (**Nova Iniciativa**)

- 04G7 - Estudos e Projetos para o Perímetro Irrigado do Canal do Sertão / BA-PE - 45.000 ha - (**Nova Iniciativa**)

- 04G8 - Estudos e Projetos para o Perímetro Irrigado de Jequitaí / MG - 18.000 ha - (**Nova Iniciativa**)

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - (**Alteração da Meta**)

Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0623)

- Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento - (**Alteração da Meta**)

Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0623)

- Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos - (**Alteração da Meta**)

Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0623)

Iniciativas

- 010Y - Aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de informação do agronegócio e da capacidade armazenadora - (**Alteração da Iniciativa**)

Administração do cadastro nacional de unidades armazenadoras brasileiras - (Título original)

- 02F5 - Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras - (**Alteração da Iniciativa**)

Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

- 02F6 - Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento - (**Alteração da Iniciativa**)

Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

- 02F9 - Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais - (**Alteração da Iniciativa**)

Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

- 02FE - Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos - (**Alteração da Iniciativa**)

Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,90	milhão de unidades
Região Nordeste	0,40	milhão de unidades
Região Norte	0,10	milhão de unidades
Região Sudeste	1,70	milhão de unidades
Região Sul	6,90	milhão de unidades

Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9,00	milhão de unidades
Região Nordeste	5,50	milhão de unidades
Região Norte	1,00	milhão de unidades
Região Sudeste	4,00	milhão de unidades
Região Sul	10,50	milhão de unidades

• Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR) - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.000,00	unidade
Região Nordeste	1.500,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	18.000,00	unidade
Região Sul	75.000,00	unidade

Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR) - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	5.000,00	unidade
Região Sudeste	35.000,00	unidade
Região Sul	140.000,00	unidade

• Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados - (Excluída)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	percentual
Região Nordeste	20,00	percentual
Região Norte	20,00	percentual
Região Sudeste	20,00	percentual
Região Sul	20,00	percentual

Iniciativas

• 02CH - Ampliação e consolidação do mercado de seguro - (Alteração da Iniciativa)

Ampliação e consolidação do mercado de seguro e resseguro - (Título original)

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

• 04F8 - Regionalização da Política Agrícola - (Nova Iniciativa)

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02GN - Fomento ao Desenvolvimento do Agronegócio do Café - (**Alteração da Iniciativa**)

Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura - (Título original)

- 0489 - Capacitação dos agentes do agronegócio café - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02WU - Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC) - (**Alteração da Iniciativa**)

Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC) - (Título original)

- 02WW - Realização de Campanhas Publicitárias sobre os Benefícios Econômicos, Sociais e Ambientais das ações que compõem o plano ABC - (**Alteração da Iniciativa**)

Realização de campanhas publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações que compõem o Plano ABC - (Título original)

- 02WY - Zoneamento de áreas de Pastagens na Amazônia Legal (ABC) - (**Excluída**)

- 04F9 - Criação e Implementação do Sistema de Informação do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	unidade
Região Nordeste	34,00	unidade
Região Norte	22,00	unidade
Região Sudeste	14,00	unidade
Região Sul	9,00	unidade

Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	unidade
Região Nordeste	34,00	unidade
Região Norte	22,00	unidade
Região Sudeste	14,00	unidade
Região Sul	9,00	unidade

- Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1,00	unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1,00	unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 02X7 - Implantação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica - (Alteração da Iniciativa)

Implantação da Comissão Nacional de Produção Orgânica - (Título original)

- 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica - (Alteração da Iniciativa)

Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização - (Título original)

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário - (Alteração da Iniciativa)

Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário - (Título original)

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40 - (Alteração da Meta)

Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 30 para 80 - (Meta original)

- Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70% - (Alteração da Meta)

Obter 70% de satisfação do servidor do MAPA - (Meta original)

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - (**Alteração da Meta**)

Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0623)

- Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento - (**Alteração da Meta**)

Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0623)

- Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos - (**Alteração da Meta**)

Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0623)

Iniciativas

- 010Y - Aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de informação do agronegócio e da capacidade armazenadora - (**Alteração da Iniciativa**)

Administração do cadastro nacional de unidades armazenadoras brasileiras - (Título original)

- 02F5 - Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras - (**Alteração da Iniciativa**)

Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

- 02F6 - Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento - (**Alteração da Iniciativa**)

Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

- 02F9 - Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais - (**Alteração da Iniciativa**)

Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

- 02FE - Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos - (**Alteração da Iniciativa**)

Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0623)

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,90	milhão de unidades
Região Nordeste	0,40	milhão de unidades
Região Norte	0,10	milhão de unidades
Região Sudeste	1,70	milhão de unidades
Região Sul	6,90	milhão de unidades

Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9,00	milhão de unidades
Região Nordeste	5,50	milhão de unidades
Região Norte	1,00	milhão de unidades
Região Sudeste	4,00	milhão de unidades
Região Sul	10,50	milhão de unidades

• Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR) - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.000,00	unidade
Região Nordeste	1.500,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	18.000,00	unidade
Região Sul	75.000,00	unidade

Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR) - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	5.000,00	unidade
Região Sudeste	35.000,00	unidade
Região Sul	140.000,00	unidade

• Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados - (Excluída)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	percentual
Região Nordeste	20,00	percentual
Região Norte	20,00	percentual
Região Sudeste	20,00	percentual
Região Sul	20,00	percentual

Iniciativas

• 02CH - Ampliação e consolidação do mercado de seguro - (Alteração da Iniciativa)

Ampliação e consolidação do mercado de seguro e resseguro - (Título original)

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

• 04F8 - Regionalização da Política Agrícola - (Nova Iniciativa)

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02GN - Fomento ao Desenvolvimento do Agronegócio do Café - (**Alteração da Iniciativa**)

Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura - (Título original)

- 0489 - Capacitação dos agentes do agronegócio café - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02WU - Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC) - (**Alteração da Iniciativa**)

Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC) - (Título original)

- 02WW - Realização de Campanhas Publicitárias sobre os Benefícios Econômicos, Sociais e Ambientais das ações que compõem o plano ABC - (**Alteração da Iniciativa**)

Realização de campanhas publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações que compõem o Plano ABC - (Título original)

- 02WY - Zoneamento de áreas de Pastagens na Amazônia Legal (ABC) - (**Excluída**)

- 04F9 - Criação e Implementação do Sistema de Informação do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	unidade
Região Nordeste	34,00	unidade
Região Norte	22,00	unidade
Região Sudeste	14,00	unidade
Região Sul	9,00	unidade

Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	unidade
Região Nordeste	34,00	unidade
Região Norte	22,00	unidade
Região Sudeste	14,00	unidade
Região Sul	9,00	unidade

- Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1,00	unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1,00	unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 02X7 - Implantação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica - (Alteração da Iniciativa)

Implantação da Comissão Nacional de Produção Orgânica - (Título original)

- 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica - (Alteração da Iniciativa)

Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização - (Título original)

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário - (Alteração da Iniciativa)

Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário - (Título original)

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40 - (Alteração da Meta)

Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 30 para 80 - (Meta original)

- Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70% - (Alteração da Meta)

Obter 70% de satisfação do servidor do MAPA - (Meta original)

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura vacinal contra gripe - (Alteração do Indicador)	%	01/01/2010	82,77
Coeficiente de prevalência de hanseníase - (Alteração do Indicador)	1/10.000	21/12/2011	1,54
Incidência de sarampo - (Excluído)	unidade	01/01/2010	0,00
Incidência de Sífilis Congênita - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2009	6.103,00
Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	0,00
Índice de realização de transplantes - (Alteração do Indicador)	1/1.000.000	01/01/2010	122,70
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) - (Alteração do Indicador)	%	01/01/2010	44,82
Índice parasitário anual (IPA) da malária - (Alteração do Indicador)	1/1.000	01/01/2008	18,70
Razão de mortalidade materna - (Alteração do Indicador)	1/100.000	01/01/2007	74,70
Taxa de incidência de Aids - (Alteração do Indicador)	1/100.000	01/01/2009	18,18
Taxa de mortalidade infantil - (Alteração do Indicador)	1/1.000	31/12/2007	21,40
Taxa de mortalidade neonatal precoce - (Alteração do Indicador)	1/1.000	01/01/2007	11,00
Taxa de prevalência de excesso de peso - (Alteração do Indicador)	%	01/01/2003	42,70

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

• Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste. - **(Alteração da Meta)**

*Ampliar a área física de 20.000 unidades básicas de saúde, priorizando 5.000 unidades básicas de saúde para o Nordeste - **(Meta original)***

• Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015. - **(Alteração da Meta)**

*Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 295.000 até 2015 - **(Meta original)***

• Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015. - **(Alteração da Meta)**

*Ampliar em 7.200 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.400 equipes em 2011 para 27.600 até 2015 - **(Meta original)***

• Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015. - **(Alteração da Meta)**

*Ampliar em 5.300 o número de equipes saúde da família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015 - **(Meta original)***

• Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias. - **(Alteração da Meta)**

*Disponibilizar 3 U.I. de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B) , por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias - **(Meta original)***

• Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015. - **(Alteração da Meta)**

Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015 - (Meta original)

- Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015 - **(Excluída)**

- Implantar 187 Centrais de Regulação. - **(Alteração da Meta)**

Implantar 187 Complexos reguladores - (Meta original)

- Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015. - **(Nova Meta)**

- Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015 - **(Excluída)**

- Implantar 3.358 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015 - **(Alteração da Meta)**

Implantar 3.272 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015 - (Meta original)

- Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015. - **(Alteração da Meta)**

Implantar 953 centros de especialidades odontológicas, passando de 950 centros em 2011 para 1.903 até 2015 - (Meta original)

- Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015. - **(Nova Meta)**

- Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos municípios que aderirem ao programa. - **(Nova Meta)**

- Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015. - **(Alteração da Meta)**

Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola - (Meta original)

- Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional. - **(Nova Meta)**

- Reformar 8.000 unidades básicas de saúde - **(Excluída)**

- Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional. - **(Nova Meta)**

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015. - **(Alteração da Meta)**

Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 para as 27 UF até 2015 - (Meta original)

- Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para 85% até 2015. - **(Alteração da Meta)**

Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015 - (Meta original)

- Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015. - **(Nova Meta)**

- Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015. - **(Nova Meta)**

- Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015 - **(Excluída)**

- Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015. - **(Alteração da Meta)**

Ampliar a investigação de óbitos, aumentando para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida em todas as UF até 2015 - (Meta original)

- Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências - (Meta original)

- Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador - (Meta original)

- Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015. - (**Nova Meta**)

- Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios com 95% de cobertura vacinal - (Meta original)

- Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação, considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões. - (**Alteração da Meta**)

Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis - (Meta original)

- Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de Rede de Frio até 2015 - (Meta original)

- Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015. - (**Nova Meta**)

- Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de doenças em 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015 - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015. - (**Nova Meta**)

- Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015. - (**Nova Meta**)

- Introduzir a vacina Varicela no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano e 3 meses, ampliando a cobertura para 95% até 2015. - (**Nova Meta**)

- Monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015 - (Meta original)

- Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Reducir em 50% o número absoluto de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015 - (Meta original)

- Realizar 600 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015 - (Meta original)

- Reducir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	30,00	percentual

Reducir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1.000 hab. até 2015 - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	30,00	percentual

- Reducir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Reducir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015 - (Meta original)

- Reducir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Reducir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015 - (Meta original)

Iniciativas

- 02Q5 - Fortalecimento da promoção e da vigilância em saúde - (**Alteração da Iniciativa**)

Fortalecimento da promoção da Saúde - (Título original)

- 02QG - Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis - (**Excluída**)

- 04E0 - Gestão de insumos para prevenção e controle de doenças. - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- 3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade. - (**Nova Meta**)

- 60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos. - (**Nova Meta**)

- Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015 - (Meta original)

- Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015 - (**Excluída**)

- Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015. - (**Nova Meta**)

- Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015. - (**Nova Meta**)

- Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde do Adolescente pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015 fazendo uso da caderneta. - (**Alteração da Meta**)

Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde de Adolescentes pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015 - (Meta original)

- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, para 94 hospitais de referência selecionados no SUS. - (**Nova Meta**)

- Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas - (Meta original)
- Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015 - (**Excluída**)
- Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha. - (**Alteração da Meta**)

Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha - (Meta original)
- Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha. - (**Alteração da Meta**)

Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha - (Meta original)
- Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015 - (Meta original)
- Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero - (Meta original)
- Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015 - (Meta original)
- Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário - (Meta original)
- Qualificação de 1.410 profissionais de saúde em técnicas para coleta de vestígios (cadeia de custódia e sexologia forense) em 94 hospitais de referência selecionados no SUS. - (**Nova Meta**)
- Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015. - (**Alteração da Meta**)

Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais - (Meta original)
- Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015. - (**Alteração da Meta**)

Realizar 48 milhões de exames citopatológicos - (Meta original)
- Reforma/ampliação de ambientes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, em 94 hospitais de referência selecionados no SUS. - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência. - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Criação/qualificação de 175 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h. - (**Nova Meta**)
- Criação/qualificação de 188 Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil até 2014. - (**Nova Meta**)
- Criação/qualificação de 430 Unidades de Acolhimento Adulto até 2014. - (**Nova Meta**)
- Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015. - (**Nova Meta**)
- Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015. - (**Alteração da Meta**)
Implantar e implementar 2.400 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais, passando de 3.371 em 2011 para 5.771 até 2015 - (Meta original)
- Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015. - (**Alteração da Meta**)
Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015 - (Meta original)
- Implantar e implementar 800 unidades residenciais terapêuticas temporárias (URTT) até 2015 - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- 45 Centros Especializados em Reabilitação em funcionamento até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites. - (**Nova Meta**)
- Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015 - (**Excluída**)
- Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento. - (**Alteração da Meta**)
Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015 - (Meta original)
- Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites. - (**Nova Meta**)
- Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites. - (**Nova Meta**)
- Implantar o Projeto Vida no Trânsito em todas as capitais e municípios com população acima de 1.000.000 de habitantes, até 2015. - (**Nova Meta**)
- Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014. - (**Nova Meta**)
- Qualificar 60 oficinas ortopédicas existentes no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites. - (**Nova Meta**)
- Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015. - (**Alteração da Meta**)
Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente - (Meta original)
- Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa (em 2013) e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015. - (**Alteração da Meta**)
Distribuir 8.000.000 de cadernetas do idoso até 2015 - (Meta original)

Iniciativas

- 04E1 - Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis. - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015. - (**Alteração da Meta**)

*Ampliar em 4 mil o número de residentes em saúde em todas as especialidades prioritárias do SUS em todas as regiões do país, passando de 2.600 para 6.600 residentes até 2015, com especial atenção a residentes em saúde da família - (**Meta original**)*

- Ampliar de 1.100 para 4.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015. - (**Alteração da Meta**)

*Ampliar de 1.100 para 2.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015 - (**Meta original**)*

- Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015. - (**Alteração da Meta**)

*Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas - manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015 - (**Meta original**)*

- Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/ano, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde. - (**Alteração da Meta**)

*Disponibilizar o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com 216 mil bolsas - (**Meta original**)*

- Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015. - (**Alteração da Meta**)

*Implantar Pró-Saúde em 1.000 cursos de graduação na saúde até 2015, promovendo a integração ensino-serviço e visando à reorientação da formação profissional - (**Meta original**)*

- Fortalecer a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e criar novos espaços de negociação em estados, municípios e regiões do país. - (**Alteração da Meta**)

*Institucionalizar a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS - (**Meta original**)*

- Inserir 100 mil profissionais de saúde e gestores em processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias. - (**Alteração da Meta**)

*Promover o acesso de todos os profissionais de saúde do SUS aos cursos e módulos da UNA-SUS - (**Meta original**)*

- Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015. - (**Alteração da Meta**)

*Inserir 5 mil profissionais de saúde no Serviço Civil até 2015 - (**Meta original**)*

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015. - (**Alteração da Meta**)

*Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015 - (**Meta original**)*

- Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 80% das Regiões de Saúde até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Promover a assinatura de contratos de ação pública, com definição de responsabilidades recíprocas na rede interfederativa em relação à população, em 80% dos colegiados de gestão regional (CGR) até 2015 - (Meta original)

•Elaborar até 2015 a 2ª versão do Mapa da Saúde de Metas visando estabelecer parâmetros para investimentos em saúde - (**Excluída**)

•Fomentar a implementação de 27 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis até 2015. - (**Nova Meta**)

•Fomentar a mobilização de 80 mil pessoas em eventos com foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde. - (**Nova Meta**)

•Número do Cartão Nacional de Saúde disponibilizado a toda a população através do Portal do Cidadão e do Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb) até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais até 2015 - (Meta original)

•Realizar 6 seminários regionalizados envolvendo as comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades. - (**Alteração da Meta**)

Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades - (Meta original)

Iniciativas

•02S3 - Fortalecimento do SUS por meio da gestão participativa, da participação social e da promoção da equidade em saúde. - (**Alteração da Iniciativa**)

Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS - (Título original)

•02S6 - Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde - (**Excluída**)

•02S7 - Implementação de processos de informatização do SUS alinhados com a Política de Informação e Informática em Saúde – PNIIS. - (**Alteração da Iniciativa**)

Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa - (Título original)

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

•Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015. - (**Nova Meta**)

•Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de CartaSUS/ano até 2015. - (**Nova Meta**)

Iniciativas

•02S9 - Fortalecimento do Controle Interno do SUS, com foco nas marcas de governo e no Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) para a melhoria do acesso e do combate ao desperdício. - (**Alteração da Iniciativa**)

Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública ? COAP - e a garantia de acesso - (Título original)

•02SA - Desenvolvimento e aprimoramento das ações de Ouvidoria Ativa para ampliar e fortalecer o Sistema Nacional de Ouvidoria. - (**Alteração da Iniciativa**)

Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação - (Título original)

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

•Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015 - (Meta original)

- Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015. - (**Alteração da Meta**)

Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015 - (Meta original)

- Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção. - (**Nova Meta**)

Iniciativas

- 02SU - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio de Acesso aos Medicamentos e Insumos dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado. - (**Alteração da Iniciativa**)

Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica - (Título original)

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil até 2015 - (**Excluída**)

- Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs - até 2015 - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira. - (**Alteração da Meta**)

Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios - (Meta original)

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2009	55,36
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2009	25,16

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação social, constituindo 03 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude - **(Alteração da Meta)**

Ampliar a participação social, constituindo 10 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude - (Meta original)

- Apoiar ações e articular com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens - **(Alteração da Meta)**

Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens - (Meta original)

- Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos - **(Alteração da Meta)**

Realizar seleções públicas de apoio a 240 órgãos estaduais/municipais de juventude, com seus respectivos conselhos, para estruturação destes órgãos a nível local - (Meta original)

- Constituir diretrizes de avaliação e monitoramento dos programas de juventude - **(Alteração da Meta)**

Constituir Sistema de avaliação e monitoramento dos programas de juventude - (Meta original)

- Construir parcerias com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude - **(Alteração da Meta)**

Firmar termos de cooperação com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude - (Meta original)

- Criar ferramentas para internet e política de comunicação nas redes sociais - **(Alteração da Meta)**

Criar Portal da Juventude e política de comunicação nas redes sociais - (Meta original)

- Elaborar proposta do Sistema Nacional de Juventude - **(Alteração da Meta)**

Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude - (Meta original)

- Elaborar uma proposta de Plano Nacional de Juventude - **(Alteração da Meta)**

Aprovar o Plano Nacional de Juventude - (Meta original)

- Firmar parcerias em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional - **(Alteração da Meta)**

Firmar termos de cooperação em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional - (Meta original)

- Veicular produção sobre a juventude nas redes públicas de comunicação - **(Alteração da Meta)**

Veicular produção independente sobre a juventude nas redes públicas de comunicação - (Meta original)

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Promover a adesão de oito (08) estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra - (**Alteração da Meta**)

*Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra - (**Meta original**)*

OBJETIVO: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional - (**Alteração da Meta**)

*Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais - (**Meta original**)*

- Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	99.153,00	unidade
Região Nordeste	220.645,00	unidade
Região Norte	67.525,00	unidade
Região Sudeste	623.264,00	unidade
Região Sul	210.041,00	unidade

*Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0961**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	99.153,00	unidade
Região Nordeste	220.645,00	unidade
Região Norte	67.525,00	unidade
Região Sudeste	623.264,00	unidade
Região Sul	210.041,00	unidade

- Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Microcrédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza. - (**Excluída**)

- Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP) - (**Alteração da Meta**)

*Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP) - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0961**)*

Iniciativas

- 043T - Coordenar a operacionalização das ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP) - (**Alteração da Iniciativa**)

*Implementação da aprendizagem como uma política permanente de formação profissional por meio de contratos formais de trabalho, articulando os atores envolvidos com a temática para a execução e monitoramento das ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP) - (**Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0961**)*

- 044E - Fortalecer as ações de qualificação profissional voltadas para a juventude - (**Alteração da Iniciativa**)

*Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude. - (**Título original**)*

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse

comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude - **(Excluída)**

Iniciativas

- 047F - Implementação do programa Estação Juventude e fomento a ações de autonomia e emancipação de jovens, contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude - **(Alteração da Iniciativa)**

Implementação do programa Estação Juventude contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude - (Título original)

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis - **(Excluída)**
- Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2.000 jovens moradores de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo - **(Alteração da Meta)**

Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo - (Meta original)

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	1,40
Índice de eficiência operacional - (Excluído)	%	31/12/2009	82,00
Índice de pontualidade - (Excluído)	%	31/12/2009	90,00
Índice de regularidade - (Excluído)	%	31/12/2009	90,00
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	1,14
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos - (Novo Indicador)	%	31/12/2010	13,70
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos - (Novo Indicador)	%	31/12/2010	5,20
Percentual de Cancelamento - (Novo Indicador)	%	31/12/2010	10,30
Tonelada quilômetro de carga transportada - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	1.110,79

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviacao Civil

Iniciativas

- 0076 - Construção e Adequação das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal - **(Alteração da Iniciativa)**
Adequação da capacidade dos aeroportos administrados pela União - (Título original)
- 0078 - Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - **(Alteração da Iniciativa)**
Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional - (Título original)
- 04DW - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviacao Civil

Metas 2012-2015

- Realizar 1224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015 - **(Alteração da Meta)**
Elevar em 89% o número de auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita em relação ao realizado no ano de 2010 - (Meta original)
- Reducir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens - **(Alteração da Meta)**
Reducir em 50% até 2015, com referência ao ano de 2007, o índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens - (Meta original)

Iniciativas

- 007S - Adoção de mecanismos para assegurar o atendimento dos requisitos previstos na regulação pelos provedores de serviço de aviação civil - **(Excluída)**

•007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização dos requisitos de regulação junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos - (**Alteração da Iniciativa**)

*Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos - (**Título original**)*

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

•Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil - (**Alteração da Meta**)

*Formar 1.900 profissionais da aviação civil para obtenção de licença - (**Meta original**)*

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza - **(Excluída)**

Iniciativas

- 01TJ - Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação - **(Excluída)**

- 01U2 - Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais - **(Alteração da Meta)**

Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0506)

Iniciativas

- 01WV - Gestão ambiental e conservação dos biomas brasileiros - **(Excluída)**

- 01X4 - Ordenamento e estruturação da visitação no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - **(Excluída)**

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família tenham renda mínima de R\$ 70,00 - (**Nova Meta**)
- Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza, utilizando o Busca Ativa para localização e cadastramento de famílias que atender aos critérios de elegibilidade - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Incluir as famílias pertencentes às comunidades quilombolas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família - (**Alteração da Meta**)
*100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família - (**Meta original**)*

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R\$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Digitalizar 60% do acervo da Comissão de Anistia - (**Alteração da Meta**)

*Digitalizar 100% do acervo da Comissão de Anistia - (**Meta original**)*

- Implantar 01 Observatório de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade - (**Alteração da Meta**)

*Implantar Observatórios de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar lugares de memória histórica e consciência política nas regiões do país - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

*Implantar lugares de memória histórica e consciência política em todas as regiões do país - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Julgar 6.605 processos de anistia política - (**Alteração da Meta**)

*Julgar 10.000 processos de anistia política - (**Meta original**)*

- Suprimir no ordenamento jurídico brasileiro normas que violem os direitos humanos e o direito à memória e à verdade - (**Excluída**)

Iniciativas

- 03K9 - Estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Elaboração de proposta de marco legal de proteção de dados pessoais. - (**Nova Meta**)
- Estruturação e realização de procedimentos de monitoramento relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores. - (**Alteração da Meta**)

Estruturação e realização de procedimentos de fiscalização relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores, tais como Proteção de Dados Pessoais, Internet Banda Larga e Planos de Saúde - (Meta original)

- Implantação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), criado pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013 - (**Alteração da Meta**)

Realização da 1º Conferência Nacional de Defesa do Consumidor (I CONDEC) - (Meta original)

- Implantação do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall - (**Alteração da Meta**)

Implantação do Sistema de Monitoramento de Recall e Acidentes de Consumo - (Meta original)

Iniciativas

- 03KB - Estruturação da atividade de produção de estudos e análise de informação, com foco na aplicação ao processo decisório do DPDC e ênfase nas questões consumeristas que envolvem os cidadãos que ascenderam ao mercado de consumo nos últimos anos, a partir da ampliação e constante inovação do SINDEC e do fortalecimento do trabalho de monitoramento de mercado, principalmente em setores regulados - (**Excluída**)

- 03KC - Fortalecimento da articulação institucional do DPDC com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com os representantes da sociedade civil e com os diversos atores internacionais que atuam na defesa do consumidor - (**Excluída**)

- 03KD - Fortalecimento da Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil - (**Alteração da Iniciativa**)

Fortalecimento da atuação preventiva e repressiva do DPDC na defesa do consumidor, por meio do aprimoramento dos diversos procedimentos conduzidos pelo Departamento - (Título original)

- 03KE - Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, com o aprofundamento de seu papel de foro de discussão dos temas mais relevantes para a defesa do consumidor, ampliação da oferta de cursos para os técnicos e agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e disseminação da defesa do consumidor junto aos órgãos reguladores e ministérios - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 230 ações culturais de difusão do acervo que se distribuem em edição de publicações técnico-científicas, sítios eletrônicos e realização de eventos - (**Alteração da Meta**)

230 publicações, sítios eletrônicos e eventos culturais realizados para difusão do acervo e de conhecimento - (Meta original)

- Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros com população acima de 100.000 habitantes - (**Alteração da Meta**)

Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros - (Meta original)

Iniciativas

- 03KQ - Consolidação da política nacional de arquivos e da rede nacional de cooperação e informações arquivísticas - (**Excluída**)

- 03KR - Modernização e integração sistêmica dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - (**Excluída**)

- 03KS - Modernização, gestão e integração sistêmica dos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal e preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional - (**Alteração da Iniciativa**)

Preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional - (Título original)

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

• Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua - (**Excluída**)

• Apoiar a instituição de 20 Casas de Direito pelos atores do sistema de Justiça - (**Alteração da Meta**)

Apoiar e instituir Casas de Direitos, em parceria com o Sistema de Justiça e Governos Estaduais - (Meta original)

• Apoiar a instituição de 20 núcleos de Justiça Comunitária pelos atores do sistema de Justiça - (**Alteração da Meta**)

Instituir núcleos de Justiça Comunitária, com destaque para sua implantação nos Territórios da Paz - (Meta original)

• Apoiar e instituir ambientes específicos à tomada de Depoimentos Especiais no Poder Judiciário - (**Excluída**)

• Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça - (**Excluída**)

• Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares - (**Excluída**)

• Apoiar e instituir núcleos de Justiça Restaurativa - (**Excluída**)

• Apoiar e instituir o fortalecimento dos Juizados do Torcedor, com enfoque nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014 - (**Excluída**)

• Articular a realização do programa Brasil Mais Seguro pela criação de 7 centros de acompanhamento do sistema de justiça - (**Nova Meta**)

• Coordenar os trabalhos de regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico dos Cartórios Extrajudiciais, conforme preceituam os Arts. 37 a 45 da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009 - (**Excluída**)

• Debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça pela publicação de 30 pesquisas, relatórios ou projetos normativos - (**Alteração da Meta**)

Realizar eventos, estudos e pesquisas com vistas a debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça - (Meta original)

• Desenvolver a Estratégia Nacional de Acesso à Justiça e a Estratégia Nacional de Redução de Litígios, para disseminação do uso de técnicas autocompositivas de solução de conflitos (conciliações judiciais, conciliações e mediações extrajudiciais, desistência de recursos). - (**Nova Meta**)

• Disseminar conhecimento agregado acerca do sistema de Justiça, por meio do Atlas do Acesso à Justiça, com a criação e divulgação de 5 indicadores - (**Alteração da Meta**)

Pesquisar e divulgar experiências exitosas de agilização e desburocratização de processo no sistema de Justiça - (Meta original)

• Fomentar a modernização do sistema de justiça, por meio do apoio à implantação de 50 unidades especializadas, aprimoramento normativo e apoio ao desenvolvimento gerencial e produção de conhecimento de 03 iniciativas com projetos referência para atender às 26 unidades da Federação - (**Alteração da Meta**)

Fomentar, articular e instituir políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça, bem como, promover formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos - (Meta original)

• Instituir e gerenciar o Portal do Acesso à Justiça - (**Alteração da Meta**)

Instituir e gerenciar o Portal das Serventias Extrajudiciais do Brasil - (Meta original)

• Promover a solução autocompositiva de conflitos por meio da formação de 21 mil alunos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação - (**Alteração da Meta**)

Realizar e apoiar Cursos de Capacitação em Mediação para Operadores do Direito - (Meta original)

• Viabilizar a aprovação de projetos de lei relacionados aos temas definidos nos Pactos Republicanos de Estado - (**Excluída**)

Iniciativas

- 03KV - Aprimoramento do sistema de Justiça, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão - (**Alteração da Iniciativa**)

*Aprimoramento do sistema de Justiça, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão dos registros das serventias extrajudiciais - (**Título original**)*

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Ampliar o atendimento à população abaixo da linha da miséria absoluta por meio da realização de 5 edições do projeto "Jornada Meu Defensor" - (**Nova Meta**)

- Ampliar para 1.000 o número de vagas do Programa da Residência Jurídica - (**Excluída**)

- Disponibilizar o serviço de assistência jurídica gratuita a estrangeiros em 100% das arenas durante os grandes eventos - (**Nova Meta**)

- Disseminar o conhecimento dos direitos, deveres e da cidadania aos jovens do ensino público básico e superior em todas as regiões do país - (**Alteração da Meta**)

*Implantar em todas as Unidades de atuação da Defensoria Pública da União o projeto DPU-Escolas e DPU-Comunidade - (**Meta original**)*

- Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social. - (**Excluída**)

- Facilitar o acesso a justiça a partir da implantação do serviço de orientação e agendamento de atendimento via serviço 0800 - (**Nova Meta**)

- Implantar o serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal - (**Alteração da Meta**)

*Implantar em todas as unidades de atuação da DPU uma Câmara de Resolução Extrajudicial de Conflitos - (**Meta original**)*

- Levar assistência jurídica gratuita a comunidades terapêuticas de pessoas com transtornos decorrentes do uso do Crack e a seus familiares - (**Nova Meta**)

- Melhorar o atendimento ao cidadão a partir da adequação da infraestrutura de funcionamento e acessibilidade em 59 órgãos de atendimento em todo território nacional - (**Nova Meta**)

- Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros - (**Excluída**)

- Promover a inclusão profissional e social de 100 jovens oriundos do sistema prisional nos quadros da DPU, no âmbito do Programa Juventude Viva - (**Nova Meta**)

- Realizar ações de prevenção e reparação de danos causados pelo escalpelamento - (**Alteração da Meta**)

*Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento - (**Meta original**)*

- Realizar um total de 100 ações itinerantes, levando assistência jurídica gratuita a comunidades indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, regiões fronteiriças e comunidades com alto índice de vulnerabilidade social - (**Alteração da Meta**)

*Realizar 100 edições do Projeto DPU-Itinerante nos Municípios de menor IDH - (**Meta original**)*

- Reforçar a política de inclusão social por meio do acesso à justiça, ampliando o atendimento a 200 novos municípios com baixo IDH - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	17,00	unidade
Região Sudeste	75,00	unidade
Região Sul	47,00	unidade

Aumentar a cada ano, em média, 25% das unidades da DPU do total das 200 unidades almejadas até 2015 - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	17,00	unidade
Região Sudeste	75,00	unidade
Região Sul	47,00	unidade

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 16 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados. - (Nova Meta)
- Criar e estruturar rede de articulação federativa com banco de dados e integração de informações, priorizando todas as capitais e suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, além das mesoregiões, regiões integradas de desenvolvimento e consórcios públicos - (Excluída)
- Criar e estruturar rede participativa com banco de dados de boas práticas implantadas por gestões locais ou por organizações populares - (Excluída)
- Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça - (Excluída)
- Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes. - (Nova Meta)

Iniciativas

- 03LA - Intensificação das relações federativas e implantação de Rede de Articulação Federativa - (Excluída)

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB) - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	0,55
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	1,60
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	1,17
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus - (Alteração do Indicador)	unidade por ano	31/12/2011	46.933,00
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2011	2,28
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país - (Alteração do Indicador)	unidade por ano	31/12/2008	7.873,00

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais - **(Nova Meta)**

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição - (Alteração do Indicador)	m³	31/12/2010	153.542,00
Capacidade de transporte marítimo de petróleo e derivados - (Excluído)	tonelada de porte bruto	11/07/2011	784.612,00

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 023X - Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis - **(Alteração da Iniciativa)**

Regulação e fiscalização o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis - (Título original)

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- 160.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8.000,00	unidade
Região Nordeste	35.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade
Região Sudeste	6.000,00	unidade
Região Sul	105.000,00	unidade

200.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8.000,00	unidade
Região Nordeste	85.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade
Região Sudeste	6.000,00	unidade
Região Sul	95.000,00	unidade

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 04DF - Modernização e adequação dos sistemas de produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP (PR) - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	quilômetro
Região Norte	3,00	quilômetro
Região Sudeste	337,00	quilômetro

Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	quilômetro
Região Norte	3,00	quilômetro
Região Sudeste	337,00	quilômetro

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2010	26.814.510,00
Número de estabelecimentos do setor de comércio - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2008	1.402.075,00
Número de estabelecimentos do setor de serviços - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2008	848.970,00
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	67,40
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	3,21

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa - **(Alteração do Órgão)**

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 03D9 - Mapeamento dos setores de comércio e serviços no país - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) - **(Alteração da Meta)**

*Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) - **(Meta original. Meta migrada do Programa 2024, Objetivo 0820)***

- Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis - **(Alteração da Meta)**

*Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis - **(Meta original. Meta migrada do Programa 2024, Objetivo 0820)***

Iniciativas

- 03DE - Capacitação de empresários, profissionais e representantes de entidades do setor terciário - **(Excluída)**

- 03DG - Instituição de normas técnicas e certificação das empresas de comércio e serviços e aperfeiçoamento da interface empresa-consumidor - **(Excluída)**

- 03CN - Estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços intangíveis, a partir dos dados disponibilizados pelo SISCOSERV - **(Alteração da Iniciativa)**

*Estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços intangíveis, a partir dos dados disponibilizados pelo SISCOSERV - **(Título original. Iniciativa migrada do Programa 2024, Objetivo 0820)***

- 03DJ - Promoção dos segmentos de comércio e serviços - **(Excluída)**
- 03CS - Implantação e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) - **(Alteração da Iniciativa)**
Implantação e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) - (Título original. Iniciativa migrada do Programa 2024, Objetivo 0820)
- 03DK - Proposição de medidas de adequação das legislações tributárias e trabalhistas às especificidades dos segmentos de comércio e serviços - **(Excluída)**

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Exportação total de serviços - (Alteração do Indicador)	US\$ bilhão	01/01/2011	30,07

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 039B - Realização de investigações de defesa comercial e fraude de origem - (**Alteração da Iniciativa**)

*Realização de investigações de defesa comercial - (**Título original**)*

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 03AG - Implantação do Escritório do Exportador com a finalidade de atuar como centro da difusão da cultura exportadora e de orientação de empresários, gestores públicos e agentes de comércio exterior na área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) - (**Excluída**)

- 03AL - Promoção do acesso a mercados internacionais por meio do provimento de apoio à adaptação de produtos às exigências dos mercados importadores - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 03AS - Construção e implementação de estratégias para promover o Comércio Exterior Brasileiro - (**Alteração da Iniciativa**)

*Construção da estratégia de promoção comercial para as exportações brasileiras de serviços - (**Título original**)*

- 03B8 - Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 03CJ - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - (**Alteração da Iniciativa**)

*Aprimoramento dos Sistemas de Gestão do Comércio Exterior, incluindo novos módulos e funcionalidades para o NOVOEX e para o SISCOMEX - (**Título original**)*

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações - (Alteração do Indicador)	US\$ milhão	31/12/2012	1.970,00
Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel - (Alteração do Indicador)	minuto	31/12/2012	199,00
Número de domicílios com TV por assinatura - (Alteração do Indicador)	unidade	30/06/2012	16.188.957,00
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado - (Alteração do Indicador)	unidade	31/01/2012	100.250.000,00
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2012	24.375,00
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2012	92.926,00
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2012	56.953,80
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2012	14.728,00
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2012	66,27
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2012	76,00
Percentual de conexões à Internet abaixo de 1Mbps - (Excluído)	%	31/07/2011	54,00
Percentual de domicílios com acesso à Internet - (Alteração do Indicador)	%	31/01/2012	38,00
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural - (Alteração do Indicador)	%	31/01/2012	25,00
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2012	58,00
Percentual de domicílios com telefone fixo - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2012	40,01
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga - (Alteração do Indicador)	%	31/10/2012	90,00
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital - (Alteração do Indicador)	%	30/11/2012	14,30
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária - (Alteração do Indicador)	%	30/11/2012	47,80
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada - (Alteração do Indicador)	%	30/11/2012	67,90
Percentual populacional com distribuição postal - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2012	80,70
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país - (Alteração do Indicador)	%	30/12/2012	6,12
Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet - (Alteração do Indicador)	%	31/01/2012	86,00
Proporção de domicílios com computador - (Alteração do Indicador)	%	31/01/2012	45,00
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90% - (Alteração do Indicador)	%	30/12/2012	52,87
Satisfação com os serviços postais - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2012	90,00
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2012	69,80

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando

as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionario Brasileiro (SGB) - (**Alteração da Meta**)

*Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionario Brasileiro (SGB) - (**Meta original. Meta migrada do Programa 2056, Objetivo 0702**)*

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Iniciativas

- 02Z0 - Estímulo ao desenvolvimento de aplicações, serviços e conteúdos digitais - (**Excluída**)
- 02Z2 - Implantação de Cidades Digitais - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Iniciativas

- 02Z9 - Desenvolvimento de conteúdos e aplicações - (**Excluída**)
- 02ZC - Implantação dos canais públicos de TV Digital - (**Excluída**)
- 02ZE - Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	80,00	unidade

*Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional a, pelo menos, 80 países - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	80,00	unidade

- Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão (rádio e televisão), por meio de geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública, para garantir disponibilidade de acesso à população brasileira. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	90,00	percentual
Região Nordeste	80,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	90,00	percentual
Região Sul	70,00	percentual

Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão, segundo a disponibilidade do Plano Básico de Outorgas, para garantir o acesso de, pelo menos, 50% da população brasileira à programação da TV Brasil - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	percentual
Região Nordeste	11,00	percentual
Região Norte	3,00	percentual
Região Sudeste	26,00	percentual
Região Sul	7,00	percentual

- Ampliar a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) da EBC para assegurar a recepção radiofônica às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não alcançadas por outras frequências. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	40,00	percentual
Região Nordeste	25,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual

Ampliar para 100% a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT) da EBC para assegurar a recepção radiofônica a todas as localidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não alcançadas por outras frequências - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual
Região Nordeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual

- Ampliar a produção regional de conteúdos próprios da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, implantando mais 03 (três) canais geradores nas regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região do país - (**Excluída**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

•Ampliação e manutenção do serviço Viva Voz (132) 24h como veículo para prestar informações e orientações sobre crack e outras drogas para usuários e familiares - Plano Crack, é possível vencer! - (**Nova Meta**)

•Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros. PLANO CRACK É POSSÍVEL VENCER! - (**Alteração da Meta**)

*Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920**)*

•Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência - (**Alteração da Meta**)

*Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920**)*

•Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas - Plano Crack, é possível vencer! - (**Alteração da Meta**)

*Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920**)*

•Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias - Plano Crack, é possível vencer - (**Alteração da Meta**)

*Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920**)*

•Criar curso técnico em reabilitação de dependência química - (**Alteração da Meta**)

*Criar curso técnico em reabilitação de dependência química - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920**)*

•Implantar/manter 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Mínistério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas e seus familiares - Plano Crack, é possível vencer! - (**Alteração da Meta**)

*Implantar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920**)*

•Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela - (**Alteração da Meta**)

*Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920**)*

•Ofertar 120 mil vagas de capacitação para conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades - Plano Crack, é possível vencer - (**Alteração da Meta**)

Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920)

- Ofertar 30 mil vagas de capacitação para lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - Plano Crack, é possível vencer - (**Alteração da Meta**)

Capacitar as lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920)

- Ofertar 30 mil vagas de capacitação para profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional - Plano Crack, é possível vencer - (**Alteração da Meta**)

Capacitar profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920)

- Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social - (**Alteração da Meta**)

Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920)

- Ofertar cursos de capacitação para 210 mil educadores de escolas públicas, da Educação Básica, para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar - Plano Crack, é possível vencer - (**Alteração da Meta**)

Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920)

- Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano - (**Alteração da Meta**)

Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0920)

- Realização permanente de campanhas publicitárias de utilidade pública (PUBs) sobre o tema drogas - (**Alteração da Meta**)

Promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, em todos os Estados e Distrito Federal, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas - (Meta original)

Iniciativas

- 03UG - Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira, bem como capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas. - (**Alteração da Iniciativa**)

Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira - (Título original)

OBJETIVO: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos

estados e a fomento da tutela cautelar - (**Alteração da Meta**)

Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a mitigação da tutela cautelar - (Meta original)

• Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país - (**Alteração da Meta**)

Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0921)

• Disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento do ambiente no qual se iniciou/ desenvolveu e /ou estabeleceu o uso, abuso e/ou dependência de substância psicoativa, como o crack e outras drogas, em âmbito nacional - Plano Crack, é possível vencer! - (**Nova Meta**)

• Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios - (**Alteração da Meta**)

Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0921)

• Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade - (**Alteração da Meta**)

Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0921)

• Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas - (**Alteração da Meta**)

Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0921)

Iniciativas

• 03X4 - Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - (**Alteração da Iniciativa**)

Fortalecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e aprimorar a gestão da política sobre drogas, com ênfase nas diretrizes oriundas da produção de conhecimento científico - (Título original)

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país - (**Alteração da Meta**)

*Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos - (**Meta original**)*

- Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1.558.196,00	quilômetro quadrado
Região Norte	3.869.637,00	quilômetro quadrado

*Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1.518.566,00	quilômetro quadrado
Região Norte	1.923.248,00	quilômetro quadrado

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária - (**Nova Iniciativa**)
- 04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0367 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025 - (**Alteração da Meta**)

*Aumentar de 49 para 147 o número de ensaios (métodos) realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025 - (**Meta original**)*

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Construção da Política Interna de Gestão de Risco Aplicada na Fiscalização de Insumos Agropecuários - (**Alteração da Meta**)

Construir um índice de risco dos insumos agrícolas - (Meta original)

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) - (Alteração da Meta)

Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) - (Meta original. Meta migrada do Programa 2052, Objetivo 0970)

- Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 20 enfermidades em animais aquáticos - (Alteração da Meta)

Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 10 enfermidades em animais aquáticos - (Meta original)

- Manter 1 centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Implantar 5 centros de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) - (Meta original. Meta migrada do Programa 2052, Objetivo 0970)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Publicar 8 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos - (Alteração da Meta)

Publicar 10 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos - (Meta original)

- Reconhecer 4 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos - (Alteração da Meta)

Reconhecer 10 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos - (Meta original)

Iniciativas

- 02ET - Implementação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros - (Excluída)

- 02EV - Prevenção, controle e erradicação de doenças de animais aquáticos - (Excluída)

- 04BO - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - (Nova Iniciativa)

- 04FC - Apoiar a ampliação da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - Renaqua - (Nova Iniciativa)

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Aprovação de mecanismos para a pactuação de resultados, com metodologias de gestão do desempenho, para a Administração Pública Federal - (**Excluída**)
- Projetos implementados voltados à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos - (**Excluída**)
- Proposição de Projeto de Lei sobre a organização e funcionamento da administração pública - (**Excluída**)

Iniciativas

- 029J - Aperfeiçoamento do marco institucional legal da organização e do funcionamento da Administração Pública Federal e fortalecimento da gestão por resultados, visando à excelência no atendimento às demandas da sociedade - (**Excluída**)
- 029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira. - (**Alteração da Iniciativa**)

Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania - (Título original)
- 029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências - (**Excluída**)
- 029I - Fortalecimento do diálogo do Governo com o Congresso Nacional e com os partidos políticos como instrumento de viabilização de projetos e políticas públicas - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Iniciativas

- 02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP - Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos - (**Alteração da Iniciativa**)

Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP ? Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP ? Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos - (Título original)

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoamento da política de carreiras do Poder Executivo Federal - (**Excluída**)
- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão da força de trabalho do Poder Executivo Federal - (**Alteração da Meta**)

Aperfeiçoamento do planejamento e dimensionamento da força de trabalho, em perspectivas de médio e longo prazos - (Meta original)

- Consolidação do Sistema de Atenção à Saúde do Servidor - (**Excluída**)
- Diagnóstico das necessidades para recomposição da força de trabalho do Poder Executivo Federal, considerando a quantidade de servidores em condições de se aposentar, em uma perspectiva de médio prazo - (**Excluída**)
- Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal - (**Alteração da Meta**)

Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0579)

- Fortalecer a gestão por resultados e a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - (**Alteração da Meta**)

Aprimoramento de mecanismos para a gestão por desempenho na Administração Pública Federal - (Meta original)

- Implementar a Política de Desenvolvimento de Pessoas - (**Alteração da Meta**)

Redirecionamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas - (Meta original)

Iniciativas

- 029M - Aperfeiçoamento da gestão de processos e dos mecanismos para indução e fomento de melhorias e inovações na gestão na Administração Pública Federal - (**Alteração da Iniciativa**)

Aperfeiçoamento da gestão de processos e dos mecanismos para indução e fomento de melhorias e inovações na gestão na Administração Pública Federal - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0579)

- 0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal. - (**Alteração da Iniciativa**)

Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal - (Título original)

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal - (**Excluir Meta**)
- Definição do Modelo de governança e sistemática para alocação e gestão dos recursos públicos, considerando a articulação e a integração entre as diversas funções alocativas - (**Excluir Meta**)
- Realizar vinte e cinco contratações conjuntas de soluções de TI, até 2015 - (**Excluir Meta**)

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República - (**Alteração do Órgão**)

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar os mecanismos de diálogo, articulação e de cooperação federativa - (**Alteração da Meta**)
Aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação e de cooperação federativa - (Meta original)
- Capacitar agentes públicos municipais, estaduais e federais - (**Alteração da Meta**)
Agentes públicos municipais, estaduais e federais capacitados - (Meta original)
- Modernizar a gestão municipal por intermédio da implantação de sistema de gestão integrada, oferecendo soluções tecnológicas disponíveis no portal do software público (4CMBR) - (**Alteração da Meta**)

Modernizar a gestão municipal, por intermédio do software público brasileiro, implantando soluções tecnológicas do portal em 100 cidades novas brasileiras - (Meta original)

Iniciativas

- 04GN - Fortalecimento do diálogo do Governo com o Congresso Nacional e com os partidos políticos como instrumento de viabilização de projetos e políticas públicas - (**Nova Iniciativa**)
- 04GO - Apoio à elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento dos Estados, Municípios e Distrito Federal - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República - (**Alteração do Órgão**)

Metas 2012-2015

- Aprimorar a forma de produzir e armazenar informações - (**Excluída**)
- Criar e aprimorar serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal - (**Alteração da Meta**)

Criar e aprimoramento serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal - (Meta original)
- Prover assistência aos municípios no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 - (**Excluída**)
- Realizar ações de capacitação destinadas ao aperfeiçoamento da atuação de gestores públicos - (**Excluída**)

Iniciativas

- 02DJ - Aperfeiçoamento de instrumentos de transparência na Administração pública Federal e de divulgação de informações oficiais para a Sociedade - (**Excluída**)
- 02DM - Aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência na Administração pública Federal e de divulgação de informações oficiais para a Sociedade - (**Alteração da Iniciativa**)

Prover maior transparência às ações do Governo, com a divulgação de informações para o Governo e a sociedade - (Título original)

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Construir marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais - (**Alteração da Meta**)

Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais - (Meta original)
- Obter a adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015 - (**Alteração da Meta**)

Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015 - (Meta original)

Iniciativas

- 0430 - Aprimoramento contínuo da defesa judicial de todas as políticas públicas. - (**Alteração da Iniciativa**)

Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento contínuo da defesa judicial dessas políticas públicas; - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0956)

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	0,55
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	44,30
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	32,90
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB - (Alteração do Indicador)	%	01/12/2010	19,50

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015 - **(Alteração da Meta)**

Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015 - (Meta original. Meta migrada do Programa 2015, Objetivo 0726)

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 03IR - Apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs - **(Alteração da Iniciativa)**

Apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0857)

- 03IS - Apoio ao desenvolvimento de médias empresas nos APLs - **(Alteração da Iniciativa)**

Apoio ao desenvolvimento de médias empresas nos APLs - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0857)

- 03GU - Implantação de Sistema de Monitoramento da Política Industrial - **(Alteração da Iniciativa)**

Criação do Observatório da Indústria - (Título original)

- 03IT - Desenvolvimento de redes de empresas, consórcios, e cooperativas de produção, promoção, crédito e/ou comercialização nos APLs - **(Alteração da Iniciativa)**

Desenvolvimento de redes de empresas, consórcios, e cooperativas de produção, promoção, crédito e/ou comercialização nos APLs - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0857)

- 03IU - Extensionismo industrial e empresarial em APLs - **(Alteração da Iniciativa)**

Extensionismo industrial e empresarial em APLs - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0857)

- 03IV - Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs - **(Alteração da Iniciativa)**

Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0857)

- 03IY - Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais - **(Alteração da Iniciativa)**

Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0857)

•04DH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas - (**Alteração da Iniciativa**)

Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0857)

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - (**Alteração do Órgão**)

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

•Implantar sistema informatizado para concessão de ex-tarifários - (**Alteração da Meta**)

Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	1,00	unidade

Iniciativas

•03HU - Implantação de Melhorias no processo de concessão de ex-tarifários - (**Alteração da Iniciativa**)

Aprimoramento da sistemática de concessão de ex-tarifários - (Título original)

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

•Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial - (**Alteração da Meta**)

Aumentar de 5.786 para 6.250 o número de registros de desenho industrial - (Meta original)

Iniciativas

•03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação junto aos setores produtivo, acadêmico, tecnológico e governamental - (**Alteração da Iniciativa**)

Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, tais como feiras de negócios, seminários, congressos, oficinas e comitês temáticos - (Título original)

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	unidade
Região Nordeste	56,00	unidade
Região Norte	27,00	unidade
Região Sudeste	15,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

*Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39,00	unidade
Região Nordeste	114,00	unidade
Região Norte	53,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	39,00	unidade

- Propor marco legal para o desenvolvimento territorial. - (**Alteração da Meta**)

*Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural - (**Meta original**)*

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar a capacitação e formação de 80.000 agentes de desenvolvimento. - (**Alteração da Meta**)

*Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento - (**Meta original**)*

- Apoiar a elaboração e qualificação de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. - (**Alteração da Meta**)

*Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - (**Meta original**)*

- Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	unidade
Região Nordeste	67,00	unidade
Região Norte	33,00	unidade
Região Sudeste	26,00	unidade
Região Sul	22,00	unidade

Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	unidade
Região Nordeste	67,00	unidade
Região Norte	33,00	unidade
Região Sudeste	26,00	unidade
Região Sul	22,00	unidade

- Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados. - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	22,00	unidade
Região Nordeste	47,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	9,00	unidade
Região Sul	17,00	unidade

Reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	22,00	unidade
Região Nordeste	47,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	34,00	unidade
Região Sul	37,00	unidade

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar a capacitação e a formação de 3.000 agentes facilitadores de inclusão produtiva. - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	419,00	unidade
Região Nordeste	1.221,00	unidade
Região Norte	569,00	unidade
Região Sudeste	373,00	unidade
Região Sul	418,00	unidade

Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	279,00	unidade
Região Nordeste	814,00	unidade
Região Norte	379,00	unidade
Região Sudeste	249,00	unidade
Região Sul	279,00	unidade

- Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva. - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	23,00	unidade
Região Nordeste	89,00	unidade
Região Norte	40,00	unidade
Região Sudeste	32,00	unidade
Região Sul	26,00	unidade

Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	128,00	unidade
Região Nordeste	375,00	unidade
Região Norte	174,00	unidade
Região Sudeste	115,00	unidade
Região Sul	128,00	unidade

•Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres. - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	24,00	unidade
Região Nordeste	82,00	unidade
Região Norte	38,00	unidade
Região Sudeste	29,00	unidade
Região Sul	27,00	unidade

Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39,00	unidade
Região Nordeste	114,00	unidade
Região Norte	53,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	39,00	unidade

•Apoiar a organização produtiva de 5.000 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres. - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	557,00	unidade
Região Nordeste	2.629,00	unidade
Região Norte	757,00	unidade
Região Sudeste	500,00	unidade
Região Sul	557,00	unidade

Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	780,00	unidade
Região Nordeste	3.680,00	unidade
Região Norte	1.060,00	unidade
Região Sudeste	700,00	unidade
Região Sul	780,00	unidade

•Apoiar e coordenar o funcionamento de 150 Bases de Serviços Técnicos. - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	14,00	unidade
Região Nordeste	67,00	unidade
Região Norte	33,00	unidade
Região Sudeste	19,00	unidade
Região Sul	17,00	unidade

Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	69,00	unidade
Região Nordeste	203,00	unidade
Região Norte	95,00	unidade
Região Sudeste	63,00	unidade
Região Sul	70,00	unidade

- Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias - (**Excluída**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6.964,00	unidade
Região Nordeste	20.357,00	unidade
Região Norte	9.464,00	unidade
Região Sudeste	6.251,00	unidade
Região Sul	6.964,00	unidade

- Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária - (**Alteração da Meta**)

Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária - (Meta original. Meta migrada do Programa 2066, Objetivo 0422)

Iniciativas

- 0469 - Ampliação e qualificação da oferta de bens e serviços para os territórios, buscando a promoção da inclusão socioprodutiva, com a consolidação de empreendimentos econômicos, a estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar, o apoio à infraestrutura e serviços nos territórios rurais e a gestão social, garantindo a constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais, o apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento. - (**Alteração da Iniciativa**)

Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza - (Título original)

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas. - (**Alteração da Meta**)
- Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas - (Meta original)*
- Beneficiar 30.600 trabalhadoras rurais, através do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres - (**Alteração da Meta**)
- Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais - (Meta original)*

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 046E - Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Atualizar o marco regulatório do cooperativismo - (**Alteração da Meta**)

*Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho - (**Meta original**)*

- Disseminar e promover na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente - (**Alteração da Meta**)

*Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e solidário - (**Meta original**)*

- Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - (**Excluída**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	900,00	unidade
Região Nordeste	3.600,00	unidade
Região Norte	900,00	unidade
Região Sudeste	1.800,00	unidade
Região Sul	1.800,00	unidade

- Institucionalizar a política nacional de economia solidária com o Sistema Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Fundo Nacional - (**Alteração da Meta**)

*Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação - (**Meta original**)*

Iniciativas

- 046H - Aprovação do marco legal nacional da Política Pública e do Fundo Nacional de Economia Solidária - (**Excluída**)

- 046I - Atualização e aperfeiçoamento do marco legal da economia solidária, do cooperativismo, das cooperativas de trabalho e do cooperativismo social - (**Alteração da Iniciativa**)

*Atualização e aperfeiçoamento do marco legal do cooperativismo, das cooperativas de trabalho e do cooperativismo social - (**Título original**)*

- 046K - Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do comércio justo e do consumo consciente - (**Alteração da Iniciativa**)

*Disseminar na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente - (**Título original**)*

- 046L - Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional com a implantação de sistema de políticas públicas de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, realização de conferência, apoio ao conselho nacional, manutenção do sistema de informações e apoio a espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de economia solidária - (**Alteração da Iniciativa**)

*Implantação de espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de apoio aos empreendimentos econômicos solidários - (**Título original**)*

- 046M - Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, incluindo o funcionamento do Conselho Nacional e realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária - (**Excluída**)

- 046N - Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - (**Excluída**)

- 046O - Promoção de ações intersetoriais para o fortalecimento do cooperativismo social - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	900,00	unidade
Região Nordeste	3.600,00	unidade
Região Norte	900,00	unidade
Região Sudeste	1.800,00	unidade
Região Sul	1.800,00	unidade

Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	500,00	unidade
Região Nordeste	2.000,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização - (Excluída)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	80,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	500,00	unidade
Região Nordeste	2.000,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	150,00	unidade
Região Nordeste	600,00	unidade
Região Norte	150,00	unidade
Região Sudeste	300,00	unidade
Região Sul	300,00	unidade

Iniciativas

- 046P - Certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental - (Excluída)
- 046Q - Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária - (Excluída)
- 046S - Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário com adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários - (Alteração da Iniciativa)

Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário - (Título original)
- 046T - Fomento e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação de produção, comercialização, finanças solidárias e consumo com formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e apoio à infraestrutura - (Alteração da Iniciativa)

Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo - (Título original)
- 046U - Promoção da adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários - (Excluída)
- 046V - Promoção do acesso às compras governamentais para produtos e serviços da economia solidária - (Excluída)

- 046W - Promoção da comercialização de produtos e serviços da economia solidária por meio do acesso às compras governamentais, do fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço de apoio à comercialização e da certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental - (**Alteração da Iniciativa**)
Promoção e fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos e serviços da economia solidária - (Título original)

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento - (Excluído)	unidade	01/01/2011	0,00
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental - (Alteração do Indicador)	%	01/01/2009	42,00
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	6,10

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

• Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades. - **(Alteração da Meta)**

*Construir salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades. - **(Meta original)***

Iniciativas

• 02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral - **(Alteração da Iniciativa)**

*Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral - **(Título original)***

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

• 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicoraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente - **(Alteração da Iniciativa)**

*Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicoraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente - **(Título original)***

•02BT - Elaborar estudos para subsidiar a definição de diretrizes para a política nacional de saúde ocupacional dos profissionais da educação e estabelecer ações voltadas para a prevenção e atenção à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os entes federados - (**Alteração da Iniciativa**)

Definir diretrizes para a política nacional de saúde ocupacional dos profissionais da educação e estabelecer ações voltadas para a prevenção e atenção à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os entes federados - (Título original)

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

•Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 - (**Alteração da Meta**)

Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 - (Meta original)

•Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 - (**Excluída**)

•Fomentar programas de combate à violência e ao "bullying" na escola e promover educação em direitos humanos - (**Alteração da Meta**)

Fomentar projetos e campanhas voltados ao combate à violência e ao "bullying" nas escolas - (Meta original)

•Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos. - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

•02C5 - Prestação de assistência técnica, mediante a realização e divulgação de estudos, aos Estados, Distrito Federal e Municípios sobre critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de diretores de escola, bem como das formas de participação da comunidade escolar na respectiva escolha - (**Alteração da Iniciativa**)

Prestação de assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na definição de critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de diretores de escola, bem como das formas de participação da comunidade escolar na respectiva escolha - (Título original)

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Matrículas na educação profissional e tecnológica - (Excluído)	milhar	01/01/2009	1.717,62
Número de matrículas em cursos de educação profissional tecnológica de graduação - (Novo Indicador)	milhar	31/12/2011	870,50
Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional - (Novo Indicador)	milhar	31/12/2012	2.999,10
Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica - (Alteração do Indicador)	milhar	01/01/2009	250,90
Número de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - (Novo Indicador)	unidade	31/12/2010	354,00
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	6,10
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional - (Novo Indicador)	%	31/12/2010	1,30

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres - **(Nova Meta)**
- Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562 - **(Alteração da Meta)**
*Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622 - **(Meta original)***
- Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes - **(Alteração da Meta)**
*Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda - **(Meta original)***

Iniciativas

- 02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante. - **(Alteração da Iniciativa)**
*Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade - **(Título original)***
- 02A5 - Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes. - **(Alteração da Iniciativa)**
*Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais - **(Título original)***

- 02A6 - Formulação e avaliação de políticas, programas, diretrizes e referenciais da educação profissional e tecnológica - (**Alteração da Iniciativa**)

Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais e habilitação de instituições privadas para fins de expansão da oferta gratuita de cursos de educação profissional e acesso a programa de financiamento estudantil - (Título original)

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres - (**Excluída**)

- Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional - (**Alteração da Meta**)

Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnico de nível médio - (Meta original)

- Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020 - (**Alteração da Meta**)

Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 - (Meta original)

Iniciativas

- 02B3 - Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante. - (**Alteração da Iniciativa**)

Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante - (Título original)

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	6,10
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres - (Alteração do Indicador)	%	01/01/2009	3,70

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 04DY - Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA - **(Nova Iniciativa)**

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade instalada de geração - Hidráulica - (Novo Indicador)	MW	31/12/2012	82.458,03
Capacidade instalada de geração - Renováveis - (Novo Indicador)	MW	31/12/2012	10.300,93
Capacidade instalada de geração - Termelétricas - (Novo Indicador)	MW	31/12/2012	24.357,77
Índice de perdas - (Excluído)	%	31/12/2009	16,80
Rede Básica do SIN - linhas de transmissão - (Novo Indicador)	km	31/12/2012	105.768,00
Rede Básica do SIN - transformação - (Novo Indicador)	MVA	31/12/2012	261.642,00

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	5.700,00	megawatt
Região Hidrográfica Atlântico Leste	140,00	megawatt
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	70,00	megawatt
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	210,00	megawatt
Região Hidrográfica Paraná	630,00	megawatt
Região Hidrográfica São Francisco	160,00	megawatt
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	190,00	megawatt
Região Hidrográfica Uruguai	1.140,00	megawatt

Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	9,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	1,00	unidade
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2,00	unidade

- Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	13.500,00	megawatt
Região Hidrográfica Atlântico Leste	225,00	megawatt
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	110,00	megawatt
Região Hidrográfica Paraná	210,00	megawatt
Região Hidrográfica São Francisco	450,00	megawatt
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	150,00	megawatt
Região Hidrográfica Uruguai	720,00	megawatt

Realizar 28 projetos e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas (UHEs) com potencial de aproximadamente 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	24,00	estudo
Região Hidrográfica Paraná	3,00	estudo
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	1,00	estudo

- Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3.000,00	megawatt
Região Sul	1.000,00	megawatt

Realizar 16 projetos e estudos de viabilidade de parques eólicos com potencial de aproximadamente 1.600 MW de capacidade de geração a partir da fonte eólica - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	12,00	estudo
Região Sul	4,00	estudo

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 04EQ - Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM) - (Nova Iniciativa)

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 04DJ - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga em Itaparica (BA) - (Nova Iniciativa)

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Monitorar anualmente a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	55,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	60,00	unidade

Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	55,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	60,00	unidade

- Monitorar anualmente a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País - (Alteração da Meta)

<i>Regionalização da Meta</i>	<i>Total</i>	<i>Unidade</i>
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>35,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Nordeste</i>	<i>70,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Norte</i>	<i>55,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Sudeste</i>	<i>45,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Sul</i>	<i>65,00</i>	<i>unidade</i>

Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País - (Meta original)

<i>Regionalização da Meta</i>	<i>Total</i>	<i>Unidade</i>
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>35,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Nordeste</i>	<i>70,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Norte</i>	<i>55,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Sudeste</i>	<i>45,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Região Sul</i>	<i>65,00</i>	<i>unidade</i>

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de comunidades quilombolas certificadas - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2011	1.863,00
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2011	65.779,00

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Produzir e difundir publicações e outros instrumentos de orientação que ofereçam suporte à formulação e monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluído perspectiva de gênero. - **(Alteração da Meta)**

*Producir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero - **(Meta original)***

- Realizar ações com órgãos da Administração Pública Federal e com estados e municípios visando à efetivação de políticas que têm como foco prioritário a população negra. - **(Nova Meta)**

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Ampliar o número de organizações públicas e privadas que implementam ações afirmativas para a população negra. - **(Alteração da Meta)**

*Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada - **(Meta original)***

OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Produzir e difundir instrumentos de orientação para implementação dos marcos legais. - **(Nova Meta)**

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Assegurar a inclusão de conteúdos sobre a temática racial em programas e ações de sensibilização e capacitação de servidores(as) para identificação, abordagem e enfrentamento ao racismo institucional. - **(Nova Meta)**

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas. - (**Alteração da Meta**)

Fortalecer organizações de mídia negra - (Meta original)

- Realizar e apoiar ações e/ou medidas para a valorização da pessoa negra e para o enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras. - (**Alteração da Meta**)

Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras - (Meta original)

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Criar instrumento de coordenação e monitoramento para promover o acesso às políticas governamentais pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e os povos de culturas ciganas. - (**Alteração da Meta**)

Implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para comunidades de terreiro e povos de culturas ciganas - (Meta original)

Iniciativas

- 0477 - Desenvolver cooperação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estabelecendo linhas de parceria em ações relacionadas à questão indígena - (**Excluída**)

- 0478 - Mapeamento e levantamento socioeconômico e de demandas por serviços e programas sociais dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em sua diversidade, bem como acompanhamento de ações de desenvolvimento sustentável nessas comunidades - (**Alteração da Iniciativa**)

Mapeamento e levantamento socioeconômico e de demandas por serviços e programas sociais das comunidades tradicionais de terreiro em sua diversidade, bem como acompanhamento de ações de desenvolvimento sustentável nessas comunidades - (Título original)

- 0479 - Articulação com Instituições que tem como finalidade a preservação do patrimônio Histórico, Artístico e Cultural para desenvolvimento de ações específicas junto aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. - (**Alteração da Iniciativa**)

Proposição de modalidade de tombamento que considere as variadas dimensões que compõem o patrimônio imaterial inerente às comunidades tradicionais de terreiro e acompanhamento dos processos de tombamento, salvaguarda, registro e/ou inventário do patrimônio dessas comunidades - (Título original)

- 04DX - Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade e a participação nos espaços de gestão pública, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao etnodesenvolvimento desses povos e comunidades - (**Nova Iniciativa**)

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Iniciativas

- 01R0 - Apoio das Forças Armadas ao acesso de crianças e adolescentes ao esporte e lazer. - (**Alteração da Iniciativa**)

Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças - (Título original. Iniciativa migrada do Programa 2058, Objetivo 0502)

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social. - (**Alteração da Meta**)

Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas e à instalação de monitoramento de imagens em arenas esportivas (Torcida Legal). - (Meta original)

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

• Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação - (**Alteração da Meta**)

Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação - (Meta original)

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias - **(Excluída)**
 - Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento - **(Excluída)**
 - Integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social (ACESSUAS/TRABALHO) - **(Nova Meta)**
 - Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território - **(Excluída)**
 - Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas - **(Excluída)**
 - Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas - **(Alteração da Meta)**
- Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas - (Meta original)*
- Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços - **(Excluída)**
 - Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF - **(Excluída)**

Iniciativas

- 00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão - **(Alteração da Iniciativa)**
- Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica - (Título original)*
- 00WN - Aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão para ampliar e qualificar o atendimento e acompanhamento às famílias - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias - **(Alteração da Meta)**

Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária - (Meta original)

- Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS, do Centro Pop e do CentroDia, elevando o percentual de equipamentos operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente, bem como assegurando o enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial - (**Alteração da Meta**)

Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial - (Meta original)

- Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento aos diversos públicos, estimulando a oferta de serviços com metodologias inovadoras (Centros-Dia, Residências-Inclusivas, Repúblicas, Casas-Lares, etc), assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT - (**Alteração da Meta**)

Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências - (Meta original)

- Elaborar e difundir orientações técnicas para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas - (**Alteração da Meta**)

Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) - (Meta original)

- Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT - (**Excluída**)

- Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha - (**Excluída**)

- Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas - (**Excluída**)

- Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua - (**Alteração da Meta**)

Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria - (Meta original)

- Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência - (**Excluída**)

- Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente - (**Excluída**)

- Estabelecer protocolos e fluxos intersetoriais para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas - (**Alteração da Meta**)

Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual - (Meta original)

- Estabelecer protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) - (**Alteração da Meta**)

Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres - (Meta original)

- Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos municípios abrangidos pelo “Programa Crack, É Possível Vencer”, com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras - (**Alteração da Meta**)

Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras - (Meta original)

Iniciativas

- 013T - Expansão, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da rede de Proteção Social Especial, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão - (**Alteração da Iniciativa**)

Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial - (Título original)

- 013W - Produção, organização e aperfeiçoamento dos mecanismos de orientações técnicas, normativos, protocolos e fluxos intersetoriais para ampliar e qualificar o atendimento e o acompanhamento especializado às famílias e indivíduos - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura dos beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 18 anos, por meio da adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola - (**Alteração da Meta**)

Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola - (Meta original)

- Ampliar o percentual de beneficiários do BPC inseridos no Cadastro Único para 100%, até 2015 - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual
Região Nordeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	100,00	percentual
Região Sul	100,00	percentual

Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual
Região Nordeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	100,00	percentual
Região Sul	100,00	percentual

- Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	155.772,00	unidade
Região Nordeste	513.701,00	unidade
Região Norte	100.979,00	unidade
Região Sudeste	455.447,00	unidade
Região Sul	135.132,00	unidade

Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	155.772,00	unidade
Região Nordeste	513.701,00	unidade
Região Norte	100.979,00	unidade
Região Sudeste	135.132,00	unidade
Região Sul	455.447,00	unidade

- Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento - **(Excluída)**
- Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados, no Distrito Federal e em outros municípios que manifestarem interesse - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 0142 - Aprimorar a regulação do SUAS - **(Excluída)**
 - 0145 - Promover e apoiar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda, bem como construir métodos e processos de trabalho qualificados para essa integração - **(Excluída)**
 - 0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e controle social, do aperfeiçoamento da regulação e da tecnologia da informação utilizada, da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais, contemplando a realização anual do Censo SUAS - **(Alteração da Iniciativa)**
- Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas federativas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e de controle social, do aperfeiçoamento da tecnologia da informação utilizada, bem como da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais no âmbito do SUAS, contemplando a realização anual do Censo SUAS - (Título original)*

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Formação bruta de capital fixo (% PIB) - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	19,50

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

•03MP - Autorização para funcionamento das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e demais atos societários sujeitos a aprovação do Banco Central, bem como dos atos de concentração das instituições integrantes do SFN e seus efeitos sobre a concorrência - (**Excluída**)

•03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito, bem como desenvolvimento de programa de educação e inclusão financeira - (**Alteração da Iniciativa**)

*Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito - (**Título original**)*

•03MW - Desenvolver programa de educação e inclusão financeira com foco na promoção de informação, formação e orientação quanto às políticas monetária e cambial, ao planejamento financeiro, ao meio circulante e aos produtos e serviços disponibilizados pelas entidades - (**Excluída**)

•03MX - Regulação, organização e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, com vistas a um sistema sólido e eficiente - (**Alteração da Iniciativa**)

*Desenvolvimento de estudos e elaboração de normas relativas ao funcionamento do SFN e do mercado de câmbio e capitais estrangeiros, envolvendo a análise da regulamentação do sistema financeiro internacional, com vistas à adoção de padrões internacionais para a equalização de procedimentos - (**Título original**)*

•03NE - Realização da supervisão e do monitoramento da atuação das instituições financeiras e das demais sociedades que operam no mercado financeiro, com a devida apuração das infrações às normas legais e regulamentares instituídas, além do monitoramento dos mercados financeiros e atendimento a denúncias e reclamações dos cidadãos e atendimento a demandas dos diversos poderes - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

•03OC - Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes - (**Alteração da Iniciativa**)

*Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (consórcio, seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes - (**Título original**)*

•0496 - Apoio à abertura de contas simplificadas - (**Excluída**)

•0498 - Fomento ao Micropenhor - (**Excluída**)

•04FF - Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da Estratégia Negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários e realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado - **(Alteração da Iniciativa)**

Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, e desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários - (Título original)

- 03OH - Impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar - **(Excluída)**

- 03OI - Realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais - **(Excluída)**

- 03OJ - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, e assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários e seus emissores - **(Excluída)**

- 03OK - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, assegurando o acesso do público às informações sobre os valores mobiliários e seus emissores; supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado (inclusive por meio de modelo baseado em risco), bem como a veiculação de informações às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados; e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da CVM ou de leis especiais relacionadas - **(Alteração da Iniciativa)**

Supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados - (Título original)

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 03OL - Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral - **(Excluída)**

- 03OO - Promover a educação securitária e previdenciária e a orientação à sociedade sobre os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta. - **(Alteração da Iniciativa)**

Desenvolver programa de educação financeira com foco nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização - (Título original)

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento) - (Excluído)	município	01/07/2008	811,00
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas sem infraestrutura de drenagem) - (Excluído)	município	01/07/2008	1.210,00
Municípios com Órgão de Defesa Civil Implementado e Estruturado - (Excluído)	município	01/06/2011	458,00
Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC - (Novo Indicador)	unidade	21/03/2013	237,00
Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres - (Novo Indicador)	porcentagem (%)	31/12/2012	0,00
Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos) - (Novo Indicador)	porcentagem (%)	31/12/2012	35,00
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade) - (Novo Indicador)	porcentagem (%)		
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) - (Novo Indicador)	porcentagem (%)	31/12/2012	0,00

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos. - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	município
Região Nordeste	277,00	município
Região Norte	81,00	município
Região Sudeste	292,00	município
Região Sul	142,00	município

*Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos. - **(Meta original)***

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	município
Região Nordeste	34,00	município
Região Norte	3,00	município
Região Sudeste	117,00	município
Região Sul	91,00	município

- Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos. - **(Nova Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7,00	município
Região Nordeste	47,00	município
Região Norte	29,00	município
Região Sudeste	144,00	município
Região Sul	59,00	município

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	município
Região Nordeste	277,00	município
Região Norte	81,00	município
Região Sudeste	292,00	município
Região Sul	142,00	município

Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	município
Região Nordeste	34,00	município
Região Norte	3,00	município
Região Sudeste	167,00	município
Região Sul	91,00	município

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Monitoramento e alerta para municípios com riscos de deslizamentos de massa - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	município
Região Nordeste	277,00	município
Região Norte	81,00	município
Região Sudeste	292,00	município
Região Sul	142,00	município

Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8,00	município
Região Nordeste	24,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	176,00	município
Região Sul	39,00	município

- Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	município
Região Nordeste	277,00	município
Região Norte	81,00	município
Região Sudeste	292,00	município
Região Sul	142,00	município

Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	município
Região Nordeste	26,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	40,00	município
Região Sul	132,00	município

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	estado
Região Nordeste	9,00	estado
Região Norte	7,00	estado
Região Sudeste	4,00	estado
Região Sul	3,00	estado

Estruturação de órgãos estaduais de defesa civil - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	estado
Região Nordeste	9,00	estado
Região Norte	7,00	estado
Região Sudeste	4,00	estado
Região Sul	3,00	estado

- Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	município
Região Nordeste	277,00	município
Região Norte	81,00	município
Região Sudeste	292,00	município
Região Sul	142,00	município

Implementação e estruturação de órgãos municipais de defesa civil - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	104,00	município
Região Nordeste	1.202,00	município
Região Norte	161,00	município
Região Sudeste	528,00	município
Região Sul	861,00	município

- Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil - (**Alteração da Meta**)

Realizar Conferência Nacional de Defesa Civil - (Meta original)

- Realizar Conferências Regionais de Defesa Civil - (**Excluída**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 00FA - Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres - (**Excluída**)
- 00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil. - (**Alteração da Iniciativa**)

*Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil - (**Título original**)*
- 00FH - Promover a articulação dos entes federados, da sociedade e de organismos internacionais por meio da organização e participação em fóruns de discussão. - (**Alteração da Iniciativa**)

*Promover a articulação dos entes federados, da sociedade e de organismos internacionais por meio da organização e participação em fóruns de discussão e da capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil - (**Título original**)*

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	106,00	município

*Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos - (**Meta original**)*

- Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	município
Região Nordeste	2,00	município
Região Norte	1,00	município
Região Sudeste	1,00	município
Região Sul	2,00	município

*Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	município
Região Sudeste	1,00	município
Região Sul	2,00	município

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Importação de máquinas para a mineração - (Excluído)	US\$ mil	31/12/2010	547.809,00
Importação de máquinas para siderurgia - (Excluído)	US\$ mil	31/12/2010	2.679.832,00
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia) - (Alteração do Indicador)	US\$ bilhão	31/12/2010	45,70
PIB M&TM - (Alteração do Indicador)	US\$ bilhão	31/12/2010	79,80

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias para atender a agricultura familiar, os grandes desafios nacionais, a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira - (**Alteração da Iniciativa**)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias incrementais para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos da agropecuária - (Título original)

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacauzeiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 03GM - Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacauzeiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia - (**Alteração da Iniciativa**)
Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacauzeiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia - (Título original)

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 1658 para 2400 o número de cultivares protegidas - (**Alteração da Meta**)
Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas - (Meta original)
- Aumentar de 110 para 170 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares - (**Alteração da Meta**)
Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares - (Meta original)

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento da União Aduaneira do MERCOSUL, com vistas ao estabelecimento do livre comércio intrazona, à consolidação da Tarifa Externa Comum e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Concluir a negociação para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a implementação do mecanismo de distribuição da renda aduaneira. - (**Alteração da Meta**)
Concluir a negociação para a implementação da 1^a e 2^a etapas da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, correspondente a cada etapa - (Meta original)
- Concluir o exame integral do funcionamento e dos resultados do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), nos termos do Artigo 81 da Decisão CMC 01/10 e do Artigo 2. da Decisão CMC 40/12. - (**Nova Meta**)
- Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações - (**Excluída**)
- Desenvolver iniciativas de integração produtiva com os Estados Partes do MERCOSUL e regulamentar o Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL. - (**Nova Meta**)
- Implementar a interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e de base de dados - (**Excluída**)
- Implementar o mecanismo de monitoramento dos impactos econômico-comerciais decorrentes da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) - (**Excluída**)
- Regulamentar o Fundo de Garantias para Micros, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL. - (**Nova Meta**)

Iniciativas

- 03ZJ - Elaboração de proposta de harmonização de regimes nacionais de drawback e admissão temporária - (**Excluída**)
- 03ZL - Elaboração de proposta de procedimentos para que os Estados Partes intercambiem anualmente informação sobre incentivos - (**Excluída**)
- 03ZV - Negociação de proposta de revisão da Tarifa Externa Comum - (**Excluída**)
- 0400 - Revisão do sistema de consultas estabelecido pela Diretriz CCM N° 17/99 - Mecanismo de consultas na Comissão de Comércio. - (**Excluída**)
- 04H1 - Negociação do regulamento do Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL estabelecido pela Decisão CMC 67/12. - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum N° 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Definir as medidas necessárias para a plena implementação, até 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL - (**Alteração da Meta**)
Definir cronogramas para o cumprimento das ações internas necessárias para assegurar a plena implementação, em 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL - (Meta original)

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos - (Alteração do Indicador)	%	01/01/2009	11,03
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados - (Alteração do Indicador)	%	01/01/2009	4,49

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:1.000.000 - (Excluído)	%	31/12/2010	10,00
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:250.000 - (Excluído)	%	31/12/2010	3,00

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 04EL - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). - (**Alteração da Meta**)

*Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO) - (**Meta original**)*

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	48,51
Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2007	71,90

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa - **(Alteração do Órgão)**

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa - **(Alteração do Órgão)**

Iniciativas

- 04E2 - Apoio a projetos de desenvolvimento integrado de micro e pequenas empresas, inclusive artesanais - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa - **(Alteração do Órgão)**

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa - **(Alteração do Órgão)**

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2008	20,18

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,70	bilhão de reais
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	2,20	bilhão de reais
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.	18,50	bilhão de reais

*Investir R\$18,5 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível - **(Meta original)***

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,70	bilhão de reais
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	1,70	bilhão de reais
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.	14,60	bilhão de reais

- Investir R\$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível - **(Nova Meta)**

Iniciativas

- 027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - **(Alteração da Iniciativa)**
*Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte ? MG - **(Título original)***
- 0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - **(Alteração da Iniciativa)**
*Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife ? PE - **(Título original)***

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	8,00	projeto
Brasília	1,00	projeto
Cuiabá	2,00	projeto
Curitiba	8,00	projeto
Fortaleza	6,00	projeto
Natal	3,00	projeto
Porto Alegre	10,00	projeto
Recife	5,00	projeto
Rio de Janeiro	1,00	projeto

Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	8,00	projeto
Brasília	1,00	projeto
Cuiabá	3,00	projeto
Curitiba	9,00	projeto
Fortaleza	7,00	projeto
Manaus	2,00	projeto
Natal	2,00	projeto
Porto Alegre	10,00	projeto
Recife	5,00	projeto
Rio de Janeiro	1,00	projeto
Salvador	1,00	projeto
São Paulo	1,00	projeto

Iniciativas

- 0298 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Manaus/AM, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações - (**Excluída**)
- 029C - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Salvador/BA, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações - (**Excluída**)
- 029D - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em São Paulo/SP, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Monitorar e atualizar o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito. - **(Alteração da Meta)**

Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em todos os municípios do país - (Meta original)

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Assentamentos subnormais - (Novo Indicador)	unidade	31/12/2010	3.224,53
Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura - (Excluído)	unidade	30/09/2007	10.454.947,00
Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro - (Excluído)	unidade	30/09/2007	928.777,00
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária - (Excluído)	unidade	30/09/2007	1.879.907,00
Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional - (Novo Indicador)	unidade	30/09/2007	10.454.974,00
Oferta de moradias - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	0,01

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural - (Alteração da Meta)

Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural - (Meta original)

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Alcançar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social - (Alteração da Meta)

Alcançar 90% de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social - (Meta original)

OBJETIVO: 0756 - Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Viabilizar a priorização da implementação de investimentos em infraestrutura social, financiados pelo Governo Federal em outros programas do PPA 2012-2015, nas áreas selecionadas pelo Programa Moradia Digna, para implementação de empreendimentos de habitação de interesse social. - (Alteração da Meta)

Priorizar áreas de referência de empreendimentos de habitação de interesse social financiados pelo Governo Federal na implementação de suas carteiras prioritárias de investimentos em infraestrutura social - (Meta original)

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD) do Brasil - (Excluído)	km ²	04/12/2004	1.338.076,00

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

•02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, inclusive o Fundo Amazônia - (**Alteração da Iniciativa**)

*Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima - (**Título original**)*

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade de Reservação de Água - (Novo Indicador)	milhão de m ³	28/05/2013	29.300,00
Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção (IBGE/PNSB) - (Excluído)	unidade	17/06/2008	441,00
Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial (IBGE/PNSB) - (Excluído)	unidade	17/06/2008	515,00
Quilometragem de Adução de Água - (Novo Indicador)	km	28/05/2013	2.039,00

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica - (Alteração da Meta)

Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica - (Meta original)

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativas

- 04FL - Implantação do Sistema Adutor do Pajeú (PE e PB) - (Nova Iniciativa)
- 04EM - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE) - (Nova Iniciativa)
- 04EN - Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri (PE) - (Nova Iniciativa)

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Resultado da Balança Comercial de Pescado em Valor - (Novo Indicador)	US\$		
Resultado da Balança Comercial de Pescados em Volume - (Novo Indicador)	tonelada		

OBJETIVO: 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplorados.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton - (**Nova Meta**)
- Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Implantar 06 escolas nacionais para profissionais da pesca e aquicultura - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0583)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional - (**Nova Meta**)

Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola - (Alteração da Meta)

Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola - (Meta original)

- Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional - (**Alteração da Meta**)

Atender 60 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0970)

- Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis de R\$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria - (**Nova Meta**)

Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura - (Alteração da Meta)

Capacitar 60.000 trabalhadores da pesca e aquicultura - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0576)

- Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado - (**Alteração da Meta**)

Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0576)

- Capacitar 5.000 pescadores artesanais em informática básica - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	500,00	unidade
Região Nordeste	2.000,00	unidade
Região Norte	1.500,00	unidade
Região Sudeste	500,00	unidade
Região Sul	500,00	unidade

Capacitar 20.000 pescadores artesanais em informática básica - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0576)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	8.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

•Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	6,00	unidade
Região Sudeste	13,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	11,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

•Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

•Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) – Plano Safra da Pesca e Aquicultura - (**Alteração da Meta**)

Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA) - (Meta original)

•Financiar 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza (pesca artesanal) - (**Alteração da Meta**)

Revitalizar 850 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0583)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	215,00	unidade
Região Norte	215,00	unidade
Região Sudeste	210,00	unidade
Região Sul	210,00	unidade

•Financiar 20 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira - (**Alteração da Meta**)

Revitalizar 60 embarcações no âmbito do Programa Pro frota Pesqueira - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0583)

•Implantar 05 Estações de Piscicultura - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	0,20	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade

Implantar 03 Estações de Piscicultura - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade

•Implantar 50 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

Implantar 100 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0576)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	40,00	unidade
Região Norte	30,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

•Implantar e manter 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	30,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Implantar e manter 105 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	27,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade

•Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	8,00	unidade

Implantar parques aquícolas continentais em 22 reservatórios - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

•Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Implantar parques aquícolas marinhos em 5 Estados - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras) - (**Alteração da Meta**)

Instalar 80 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras) - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0583)

- Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura" - (**Nova Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	19,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

- Promover 3 estudos e prospecção de mercado para o levantamento de informações técnicas, econômicas e mercadológicas sobre a cadeia produtiva de pescado - (**Nova Meta**)

- Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura - (**Alteração da Meta**)

Qualificar 1000 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura - (Meta original)

- Qualificar 750 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos - (**Alteração da Meta**)

Qualificar 1000 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0576)

- Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	4,00	unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0583)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	4,00	unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora - (**Alteração da Meta**)

Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora - (Meta original. Meta migrada do Objetivo 0583)

- Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros - (**Nova Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios - (**Nova Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	unidade
Região Nordeste	8,00	unidade
Região Norte	6,00	unidade
Região Sudeste	12,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens - (**Nova Meta**)

- Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros - (**Excluída**)

- Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios - (**Nova Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros - (**Nova Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura - (**Alteração da Meta**)

*Viabilizar 30 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0576**)*

Iniciativas

- 044R - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo a comercialização e o consumo de pescado - (**Alteração da Iniciativa**)

*Aumento da participação do pescado no mercado institucional, com foco no incentivo do consumo do pescado na alimentação escolar - (**Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0970**)*

- 0262 - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - (**Excluída**)

- 0265 - Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas e consolidação da estrutura do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União - (**Excluída**)

- 0267 - Desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e formação de recursos humanos para o setor pesqueiro e aquícola - (**Excluída**)

- 026E - Implantação de unidades demonstrativas para aquicultura marinha e continental - (**Excluída**)

- 02AQ - Equalização da taxa de juros em financiamentos para a ampliação e modernização da frota pesqueira nacional - (**Alteração da Iniciativa**)

*Revitalização da frota pesqueira nacional (PROFROTA Pesqueira/REVITALIZA) - (**Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0583**)*

- 04EO - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - (**Nova Iniciativa**)

- 04FG - Promover a desoneração da folha de pagamento da cadeia produtiva aquícola e pesqueira no âmbito do Brasil Maior - (**Nova Iniciativa**)

- 04FH - Apoiar a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) e Transferência de Tecnologia (TT) (CBPA) - MPA/MCTI/Embrapa - (**Nova Iniciativa**)

- 04FI - Apoiar a criação do Instituto Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Pesqueiro – Indep - (**Nova Iniciativa**)
- 04FJ - Manter a regularização de parques aquícolas - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	36,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

*Atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	36,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Implantar 150 cozinhas comunitárias - (**Alteração da Meta**)

*Implantar 200 cozinhas comunitárias - (**Meta original**)*

- Implantar 150 pontos comerciais fixos - (**Alteração da Meta**)

*Implantar 200 pontos comerciais fixos - (**Meta original**)*

- Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização - (**Alteração da Meta**)

*Implantar e adequar 27 mercados públicos/pontos de comercialização - (**Meta original**)*

- Implantar e adequar 15 unidades de recepção de pescado - (**Alteração da Meta**)

*Implantar e adequar 27 unidades de recepção de pescado - (**Meta original**)*

- Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar –Uadaf) - (**Alteração da Meta**)

*Implantar e adequar 68 Unidades de Beneficiamento de Pescado - UBP - (**Meta original**)*

- Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 30.000 famílias - (**Alteração da Meta**)

*Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros e tanques redes) para atender 6 mil famílias - (**Meta original. Meta migrada do Objetivo 0567**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	1.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Manter 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

Revitalizar 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

Iniciativas

- 027D - Desenvolvimento de Infraestrutura pesqueira e aquicola - (**Excluída**)
- 027L - Implantação do Terminal Pesqueiro Público de Belém - (**Excluída**)
- 027M - Implantação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro - (**Excluída**)
- 027Q - Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da terminais pesqueiros públicos - (**Alteração da Iniciativa**)

Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira - (Título original)
- 04DZ - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8.000,00	unidade
Região Nordeste	32.000,00	unidade
Região Norte	24.000,00	unidade
Região Sudeste	8.000,00	unidade
Região Sul	8.000,00	unidade

Alfabetizar 160.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	16.000,00	unidade
Região Nordeste	64.000,00	unidade
Região Norte	48.000,00	unidade
Região Sudeste	16.000,00	unidade
Região Sul	16.000,00	unidade

- Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	200,00	unidade
Região Nordeste	800,00	unidade
Região Norte	600,00	unidade
Região Sudeste	200,00	unidade
Região Sul	200,00	unidade

Capacitar 10.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	4.000,00	unidade
Região Norte	3.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

•Criar 150 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	unidade
Região Nordeste	60,00	unidade
Região Norte	45,00	unidade
Região Sudeste	15,00	unidade
Região Sul	15,00	unidade

Criar 480 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	48,00	unidade
Região Nordeste	192,00	unidade
Região Norte	144,00	unidade
Região Sudeste	48,00	unidade
Região Sul	48,00	unidade

•Elevar a escolaridade de 20.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	8.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

Elevar a escolaridade de 40.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.000,00	unidade
Região Nordeste	16.000,00	unidade
Região Norte	12.000,00	unidade
Região Sudeste	4.000,00	unidade
Região Sul	4.000,00	unidade

•Implantar 187 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	75,00	unidade
Região Norte	55,00	unidade
Região Sudeste	19,00	unidade
Região Sul	19,00	unidade

Implantar 300 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	120,00	unidade
Região Norte	90,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	30,00	unidade

- Realizar incubação e qualificação de 25 empreendimentos da pesca e aquicultura - **(Excluída)**

Iniciativas

- 028T - Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras - **(Excluída)**
- Desenvolver 2 sistemas de informação para a coleta e a gestão dos dados dos programas de monitoramento e controle - **(Nova Meta)**

Iniciativas

- 02A8 - Criação de escolas profissionalizantes, voltadas para a qualificação do profissional da pesca e aquicultura - **(Excluída)**
- 02AJ - Implantação de projetos demonstrativos e novas tecnologias para a diversificação da pesca - **(Excluída)**
- 02AK - Implementação e fortalecimento dos sistemas de monitoramento, informação e registro do MPA - **(Excluída)**
- 04AW - Fiscalização e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e aquícolas - **(Nova Iniciativa)**

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural - (Alteração do Indicador)	mil m³ por dia	31/12/2010	24,00
Extensão de Gasodutos - (Alteração do Indicador)	km	31/12/2010	11.373,00

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015) - (Alteração da Meta)

Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2012 e 2014) - (Meta original)

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 04DD - Ampliar a capacidade de processamento de Gás Natural do Terminal de Cabiúnas (RJ). - (Nova Iniciativa)

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial - (Alteração da Meta)

Realizar rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial - (Meta original)

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de municípios com órgãos ambientais e/ou conselhos de meio ambiente participativos e de caráter deliberativo - (Excluído)	%	01/01/2011	9,68

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Elaboração do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade). - (**Alteração da Meta**)

Instituição do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) - (Meta original)

- Implementar o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis (Brasil + 20). - (**Alteração da Meta**)

Instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios que atendam ao menos um dos seguintes critérios: possuir altos índices de crescimento demográfico, estar localizado em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental ou ter sido atingido por desastres naturais - (Meta original)

- Regulamentação de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida - (**Alteração da Meta**)

Instituição de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida - (Meta original)

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 00ZM - Apoio técnico e institucional à elaboração de projetos de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural. - (**Alteração da Iniciativa**)

Implantação de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural - (Título original)

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e nos Municípios brasileiros. - (**Alteração da Meta**)

Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e em 10% dos Municípios brasileiros - (Meta original)

- Criar e manter o Observatório das Cidades - **(Excluída)**
- Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados - **(Excluída)**

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

OBJETIVO: 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Concluir a formulação de um Programa de Tecnologias Críticas - (**Nova Meta**)
- Concluir a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa - (**Alteração da Meta**)
*Treinar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa - (**Meta original**)*

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação. - (**Alteração da Meta**)

*Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura - (**Meta original**)*

- Implementar um programa inspirado no Projeto Rondon para a participação de universitários brasileiros em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa na África - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional. - (**Nova Meta**)

- Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas. - (**Nova Meta**)

- Implementar mecanismos de diálogo e cooperação internacional na área do enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais. - (**Nova Meta**)

- Negociar, no âmbito das Nações Unidas, instrumento multilateral sobre crimes cibernéticos. - (**Alteração da Meta**)

*Negociar, no âmbito das Nações Unidas, Convenção Universal sobre crimes cibernéticos - (**Meta original**)*

- Organizar, em parceria com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo da Organização dos Estados Americanos (CICTE/OEA), dois seminários e outros eventos voltados à segurança portuária e à segurança de grandes eventos - (**Excluída**)

- Promover a cooperação nas áreas de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil e de prevenção ao terrorismo. - (**Alteração da Meta**)

*Negociar acordos de cooperação nas áreas de prevenção ao terrorismo e de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil - (**Meta original**)*

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 04GB - Ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica 62 (MERCOSUL-Cuba). - (**Nova Iniciativa**)

- 04GC - Negociação de Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com os novos membros da ALADI, Panamá e Nicarágua, e subsidiariamente, com os demais países da América Central e do Caribe. - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Aumentar de 35 para 100 as contratações anuais para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos. - (**Alteração da Meta**)

Aumentar de 35 anuais para 100, a contratação e elaboração de estudos sobre investimentos e comércio, bem como de pesquisas de mercado, com o objetivo de subsidiar ações de promoção de investimentos - (Meta original)

- Estender para 15 cidades brasileiras, a realização dos seminários e das oficinas do Programa de Promoção de Exportações para a Organização das Nações Unidas (PPE-ONU) - (**Excluída**)
- Melhorar a qualidade da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet. - (**Nova Meta**)
- Realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema. - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Assegurar a adoção por países da América do Sul, Central, Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T). - (**Alteração da Meta**)

Assegurar a adoção por países da América Central e Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T) - (Meta original)

- Capacitar os Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) para atuarem como observatórios de inovação e da governança da internet. - (**Nova Meta**)

Iniciativas

- 03TS - Atração de investimentos diretos estrangeiros em setores intensivos em tecnologia e conhecimento, com foco no estabelecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de empresas estrangeiras no Brasil. - (**Alteração da Iniciativa**)

Atração de investimentos diretos estrangeiros em setores intensivos em tecnologia e conhecimento, além de estímulo à formação de ?joint-ventures? e ?spin-offs? com empresas brasileiras do setor - (Título original)

- 03TV - Cooperação bilateral, plurilateral e regional na área de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) - (**Alteração da Iniciativa**)

Cooperação bilateral na área de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) - (Título original)

- 03TX - Mobilização da diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação para promover o avanço da ciência e tecnologia no Brasil, inclusive mediante transferência de processos de inovação críticos desenvolvidos no exterior. - (**Alteração da Iniciativa**)

Mobilização da diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação para transferir processos de inovação críticos desenvolvidos no exterior para o Brasil - (Título original)

- 03TZ - Coordenação da posição oficial brasileira relativa à participação nos foros internacionais sobre governança da Internet. - (**Alteração da Iniciativa**)

Orientação da posição oficial brasileira relativa à governança da Internet, com vistas à formação de um regime internacional democrático e transparente que defina processos decisórios e regras para o uso e evolução da Internet - (Título original)

- 04GA - Promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação no âmbito dos mecanismos IBAS e BRICS e das Cúpulas birregionais (ASA, ASPA, CELAC-UE). - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

•03UT - Apoio à distribuição do audiovisual brasileiro no exterior. - (**Alteração da Iniciativa**)

Apoio à distribuição do audiovisual brasileiro no exterior em salas de cinema de circuito comercial e na televisão - (Título original)

•03V7 - Promoção da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior. - (**Alteração da Iniciativa**)

Promoção da difusão e da divulgação da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior - (Título original)

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantar 90% da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª BAAAD) até 2015. - **(Nova Meta)**
- Realizar 90% das adequações necessárias ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), propostas até 2016. - **(Nova Meta)**

Iniciativas

- 01HD - Adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) - **(Excluída)**
- 04E8 - Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa - **(Nova Iniciativa)**
- 04E9 - Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X) - **(Alteração da Meta)**
- Desenvolver 8 cargueiros táticos militares - (Meta original)*

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015. - **(Nova Meta)**

Iniciativas

- 04E5 - Aquisição de Aeronaves de Transporte Militar e de Reabastecimento em Vôo - Projeto KC-X2 - **(Nova Iniciativa)**
- 04E6 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - **(Nova Iniciativa)**
- 04E7 - Aquisição de Aeronave de Transporte - Projeto VC-X2 - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das instalações militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Aumentar de 40% para 50% a adequação das organizações militares na Amazônia. - **(Alteração da Meta)**

Transferir a 2ª Brigada de Infantaria de Selva para São Gabriel da Cachoeira-AM - (Meta original)

- Aumentar de 40% para 60% a adequação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, face a crises de grande vulto. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	60,00	percentual

Adequar 40% das Brigadas Blindadas - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	40,00	percentual

- Aumentar de 60% para 80% a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica). - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	80,00	% acumulado do

Adequar 30% da estrutura orgânica da Brigada de Infantaria Paraquedista - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	30,00	% acumulado do

- Aumentar de 60% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia. - (**Nova Meta**)

- Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira. - (**Alteração da Meta**)

Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) - (Meta original)

Iniciativas

- 01LS - Adequação de instalações militares para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) - (**Excluída**)
- 01LT - Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais - (**Nova Meta**)
- Engajar 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon" - (**Alteração da Meta**)

Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon" - (Meta original)

Iniciativas

- 04GE - Desenvolvimento de Atletas Militares - (**Nova Iniciativa**)
- 04GF - Fortalecimento da Consciência Cidadã do Universitário. - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Construção de 27 Navios-Patrulha de 500 t - (**Alteração da Meta**)

Construção de 8 Navios-Patrulha Oceânicos de 500 t - (Meta original)

- Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015 - (**Alteração da Meta**)

Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB) para o ano de 2015 - (Meta original)

Iniciativas

- 01YS - Construção de navios-patrulha de 500 t - (**Alteração da Iniciativa**)

Construção de navios-patrulha oceânicos de 500 t - (Título original)

- 01Z1 - Sistemas operativos - (**Excluída**)

- 04ED - Construção de Navios Aeródromos (NAe) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EE - Construção de Navios de Propósitos Múltiplos (NPM) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EF - Construção de Navios Escoltas (NEsc) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EG - Construção de Navios Varredores (NV) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EH - Construção de Navios de Socorro Submarino (NSS) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EI - Construção de Rebocadores de Alto Mar (RbAM) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EJ - Construção de Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EK - Construção de Navios Anfíbios - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Desenvolver 40% do Projeto Defesa Cibernética. - (**Nova Meta**)

- Instituir o comitê de segurança da informação e comunicações - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Atender 100% das necessidades de construção, modernização e/ou revitalização de Organizações Militares terrestres, preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha. - (**Nova Meta**)

- Elevar o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição “Disponível” de 43% para 80%. - (**Alteração da Meta**)

Alcançar índice de 80% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para operar" - (Meta original)

- Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015. - (**Alteração da Meta**)

Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015 - (Meta original)

Iniciativas

- 01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres - (**Alteração da Iniciativa**)

Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0524)

- 04C5 - Implantação da Segunda Esquadra - (**Alteração da Iniciativa**)

Implantação da Segunda Esquadra - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0524)

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alcançar índice de 80% das necessidades de ampliação das Organizações Militares (OM) integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) - (**Excluída**)

Iniciativas

- 01ZX - Desenvolvimento das Atividades de Auxílio à Navegação e de Registro e Fiscalização de embarcações - (**Alteração da Iniciativa**)

Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação - (Título original)

- 01ZZ - Registro e fiscalização de embarcações - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 0200 - Desenvolvimento da Propulsão Nuclear de Submarino - (**Alteração da Iniciativa**)

Construção do protótipo de reator nuclear - (Título original)

- 0201 - Manutenção, operação e descomissionamento de instalações e sistemas do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0532 - Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER). - (**Nova Meta**)

- Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea. - (**Nova Meta**)

Iniciativas

- 0208 - Obtenção de armamento e munição - (**Excluída**)

- 0209 - Obtenção de material individual, de estacionamento, aeroterrestre e demais Materiais de Emprego Militar (MEM) - (**Excluída**)

- 020E - Obtenção, modernização e recuperação de aeronaves e simuladores para aviação do Exército - (**Excluída**)

- 04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - (**Nova Iniciativa**)

- 04EB - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER) - (**Nova Iniciativa**)

- 04EC - Aquisição de Blindados Guarani - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica. - (**Nova Meta**)
- Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos. - (**Nova Meta**)
- Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR). - (**Nova Meta**)
- Editar e imprimir 610 cartas topográficas. - (**Nova Meta**)
- Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal. - (**Nova Meta**)
- Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	300,00	unidade

Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	300,00	unidade

- Executar o imageamento de 160.000 Km² em áreas de não floresta. - (**Nova Meta**)
- Executar o imageamento de 571.046 Km² em áreas de floresta. - (**Nova Meta**)
- Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS). - (**Nova Meta**)
- Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR). - (**Nova Meta**)
- Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT). - (**Nova Meta**)
- Produzir 189 cartas geológicas. - (**Nova Meta**)
- Produzir 82 cartas aerogeofísicas. - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 04E4 - Apoio à Realização de Grandes Eventos - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e logística operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Ampliar a prontidão da Força Terrestre, por meio da instrução e adestramento das organizações militares, a fim de empregar tropas de valor batalhão para atender até três crises simultâneas. - (**Nova Meta**)
- Estruturar a logística militar terrestre, por meio da criação de dois grupamentos logísticos e da adequação das unidades logísticas existentes. - (**Nova Meta**)
- Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar. - (**Nova Meta**)
- Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional. - (**Alteração da Meta**)

Preparar uma força de valor brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária - Priorizado um Batalhão - (Meta original)

Iniciativas

- 04GJ - Implantação do Projeto Recuperação da Capacidade Operacional (RCO ou RECOP) - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Mapear 100% da infraestrutura logística nacional de interesse da defesa - (**Excluída**)
- Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos humanos - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adequar os arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE). - (**Alteração da Meta**)
Adequar os arsenais de guerra para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de material de emprego militar - Priorizado o Arsenal de Guerra de São Paulo - (Meta original)
- Desenvolver e obter produtos de defesa (PRODE) para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duals, de aplicação militar e civil, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País. - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 0243 - Atendimento aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de defesa - (**Excluída**)
- 0245 - Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca em caso de desastres - (**Excluída**)
- 0248 - Cooperação internacional na área de defesa - (**Excluída**)
- 024D - Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 044V - Construção de próprios nacionais residenciais - (**Excluída**)

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres - (Alteração do Indicador)	%	30/09/2009	3,50
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência - (Alteração do Indicador)	unidade	30/04/2011	499,00
Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras - (Novo Indicador)	unidade	31/12/2012	20,00
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. - (Alteração do Indicador)	unidade	31/05/2011	886,00
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens - (Alteração do Indicador)	%	26/09/2009	66,50
Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher - (Novo Indicador)	%	31/12/2012	52,63
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade - (Alteração do Indicador)	razão	26/09/2009	1,39
Taxa de conhecimento da Lei Maria da Penha - (Excluído)	%	31/12/2009	78,00
Taxa de formalização do trabalho doméstico - (Alteração do Indicador)	%	30/09/2009	27,01
Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	11,10

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

• Apoiar e acompanhar a implementação das ações de direitos sexuais e reprodutivos, em especial a prevenção e tratamento das DST/AIDS, para as mulheres, em todas as faixas etárias - **(Alteração da Meta)**

Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST - (Meta original)

• Elaborar documento contendo orientações para o acompanhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde para os organismos executivos de políticas para as mulheres - **(Alteração da Meta)**

Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde - (Meta original)

• Elaborar estudos e pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde da mulher e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - **(Alteração da Meta)**

Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos - (Meta original)

• Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em particular a Rede Cegonha, nos estados e municípios - **(Alteração da Meta)**

Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios - (Meta original)

• Realizar 2 Seminários ou oficinas para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - **(Alteração da Meta)**

Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - (Meta original)

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Apoiar iniciativas da sociedade civil na construção de redes de monitoramento de conteúdos midiáticos com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual - (**Nova Meta**)
- Estimular a ampliação da transmissão de jogos e da participação das mulheres nas diversas modalidades de esportes nas programações de rádio e TV. - (**Nova Meta**)
- Fomentar o desenvolvimento permanente de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, sexism e lesbofobia - (**Nova Meta**)
- Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino - (**Alteração da Meta**)
Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados - (Meta original)

- Fortalecer e ampliar a participação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas - (**Nova Meta**)

- Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar 2 Editais de chamada Pública para o Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo - (**Alteração da Meta**)
Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo - (Meta original)

- Realizar e apoiar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo - (**Alteração da Meta**)
Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo - (Meta original)

- Realizar formações para lideranças de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexism e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Desenvolver ações integradas voltadas para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de políticas públicas que garantam direitos e proteção à população LGBT - (**Alteração da Meta**)
Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT - (Meta original)

- Estimular a presença de mulheres em posição de chefia e direção no mercado de trabalho - (**Nova Meta**)

- Realizar 5 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos - (**Alteração da Meta**)

Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos - (Meta original)

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação - (**Alteração da Meta**)

Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação - (Meta original)

- Monitorar e avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) - (**Alteração da Meta**)

Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) - (Meta original)

Iniciativas

- 03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres, por meio da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais, a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação e a igualdade entre mulheres e homens - (**Alteração da Iniciativa**)

Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação - (Título original)

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Realizar campanha de valorização das mulheres em sua diversidade, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia - (**Alteração da Meta**)

Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia - (Meta original)

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Ampliar e fortalecer os 3 Núcleos de Atendimento às Mulheres nas áreas de fronteiras atualmente existentes, localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR). - (**Nova Meta**)

- Articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011 - (**Alteração da Meta**)

Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011. - (Meta original)

- Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre questões da violência contra as mulheres. - (**Alteração da Meta**)

Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres. - (Meta original)

- Construir Casas da Mulher Brasileira (que agregarão no mesmo espaço físico: Deam, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicosocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho) em todas as capitais dos estados e do DF. - (Nova Meta)
- Construir Central de transporte, coordenadas pela Casas da Mulher Brasileira, para facilitar o acesso da mulher aos serviços articulados, como IML, assistência social, Unidades básicas de Saúde, Unidades de pronto atendimento e hospitais de referência. - (Nova Meta)
- Criação de 6 novos Núcleos de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas. - (Nova Meta)
- Fomento à criação de ambientes para atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais – IML - (Nova Meta)
- Formalizar parcerias no âmbito do governo federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais. - (Excluída)
- Induzir, articular e coordenar protocolos de atendimento para os serviços integrantes da Rede de Atendimento. - (Alteração da Meta)

Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público. - (Meta original)

- Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada. - (Excluída)
 - Realizar capacitação continuada de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas. - (Alteração da Meta)
- Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas. - (Meta original)*
- Transformar o Ligue 180 em Disque denúncia, com encaminhamento direto das denúncias aos órgãos competentes. - (Nova Meta)

Iniciativas

- 049S - Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta. - (Excluída)
- 049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres e de mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução de mitos e estereótipos - (Alteração da Iniciativa)

Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. - (Título original)

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, concursos públicos e no processo de formação dos operadores de direito e de gestores e gestoras públicos/as. - (Alteração da Meta)
- Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos. - (Meta original)*
- Promover 5 campanhas, com caráter permanente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, divulgação da Lei Maria da Penha e da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue

180. - (Alteração da Meta)

Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. - (Meta original)

- Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). - (Excluída)

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Acompanhar e monitorar a aplicação do Decreto 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. - (Alteração da Meta)

Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. - (Meta original)

- Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios. - (Excluída)

- Elaborar diretrizes e normas para o funcionamento dos serviços de responsabilização e educação dos agressores. - (Alteração da Meta)

Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores. - (Meta original)

- Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial. - (Excluída)

- Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública. - (Excluída)

- Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e nas ações da Casa da Mulher Brasileira. - (Alteração da Meta)

Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. - (Meta original)

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Equilíbrio Atuarial do(s) Plano(s) de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	-26,72
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	-33,16
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	-7,44
Equilíbrio atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios Previdência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto - (Excluído)	%	31/12/2010	17,34
Índice de Cobertura da Previdência Complementar - (Novo Indicador)	%	31/12/2012	43,46
Necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência da União, em relação ao Produto Interno Bruto - (Excluído)	%	31/12/2010	1,39
Necessidade de financiamento dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados, Municípios e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto - (Excluído)	%	31/12/2010	0,02
Taxa do Resultado Operacional do Regime Próprio de Previdência da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	-0,84
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	-0,59
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto - (Novo Indicador)	%	31/12/2011	0,31

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2012-2015

• Adequar 80% da rede de atendimento - **(Alteração da Meta)**

*Adequar 100% da rede de atendimento - **(Meta original)***

• Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	299,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	119,00	unidade
Superintendência Sudeste I	71,00	unidade
Superintendência Sudeste II	52,00	unidade
Superintendência Sul	63,00	unidade

*Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão - **(Meta original)***

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	200,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85,00	unidade
Superintendência Sudeste I	50,00	unidade
Superintendência Sudeste II	50,00	unidade
Superintendência Sul	50,00	unidade

• Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	7,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10,00	unidade
Superintendência Sudeste I	10,00	unidade
Superintendência Sudeste II	8,00	unidade
Superintendência Sul	14,00	unidade

Reducir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	7,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10,00	unidade
Superintendência Sudeste I	10,00	unidade
Superintendência Sudeste II	8,00	unidade
Superintendência Sul	14,00	unidade

•Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada - (**Alteração da Meta**)

Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada - (Meta original)

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2012-2015

•Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB - (**Alteração da Meta**)

Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB - (Meta original)

•Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB - (**Nova Meta**)

•Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional - (**Alteração da Meta**)

Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional - (Meta original)

•Reducir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB - (**Nova Meta**)

•Reducir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB - (**Nova Meta**)

•Reducir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB - (**Nova Meta**)

•Reducir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0 % do PIB - (**Nova Meta**)

•Reducir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB - (**Nova Meta**)

•Revisar mais de 1 milhão de aposentadorias por invalidez concedidas há mais de 2 anos - (**Excluída**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	187.995,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85.358,00	unidade
Superintendência Sudeste I	261.309,00	unidade
Superintendência Sudeste II	317.241,00	unidade
Superintendência Sul	172.325,00	unidade

Iniciativas

•00RE - Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios - (**Alteração da Iniciativa**)

Intensificar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios - (Título original)

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho - (Alteração do Indicador)	unidade	31/12/2010	5.611,00
Taxa de mortalidade infantil - (Alteração do Indicador)	1/1.000	31/12/2007	21,40

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial - **(Excluída)**
- Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais - **(Excluída)**

Iniciativas

•00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares. - **(Alteração da Iniciativa)**

*Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional - **(Título original)***

•00TJ - Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa - **(Alteração da Iniciativa)**

*Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa - **(Título original)***

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM) - **(Nova Meta)**
- Aprovar marco legal para instituição do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) - **(Nova Meta)**
- Aprovar marco legal que agilize o repasse de recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA - para Estados e Municípios para implementação de políticas de proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. - **(Alteração da Meta)**

*Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) - **(Meta original)***

- Aprovar marco legal sobre proibição de castigos corporais - **(Nova Meta)**
- Aprovar no CONANDA o Plano Nacional Decenal do Sistema Socioeducativo e as Normas Nacionais de Referência de Atendimento Socioeducativo - **(Nova Meta)**
- Aprovar no CONANDA o seu Plano Nacional de Comunicação - **(Nova Meta)**

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Escolas públicas acessíveis - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	8,30
Percentual de atendimento do passivo da demanda por Órteses e Próteses pelo Poder Público Federal (passivo de 1.442.000 demandas, em 2007) - (Excluído)	%	31/12/2010	72,00

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência - (**Nova Meta**)
- Aprimorar marco legal e referenciais que garantam a efetivação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - (**Nova Meta**)
- Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase - (**Alteração da Meta**)

*Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase - (**Meta original. Meta migrada do Programa 2064, Objetivo 0972**)*
- Coordenar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite visando a implementação e ampliação de suas metas - (**Alteração da Meta**)

*Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência - Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007) - (**Meta original**)*
- Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência - (**Excluída**)
- Definir conteúdos básicos e realizar capacitações em acessibilidade e em promoção de direitos da pessoa com deficiência - (**Alteração da Meta**)

*Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade - (**Meta original**)*
- Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência - (**Excluída**)
- Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres - (**Excluída**)
- Promover a adoção de metas de desenvolvimento sustentável que contemplem a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade na esfera nacional e internacional - (**Nova Meta**)
- Promover ações de difusão de conhecimento e disseminação de informações sobre a temática da pessoa com deficiência - (**Nova Meta**)
- Promover ações para transversalizar a temática das pessoas com deficiência nas políticas de gênero, de igualdade racial e de povos indígenas - (**Nova Meta**)
- Promover a interface entre os temas da pessoa com deficiência e da saúde mental - (**Nova Meta**)

Iniciativas

- 01GM - Articulação com as entidades de classe para garantia do compromisso da empregabilidade - (**Excluída**)
- 01GO - Articulação dos programas federais para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e fortalecimento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite - (**Alteração da Iniciativa**)

*Articulação dos programas federais para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e fortalecimento do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência (Agenda Social) - (**Título original**)*
- 01GP - Articulação e monitoramento junto ao Sistema S de capacitações e iniciativas de qualificação para pessoas com deficiência - (**Excluída**)

- 01GS - Articulação para promover a empregabilidade da pessoa com deficiência - (**Alteração da Iniciativa**)
Articulação para promover a empregabilidade da pessoa com deficiência, contemplando, inclusive, o jovem aprendiz - (Título original)
- 01GX - Fortalecimento da participação social por meio da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência - (**Alteração da Iniciativa**)
Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência - (Título original)
- 01GY - Inserção de conteúdos sobre promoção da acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência para formação e capacitação - (**Alteração da Iniciativa**)
Inserção de conteúdos sobre promoção da acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência nos programas de formação e capacitação - (Título original)
- 01GZ - Participação e acompanhamento das iniciativas de prevenção de acidentes e patologias que resultem em deficiências - (**Alteração da Iniciativa**)
Participação nas iniciativas de prevenção de acidentes e patologias que resultem em deficiências - (Título original)
- 01H0 - Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal - (**Excluída**)
- 04FK - Efetivação das ações de reparação vinculadas à questão do isolamento compulsório em hospitais colônia devido à hanseníase - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda identificada pelo Ministério da Saúde - (**Alteração da Meta**)
Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda - (Meta original)
- Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas - (**Excluída**)
- Acompanhar a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA e o estabelecimento de uma rede de pesquisa em tecnologia assistiva - (**Alteração da Meta**)
Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva - (Meta original)
- Acompanhar a criação e execução do serviço de acolhimento institucional e promoção da autonomia das pessoas com deficiência em situação de dependência - (**Alteração da Meta**)
Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio e de reabilitação para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência - (Meta original)
- Apoiar e orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) - (**Alteração da Meta**)
Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) - (Meta original)
- Fomentar ações relacionadas à prevenção de deficiências e à segurança das pessoas com deficiência em situação de risco - (**Nova Meta**)
- Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais - (**Alteração da Meta**)
Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação - (Meta original)

Iniciativas

•026V - Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal - (**Alteração da Iniciativa**)

Apoio aos serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência - (Título original)

•026Z - Estímulo à criação de linhas de pesquisa e à elaboração de conteúdos da temática de direitos humanos da pessoa com deficiência junto a instituições de ensino e institutos de pesquisa - (**Alteração da Iniciativa**)

Estímulo à elaboração de conteúdos da temática de direitos humanos da pessoa com deficiência junto a instituições de ensino e institutos de pesquisa - (Título original)

•0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência - (**Alteração da Iniciativa**)

Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência - (Título original)

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

•Apoiar e orientar a normalização da acessibilidade, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - (**Nova Meta**)

•Apoiar estudos e pesquisas relacionados à acessibilidade - (**Nova Meta**)

•Articular ações de acessibilidade nas comunicações - (**Nova Meta**)

•Articular ações para o incentivo da acessibilidade em grandes eventos esportivos - (**Nova Meta**)

•Articular ações para o incentivo da acessibilidade em prédios e serviços públicos - (**Nova Meta**)

Iniciativas

•02US - Apoio às iniciativas voltadas para formação de rede de pesquisa, ensino e extensão sobre a temática da acessibilidade junto às instituições de ensino e outros parceiros - (**Alteração da Iniciativa**)

Apoio às iniciativas voltadas para formação de rede de pesquisa, ensino e extensão sobre a temática da acessibilidade junto às instituições de ensino - (Título original)

•02UT - Articulação para incentivar a promoção da acessibilidade na cultura, no esporte, no turismo e no lazer - (**Alteração da Iniciativa**)

Articulação para incentivar a promoção da acessibilidade na cultura, no esporte e no lazer - (Título original)

•02UV - Articulação para promoção da acessibilidade nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em especial no que diz respeito ao programa Minha Casa, Minha Vida 2 - (**Alteração da Iniciativa**)

Articulação para promoção da acessibilidade nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em especial no que diz respeito ao programa Minha Casa, Minha Vida - (Título original)

•02UZ - Fomento à criação, atualização e divulgação de estudos e pesquisas e de instrumentos normativos relacionados ao tema da acessibilidade de forma a garantir o seu uso na produção, no transporte, na informação e na comunicação, dos espaços na cidade e no campo - (**Alteração da Iniciativa**)

Fomento à criação, atualização e divulgação de instrumentos normativos relacionados ao tema da acessibilidade de forma a garantir o seu uso na produção dos espaços na cidade e no campo - (Título original)

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2010	6,60
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos - (Alteração do Indicador)	%	26/09/2009	12,06
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade - (Alteração do Indicador)	%	30/09/2009	27,69
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2008	29,53
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2008	28,74

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

•00RK - Fomento para ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica - **(Alteração da Iniciativa)**

Ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica - (Título original)

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

•Criar e manter o Comitê de Diversidade Religiosa - **(Alteração da Meta)**

Criar o Conselho Nacional de Promoção do Diálogo e Diversidade Religiosa - (Meta original)

Iniciativas

•00S3 - Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão - **(Alteração da Iniciativa)**

Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores - (Título original)

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos - **(Alteração do Órgão)**

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

•Incentivar instâncias locais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação. - **(Alteração da Meta)**

Estruturação de 19 instâncias estaduais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

- 0452 - Coordenação da Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase e que tiveram reconhecimento pelo Estado de violação de seus direitos - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

- 045B - Fiscalização para erradicar o trabalho análogo a de escravo - (**Alteração da Iniciativa**)
Execução de ações fiscais para erradicar o trabalho análogo a de escravo - (Título original)

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal - (**Excluída**)

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios - (Alteração do Indicador)	unidade	31/10/2011	382,00
Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses - (Excluído)	%	31/12/2009	51,30
Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade - (Excluído)	%	31/12/2009	45,90
Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade - (Excluído)	%	31/12/2009	26,00

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 0406 - Realizar a delimitação, a demarcação e a regularização fundiária, a fiscalização, a vigilância, o combate e a prevenção de ilícitos, o monitoramento territorial, espacial e ambiental e, a extrusão de não índios das terras indígenas, bem como localizar e proteger povos indígenas isolados e de recente contato - **(Alteração da Iniciativa)**
Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental - (Título original)
- 0408 - Localizar e proteger povos indígenas isolados - **(Excluída)**
- 040A - Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social e ambiental dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais, o etnodesenvolvimento e as perspectivas de gênero e geracional destes povos - **(Alteração da Iniciativa)**
Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos - (Título original)

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

•042A - Apoiar projetos, eventos e estudos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas, e preservar e difundir o conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas - (**Alteração da Iniciativa**)

Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas - (Título original)

•042C - Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

•Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015 - (**Alteração da Meta**)

Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena - (Meta original)

•Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015 - (**Alteração da Meta**)

Implantar, reformar e estruturar 68 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015 - (Meta original)

•Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas - (**Alteração da Meta**)

Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes - (Meta original)

•Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015. - (**Nova Meta**)

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 600 mil assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal. - **(Nova Meta)**

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal - **(Alteração da Meta)**

Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal - (Meta original)

- Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 11,2 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal - **(Alteração da Meta)**

Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal - (Meta original)

- Promover a regularização e a ratificação de 20 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal - **(Alteração da Meta)**

Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal - (Meta original)

- Regularização fundiária de 11,2 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	11.200.000,00	hectare

Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	49.000.000,00	hectare

- Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 4 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) - **(Alteração da Meta)**

Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) - (Meta original)

Iniciativas

- 01E3 - Construção de malhas fundiárias municipais, a serem consolidadas em banco de dados estaduais, contribuindo com a governabilidade fundiária plena - **(Excluída)**

- 01E4 - Destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009 - **(Excluída)**
- 01E6 - Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais - **(Excluída)**
- 01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso - **(Alteração da Iniciativa)**
Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais - (Título original)
- 01E8 - Gestão de malha fundiária e destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009 - **(Alteração da Iniciativa)**
Gestão de malha fundiária nos marcos da Lei 11.952/2009 - (Título original)
- 01EB - Qualificação dos beneficiários e potenciais beneficiários das ações de regularização fundiária visando ao acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com ênfase para os que se encontram em situação de pobreza - **(Excluída)**
- 01ED - Regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria. - **(Alteração da Meta)**
Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria - (Meta original)
- Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária. - **(Alteração da Meta)**
Obter 1 milhão de hectares - (Meta original)
- Promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias - **(Excluída)**
- Promover articulação para a construção e reforma de prédios escolares, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias - **(Excluída)**

Iniciativas

- 01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, em articulação com o Cadastro Único de Políticas Sociais do Governo Federal (CAD Único), visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento. - **(Alteração da Iniciativa)**
Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento - (Título original)
- 01EO - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização - **(Excluída)**
- 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, abastecimento de água, moradia, segurança alimentar e início de estruturação produtiva para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. - **(Alteração da Iniciativa)**
Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - (Título original)

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes. - (**Nova Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	750,00	unidade

- Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso. - (**Alteração da Meta**)

*Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso - (**Meta original**)*

- Construir instrumentos de priorização do atendimento às mulheres rurais em projetos de organização, estruturação e comercialização produtiva. - (**Alteração da Meta**)

*Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol - (**Meta original**)*

Iniciativas

- 01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento - (**Excluída**)

- 01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres - (**Alteração da Iniciativa**)

*Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental - (**Título original**)*

- 01EW - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 01F0 - Implantação de bibliotecas rurais, visando a incentivar a leitura entre as populações do campo - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural e proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais - (**Alteração da Iniciativa**)

*Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural - (**Título original**)*

- 01F3 - Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

•02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. - **(Alteração da Iniciativa)**

Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - (Título original)

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores - **(Excluída)**
- Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores - **(Excluída)**
- Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores - **(Excluída)**

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de tratamento de esgotos - (Excluído)	%	31/12/2008	66,00
Municípios com gestão organizada do serviço de abastecimento de água - (Excluído)	%	31/12/2008	86,90
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	62,00
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2008	29,00
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	24,00
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	97,00
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	80,40
Percentual de municípios com plano de saneamento básico - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2011	5,00
Percentual de tratamento de esgoto coletado - (Novo Indicador)	%	31/12/2008	53,00
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos - (Alteração do Indicador)	%	31/12/2009	56,05

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

• Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano - **(Alteração da Meta)**

*Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento - **(Meta original)***

• Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	225,00	município
Região Nordeste	525,00	município
Região Norte	450,00	município
Região Sudeste	150,00	município
Região Sul	150,00	município

*Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento - **(Meta original)***

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	225,00	município
Região Nordeste	525,00	município
Região Norte	450,00	município
Região Sudeste	150,00	município
Região Sul	150,00	município

• Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento - **(Alteração da Meta)**

Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais - (Meta original)

•Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental - **(Excluída)**

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano - (Alteração do Indicador)	tonelada	31/12/2009	12.118.300,00
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano - (Alteração do Indicador)	tonelada	31/12/2009	6.810.070,00
Disponibilidade interna de farinha de trigo (massas) para consumo humano - (Excluído)	tonelada	31/12/2009	1.320.800,00
Disponibilidade interna de farinha de trigo (panificação) para consumo humano - (Excluído)	tonelada	31/12/2009	4.248.190,00
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano - (Alteração do Indicador)	tonelada	31/12/2009	3.500.000,00
Disponibilidade interna de mandioca para consumo humano - (Excluído)	tonelada	31/12/2009	532.200,00
Disponibilidade interna de milho para consumo humano - (Alteração do Indicador)	tonelada	31/12/2009	45.414.010,00
Disponibilidade interna de ovos para consumo humano - (Excluído)	mil dúzias	31/12/2009	21.254.000,00
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - (Novo Indicador)	%		17,48
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - (Novo Indicador)	%		18,61
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave - (Novo Indicador)	%		41,62
Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores) - (Alteração do Indicador)	R\$	31/12/2009	873,00
situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça - (Excluído)	unidade	01/01/2011	0,00
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos) - (Alteração do Indicador)	1/1.000	31/12/2007	21,40

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral das pessoas - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	40,00	percentual
Região Nordeste	30,00	percentual
Região Norte	40,00	percentual
Região Sudeste	20,00	percentual
Região Sul	10,00	percentual

Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	percentual
Região Nordeste	50,00	percentual
Região Norte	10,00	percentual
Região Sudeste	20,00	percentual
Região Sul	10,00	percentual

- Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares - (**Excluída**)

Iniciativas

- 014U - Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas, inclusive para a agricultura urbana - (**Alteração da Iniciativa**)

*Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas para tanto, considerando também a agricultura urbana, e a articulação de mecanismos, junto aos municípios, que viabilizem a destinação de espaços públicos para essa agricultura - (**Título original**)*

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate à Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária - (**Excluída**)

- Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos - (**Alteração da Meta**)

*Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos - (**Meta original**)*

- Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil Sem Miséria - (**Alteração da Meta**)

*Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF - (**Meta original**)*

- Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil Sem Miséria - (**Alteração da Meta**)

*Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - (**Meta original**)*

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

•Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais - (**Excluída**)

•Apoiar 100 iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas - (**Alteração da Meta**)

*Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas - (**Meta original**)*

•Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria - (**Nova Meta**)

•Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos - (**Excluída**)

Iniciativas

•02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários e apoio a outras iniciativas de segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva - (**Alteração da Iniciativa**)

*Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários - (**Título original**)*

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

•100% das Unidades Básicas de Saúde equipadas com balanças e antropômetros - (**Alteração da Meta**)

*33% ao ano das unidades básicas de saúde equipadas com balanças e antropômetros - (**Meta original**)*

•Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50,00	percentual
Região Nordeste	25,00	percentual
Região Norte	30,00	percentual
Região Sudeste	50,00	percentual
Região Sul	50,00	percentual

*Aumento de 35% na cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) - (**Meta original**)*

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50,00	percentual
Região Nordeste	25,00	percentual
Região Norte	30,00	percentual
Região Sudeste	50,00	percentual
Região Sul	50,00	percentual

•Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados - (**Alteração da Meta**)

*Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários - (**Meta original**)*

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de Homicídio - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2009	26,90
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2009	134,10
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino - (Alteração do Indicador)	1/100.000	31/12/2009	104,40

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 27 Unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação. - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

100% de estados federados e Distrito Federal equipados com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 27 Unidades da Federação com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015 - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	percentagem
Região Nordeste	27,00	percentagem
Região Norte	10,00	percentagem
Região Sudeste	25,00	percentagem
Região Sul	23,00	percentagem

Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	percentagem
Região Nordeste	27,00	percentagem
Região Norte	10,00	percentagem
Região Sudeste	25,00	percentagem
Região Sul	23,00	percentagem

- Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no quadriênio - **(Alteração da Meta)**

Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos - (Meta original)

- Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional no quadriênio - **(Alteração da Meta)**

Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional - (Meta original)

- Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras - **(Nova Meta)**

- Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras - **(Alteração da Meta)**

Implantação de um Plano de Aviação Policial em Segurança Pública - (Meta original)

- Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) cordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras. - **(Alteração da Meta)**

Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras - (Meta original)

- Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras - **(Alteração da Meta)**

Implantar 12 Sistemas de Comunicação Integrados de Fronteiras - (Meta original)

- Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras - **(Nova Meta)**

- Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	51,00	unidade

Implantação de 51 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	51,00	unidade

- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal - **(Excluída)**

- Implantar e aprimorar mecanismos de fiscalização ostensiva de fronteiras, por meio da utilização de inovações tecnológicas: 01 Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras); 22 Sistemas de Comunicação; 33 Sistemas Integrados de Inteligência - **(Excluída)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	56,00	unidade

- Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	512,00	unidade
<i>Modernizar e reestruturar 85 Unidades de Segurança Pública e Postos de Fiscalização, inclusive os integrados, que se encontram na área fronteiriça e seus pontos estratégicos - (Meta original)</i>		

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	85,00	unidade

- Realizar 01 pesquisa sobre segurança pública nos 11 Estados de Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras - (**Alteração da Meta**)

Realizar uma Pesquisa Nacional de Parametrização das Vulnerabilidades nas Fronteiras - (Meta original)

- Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015 - (**Alteração da Meta**)

Ampliar de 1.195.641 para 5.314.891 o número de ações de fiscalização nas fronteiras (pessoas, veículos, aeronaves e embarcações) - (Meta original)

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer. - (**Nova Meta**)

- Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área - (**Nova Meta**)

- Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas. - (**Nova Meta**)

- Construção de diretriz sobre a Política de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras - (**Nova Meta**)

- Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP - (**Alteração da Meta**)

Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP, na modalidade presencial, com produção de material didático técnico-científico - (Meta original)

- Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação - (**Alteração da Meta**)

Firmar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todos os estados e o Distrito Federal - (Meta original)

- Produção anual de um Relatório Nacional de Dados Sobre Educação e Valorização Profissional na Segurança Pública, a partir de 2013 - (**Excluída**)

- Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública - (**Alteração da Meta**)

Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública - (Meta original)

- Reaparelhamento e reestruturação do parque tecnológico dos Telecentros da Rede EAD da SENASP instalados em todo país - (**Excluída**)

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Metas 2012-2015

- 203.200 horas aula de capacitação executadas na área de inteligência - (**Excluída**)
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação - (**Excluída**)
- Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros no quadriênio - (**Alteração da Meta**)

Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros e garantir sua interoperabilidade com os bancos de dados dos estados do Acre, Amazonas, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - (Meta original)

- Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a novas UFs, com a adesão do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins - (**Alteração da Meta**)

Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. - (Meta original)

- Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg - (**Alteração da Meta**)

Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg - (Meta original)

- Apoiar 400 projetos para que as Guardas Municipais reúnam as condições técnicas para atuar na prevenção da violência - (**Excluída**)

- Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs. - (**Nova Meta**)

- Atualizar a doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública - DNISP - (**Alteração da Meta**)

Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal - (Meta original)

- Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal - (**Excluída**)

- Elaborar o Plano Nacional de Aviação em segurança Pública com normatização legislativa, elaboração de requisitos para aporte de recursos aos entes federados e estratégia de mobilização nacional em caso de catástrofes, desastres e em eventos de segurança pública de grande repercussão - (**Nova Meta**)

- Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação - (**Alteração da Meta**)

Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação, modernizando, prioritariamente, aquelas localizadas nas unidades da federação que sediarão a Copa 2014 - (Meta original)

- Integrar os sistemas de boletins de ocorrências das 27 UFs e os sistemas das instituições do Ministério da Justiça (DEPEN, DPRF, DPF) ao SINESP, de acordo com o que determina a Lei nº 12.681/2012. - (**Alteração da Meta**)

Ampliar o Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública (SINISP), integrando os sistemas existentes relacionados. - (Meta original)

- Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional - (**Nova Meta**)

- Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012 - (**Alteração da Meta**)

Realizar 27 Pactos Federativos entre a União e os estados e Distrito Federal e 400 Pactos entre a União e os municípios com maiores índices de homicídio para integração, alimentação e utilização do SINISP - (Meta original)

Iniciativas

- 03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp - **(Alteração da Iniciativa)**

Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP - (Título original)

- 03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial. - **(Alteração da Iniciativa)**

Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial - (Título original)

- 03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Criar 42,5 mil novas vagas no sistema prisional pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. - **(Nova Meta)**
- Reducir o déficit carcerário em 8% - **(Excluída)**

Iniciativas

- 03E2 - Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação - **(Excluída)**
- 03E3 - Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação - **(Excluída)**
- 03E5 - Contribuir para a manutenção das Casas Abrigo, que integram a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, visando ao fortalecimento da rede e ampliação do atendimento às mulheres nesta situação - **(Excluída)**
- 03E6 - Estruturação da política voltada à efetivação dos direitos da mulher encarcerada - **(Excluída)**
- 03E7 - Humanizar o sistema prisional pela implementação de ações de reintegração social do preso, de alternativas penais e de controle social - **(Alteração da Iniciativa)**
Fomento a práticas de controle social e transparéncia na execução penal - (Título original)
- 03E9 - Apoiar os sistemas prisionais estaduais pela implementação de ações de redução do déficit de vagas e de modernização do sistema criminal e penitenciário - **(Alteração da Iniciativa)**
Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas - (Título original)
- 03EB - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias - **(Excluída)**
- 03ED - Reintegração social do preso, internado e egresso - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 12 Centros de Comando e Controle Integrado Locais nos estádios das cidades sedes da Copa do Mundo 2014 - **(Excluída)**
- 12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos estados sede da Copa do Mundo 2014 - **(Excluída)**
- 15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros estados que não sediarão jogos da Copa do Mundo 2014 - **(Excluída)**
- 1 Backup do Centro de Comando e Controle Integrado Nacional no Rio de Janeiro - **(Excluída)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	centro implantado

- 1 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional - (**Excluída**)

•34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos - (**Alteração da Meta**)

34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos - (Meta original)

•Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos - (**Alteração da Meta**)

Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014 - (Meta original)

•Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções - (**Alteração da Meta**)

51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções - (Meta original)

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito. - (**Alteração da Meta**)

Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015 - (Meta original)

•Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015. - (**Nova Meta**)

•Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015 - (**Alteração da Meta**)

Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia - (Meta original)

•Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015 - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	percentual
Região Nordeste	27,00	percentual
Região Norte	10,00	percentual
Região Sudeste	25,00	percentual
Região Sul	23,00	percentual

Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	percentual
Região Nordeste	27,00	percentual
Região Norte	10,00	percentual
Região Sudeste	25,00	percentual
Região Sul	23,00	percentual

- Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico - (**Nova Meta**)

- Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM) - (**Nova Meta**)

- Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes - (**Nova Meta**)

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multisectoriais de segurança,

justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz - (**Alteração da Meta**)

Apoio a 280 projetos municipais de prevenção à violência e criminalidade - (Meta original)

- Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra, visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população. - (**Excluída**)

- Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs - (**Alteração da Meta**)

Construção do Plano Nacional para Prevenção e Redução de Homicídios - (Meta original)

- Formação de 3.300 policiais educadores do PROERD, no âmbito do programa Crack, é possível vencer - (**Excluída**)

- Fortalecimento de 150 secretarias e órgãos de gestão municipal de segurança pública - (**Excluída**)

- Fortalecimento de 30 Conselhos Comunitários de Segurança - (**Excluída**)

- Fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implantação de 150 Territórios da Paz - (**Excluída**)

- Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura - (**Excluída**)

- Implantação de 436 Unidades de Preservação da Vida, com prioridade para os municípios com os maiores números de homicídios. - (**Excluída**)

- Implantação de 890 Postos de Segurança Comunitária - (**Excluída**)

- Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal - (**Alteração da Meta**)

Implantação de 500 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal - (Meta original)

- Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer - (**Nova Meta**)

- Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população - (**Nova Meta**)

- Instituição do Comitê Interministerial dos Territórios da Paz - (**Excluída**)

Iniciativas

- 03EI - Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades. - (**Alteração da Iniciativa**)

Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades - (Título original)

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado - (Excluído)	unidade	31/12/2010	890.560,00
Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho - (Novo Indicador)	unidade	31/12/2010	5.611,00
Número de empresas fiscalizadas - (Novo Indicador)	unidade	08/01/2013	273.189,00
Número de normas elaboradas e/ou aperfeiçoadas - (Novo Indicador)	unidade	31/12/2012	7,00
Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo - (Novo Indicador)	unidade	31/12/2010	2.628,00
Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado - (Excluído)	unidade	31/12/2010	2.015.335,00
Processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para EPI analisados em até 60 dias - (Novo Indicador)	%	31/12/2012	100,00
Razão entre a participação percentual da população de baixa escolaridade nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA - (Excluído)	razão	31/12/2009	0,68
Razão entre a participação percentual da população de jovens (16 a 29 anos) nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA - (Excluído)	razão	31/12/2009	2,35
Razão entre a participação percentual da população de não brancos nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA - (Excluído)	razão	31/12/2009	1,22
Razão entre a participação percentual de mulheres nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA - (Excluído)	razão	31/12/2009	1,48
Saldo da carteira ativa do microcrédito produtivo orientado - (Excluído)	R\$	31/12/2010	1.020.986.719,50
Taxa de atividade - (Excluído)	%	31/12/2009	62,10
Taxa de cobertura da Política Pública de Qualificação - (Excluído)	%	31/12/2009	1,73
Taxa de desocupação - (Excluído)	%	31/12/2009	8,30
Taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos - (Excluído)	%	31/12/2010	33,00
Taxa de incidência de acidentes de trabalho - (Excluído)	1/1.000	31/12/2009	21,39
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - (Novo Indicador)	1/100.000	31/12/2011	45,12
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional - (Novo Indicador)	1/1.000	31/12/2011	15,58
Taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos - (Excluído)	1/1.000	31/12/2009	12,45
Taxa de incidência específica para doenças do trabalho - (Excluído)	1/1.000	31/12/2009	0,52
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal - (Novo Indicador)	%	31/12/2010	29,00
Taxa de letalidade de acidentes de trabalho - (Excluído)	1/1.000	31/12/2009	3,45
Taxa de mortalidade de acidentes de trabalho - (Excluído)	1/100.000	31/12/2009	7,38
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho - (Novo Indicador)	%	31/12/2010	44,00
Taxa de participação da população negra no total de empregos formais - (Excluído)	%	31/12/2009	35,02
Taxa de participação de mulheres no total de empregos formais - (Excluído)	%	31/12/2009	41,43
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - (Novo Indicador)	1/1.000	31/12/2011	24,22

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Produto médio anual do transporte ferroviário - (Alteração do Indicador)	R\$/mil TKU	31/12/2010	50,00

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar estudos de implantação de 9.513 km da malha ferroviária do país - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2.571,00	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Norte	1.076,00	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.456,00	quilômetro
Vetor Logístico Leste	928,00	quilômetro
Vetor Logístico Sul	2.482,00	quilômetro

Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2.571,00	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Norte	1.076,00	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.456,00	quilômetro
Vetor Logístico Leste	928,00	quilômetro
Vetor Logístico Sul	1.620,00	quilômetro

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar estudos para a implantação de 365 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	90,00	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Meridional	200,00	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	75,00	quilômetro

Realizar estudos para a implantação de 565 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	290,00	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Meridional	200,00	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	75,00	quilômetro

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construção de 9 integrações intermodal e intramodal - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	2,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	5,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade

Construção de 2 integrações intermodal e intramodal - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
<i>Vetor Logístico Centro-Norte</i>	<i>1,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Leste</i>	<i>1,00</i>	<i>unidade</i>

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente - (Alteração do Indicador)	km	01/12/2012	20,96

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

Eliminar 6 pontos críticos em hidrovias - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
<i>Vetor Logístico Amazônico</i>	<i>1,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Centro-Sudeste</i>	<i>2,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Nordeste Meridional</i>	<i>2,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Sul</i>	<i>1,00</i>	<i>unidade</i>

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos - (Alteração do Órgão)

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos - (Alteração do Órgão)

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	119,54
Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados e TUPs - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	208,46
Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados e TUPs - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	505,89
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	188,01
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso - (Alteração do Indicador)	milhões de toneladas	31/12/2010	616,40

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	4,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

*Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade - **(Meta original)***

Regionalização da Meta	Total	Unidade
<i>Vetor Logístico Centro-Norte</i>	<i>1,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Centro-Sudeste</i>	<i>2,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Leste</i>	<i>6,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Nordeste Meridional</i>	<i>1,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Nordeste Setentrional</i>	<i>5,00</i>	<i>unidade</i>
<i>Vetor Logístico Sul</i>	<i>2,00</i>	<i>unidade</i>

Iniciativas

- 00IL - Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (SP) - **(Nova Iniciativa)**
- 04DS - Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos - **(Alteração da Meta)**

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	4,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 11 estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas - (Excluída)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	estudo
Vetor Logístico Leste	2,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3,00	estudo
Vetor Logístico Sul	2,00	estudo

Iniciativas

- 04DV - Adequação de terminal de passageiros no Porto de Santos (SP) - (Nova Iniciativa)

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2,00	unidade

Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 3 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República - (Meta original)

- Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidências da República. - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2,00	unidade

Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária em 06 portos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2,00	unidade

- Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	4,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 09 portos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 10 portos organizados marítimos - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3,00	unidade

Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 22 portos organizados marítimos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	3,00	unidade

Elaborar 11 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	3,00	estudo
Vetor Logístico Leste	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	4,00	estudo
Vetor Logístico Sul	3,00	estudo

- Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4,00	unidade
Vetor Logístico Leste	7,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7,00	unidade
Vetor Logístico Sul	7,00	unidade

Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 8 Portos Organizados Marítimos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Conceder dois portos organizados marítimos - (**Nova Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

- Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	estudo
Vetor Logístico Leste	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	estudo
Vetor Logístico Sul	1,00	estudo

Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
<i>Vetor Logístico Amazônico</i>	<i>1,00</i>	<i>estudo</i>
<i>Vetor Logístico Nordeste Meridional</i>	<i>1,00</i>	<i>estudo</i>
<i>Vetor Logístico Nordeste Setentrional</i>	<i>2,00</i>	<i>estudo</i>

- Implantar 2 novos portos organizados marítimos - (Alteração da Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade

Implantar 1 novo porto organizado marítimo - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
<i>Vetor Logístico Nordeste Setentrional</i>	<i>1,00</i>	<i>unidade</i>

- Realizar 159 arrendamentos em portos organizados marítimos. - (Nova Meta)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	13,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	26,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	52,00	unidade
Vetor Logístico Leste	17,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	13,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	23,00	unidade
Vetor Logístico Sul	15,00	unidade

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Conceder 8.044 km de rodovias - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.458,00	quilômetro
Região Nordeste	772,30	quilômetro
Região Norte	368,90	quilômetro
Região Sudeste	3.445,20	quilômetro

- Conceder 2.234 km de rodovias - (**Meta original**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	166,00	quilômetro
Região Sudeste	2.068,00	quilômetro

Iniciativas

- 04EX - Concessão da Rodovia BR-101/BA, Feira de Santana/BA a Mucuri/BA - 772,3 km - (**Nova Iniciativa**)
- 04EY - Concessão da Rodovia BR-262/ES/MG, Viana/ES a João Monlevade/MG - 376,9km - (**Nova Iniciativa**)
- 04EZ - Concessão da Rodovia BR-163/MT, Divisa MT/MS a Sinop/MT - 821,6 km - (**Nova Iniciativa**)
- 04F0 - Concessão da Rodovia BR-050/GO/MG, Cristalina/GO a Divisa MG/SP - 425,8 km - (**Nova Iniciativa**)
- 04F3 - Concessão das Rodovias BR-163/MS, Divisa MS/MT a Divisa MS/PR; BR-267/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP; BR-262/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP - 1.423,3 km - (**Nova Iniciativa**)
- 04F1 - Concessão das Rodovias BR-060-153-262/DF/GO/MG, Brasília/DF - Divisa MG/SP - Betim/MG - 1.176,5 km - (**Nova Iniciativa**)
- 04F2 - Concessão das Rodovias BR-153/TO/GO, Anápolis/GO a Palmas/TO - 814km - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 5.103,7 km de rodovias federais - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	362,20	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Norte	26,30	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,80	quilômetro
Vetor Logístico Leste	545,20	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,50	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.362,70	quilômetro
Vetor Logístico Sul	963,00	quilômetro

Adequar 4.561,6 km de rodovias federais - (Meta original)

<i>Regionalização da Meta</i>	<i>Total</i>	<i>Unidade</i>
<i>Vetor Logístico Amazônico</i>	362,20	<i>quilômetro</i>
<i>Vetor Logístico Centro-Norte</i>	26,30	<i>quilômetro</i>
<i>Vetor Logístico Centro-Sudeste</i>	1.024,80	<i>quilômetro</i>
<i>Vetor Logístico Leste</i>	545,20	<i>quilômetro</i>
<i>Vetor Logístico Nordeste Meridional</i>	819,50	<i>quilômetro</i>
<i>Vetor Logístico Nordeste Setentrional</i>	820,60	<i>quilômetro</i>
<i>Vetor Logístico Sul</i>	963,00	<i>quilômetro</i>

Iniciativas

- 00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA - (**Nova Iniciativa**)
- 00AA - Adequação da Rodovia BR-262/ES - (**Nova Iniciativa**)
- 04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN - (**Alteração da Iniciativa**)

Adequação da Rodovia BR-304/RN - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0129)
- 04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN - (**Alteração da Iniciativa**)

Adequação da Rodovia BR-110/RN - (Título original. Iniciativa migrada do Objetivo 0140)

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 19 contornos ou anéis rodoviários - (**Alteração da Meta**)

<i>Regionalização da Meta</i>	<i>Total</i>	<i>Unidade</i>
<i>Região Centro-Oeste</i>	2,00	<i>unidade</i>
<i>Região Nordeste</i>	6,00	<i>unidade</i>
<i>Região Norte</i>	1,00	<i>unidade</i>
<i>Região Sudeste</i>	6,00	<i>unidade</i>
<i>Região Sul</i>	4,00	<i>unidade</i>

Construir 18 contornos ou anéis rodoviários - (Meta original)

<i>Regionalização da Meta</i>	<i>Total</i>	<i>Unidade</i>
<i>Região Centro-Oeste</i>	2,00	<i>unidade</i>
<i>Região Nordeste</i>	5,00	<i>unidade</i>
<i>Região Norte</i>	1,00	<i>unidade</i>
<i>Região Sudeste</i>	6,00	<i>unidade</i>
<i>Região Sul</i>	4,00	<i>unidade</i>

Iniciativas

- 04ER - Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - BR-040/MG, BR-262/MG e BR-381/MG - (**Nova Iniciativa**)
- 04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE - (**Nova Iniciativa**)

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 5007,9 km de rodovias - (**Alteração da Meta**)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1.565,30	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Norte	885,50	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646,00	quilômetro
Vetor Logístico Leste	245,30	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,50	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,30	quilômetro
Vetor Logístico Sul	366,40	quilômetro

Construir 4.451,3 km de rodovias - (Meta original)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1.565,30	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Norte	885,50	quilômetro
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646,00	quilômetro
Vetor Logístico Leste	245,30	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,50	quilômetro
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,30	quilômetro
Vetor Logístico Sul	131,40	quilômetro

Iniciativas

- 00B8 - Construção da BR-158/MT - **(Nova Iniciativa)**
- 00BD - Construção da BR-242/TO - **(Nova Iniciativa)**
- 04F7 - Construção da BR-392/RS - **(Nova Iniciativa)**
- 04FA - Construção da BR-422/PA - **(Nova Iniciativa)**

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Iniciativas

- 04BR - Construção da BR-422/PA - **(Excluída)**

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Iniciativas

- 04ES - Construção da 2a ponte sobre o Rio Guaíba - na BR-116/RS e BR-290/RS - **(Nova Iniciativa)**

PROGRAMA: 2076 - Turismo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Receita cambial gerada pelo turismo - (Alteração do Indicador)	US\$ bilhão	31/12/2010	5,70

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Cumprir 100% da execução dos Termos de Compromisso relativos ao setor turismo com a iniciativa privada - (Excluída)

Iniciativas

- 02VR - Promoção e marketing dos megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil nos mercados nacional e internacional - (Excluída)
- 02VT - Qualificação dos profissionais diretamente envolvidos com os turistas para os megaeventos esportivos - Bem Receber, com prioridade para profissionais da terceira idade - (Excluída)

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Aumentar de 9,8 milhões de assentos ofertados em voos internacionais em 2010 para 15,2 milhões - (Excluída)
- Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros - (Nova Meta)

Iniciativas

- 02W2 - Promoção de investimentos turísticos brasileiros no exterior - (Excluída)

Iniciativas que Deixaram de Constar do Anexo III do PPA em Função da Aprovação da LOA 2013

PROGRAMA 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativa

017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais

PROGRAMA 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Iniciativa

02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações

PROGRAMA 2056 - Ciência, Política Espacial

Iniciativas

02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação
02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar
02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1
02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes
02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar
Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto
02NM - CBERS-3
Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto
02NN - CBERS-4

PROGRAMA 2058 - Política Nacional de Defesa

Iniciativas

01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear
01HD - Adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)
01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

PROGRAMA 2017 - Aviação Civil

Iniciativas

- 04DW - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante
-

PROGRAMA 2018 - Biodiversidade

Iniciativas

- 01WW - Implantação de Corredores Ecológicos
-

PROGRAMA 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Iniciativas

- 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga
02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade
-

PROGRAMA 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Iniciativas

- 04DY - Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

PROGRAMA 2033 - Energia Elétrica

Iniciativas

- 04EQ - Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM)
04DJ - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga em Itaparica (BA)
-

PROGRAMA 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Iniciativas

- 04EL - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz
-

PROGRAMA 2051 - Oferta de Água

Iniciativas

- 04EM - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE)
04EN - Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri (PE)
-

PROGRAMA 2053 - Petróleo e Gás

Iniciativas

- 04DD - Ampliar a capacidade de processamento de Gás Natural do Terminal de Cabiúnas (RJ).
-

PROGRAMA 2058 - Política Nacional de Defesa

Iniciativas

- 04E8 - Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa
04E9 - Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA
04EF - Construção de Navios Escoltas (NEsc)
04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020

- 04EB - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)
04EC - Aquisição de Blindados Guarani
-

PROGRAMA 2074 - Transporte Marítimo

Iniciativas

- 04DS - Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
04DV - Adequação de terminal de passageiros no Porto de Santos (SP)
-

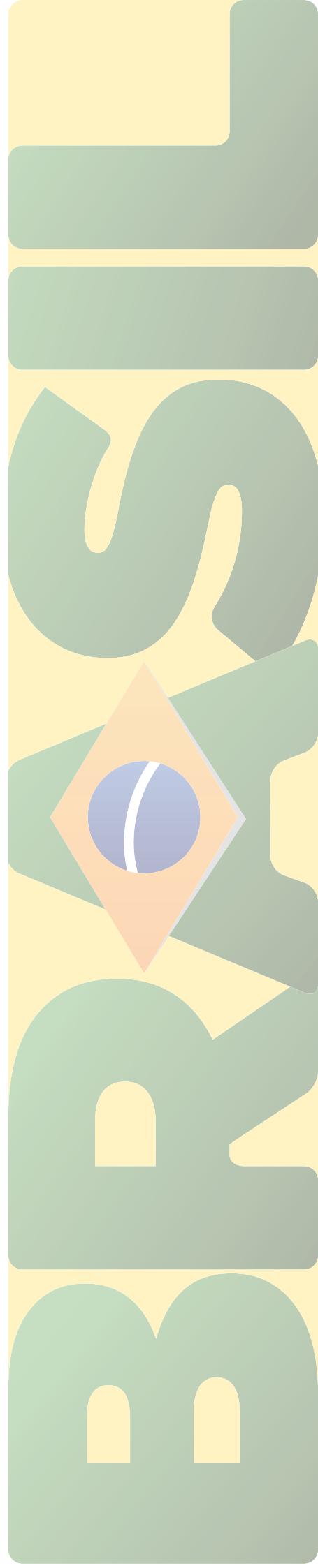
PROGRAMA 2075 - Transporte Rodoviário

Iniciativas

- 04ER - Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - BR-040/MG, BR-262/MG e BR-381/MG

Parte II

Atualização do Valor Global dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do PPA 2012-2015



PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.110.324	5.264.379	11.250.109
Despesas Correntes	4.384.498	4.627.277	9.888.608
Despesas de Capital	725.826	637.101	1.361.501
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	17.500.000	19.000.000	40.000.000
Valores Globais	22.610.324	24.264.379	51.250.109
		98.124.811	

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	809.193	830.541	1.774.888
Despesas Correntes	111.540	95.896	204.931
Despesas de Capital	697.654	734.646	1.569.957
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	575.463	673.112	1.585.443
Valores Globais	1.384.656	1.503.653	3.360.331
		6.248.641	

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	11.622.974	13.364.231	28.559.696
Despesas Correntes	4.443.438	7.138.082	15.254.259
Despesas de Capital	7.179.536	6.226.149	13.305.436
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	40.127.723	42.418.171	91.586.958
Valores Globais	51.750.697	55.782.402	120.146.654
		227.679.752	

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	75.178.418	79.243.489	169.345.317
Despesas Correntes	65.462.609	71.171.198	152.094.629
Despesas de Capital	9.715.809	8.072.291	17.250.687
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	1.687	6.786	14.502
Outras Fontes			
	75.180.105	79.250.275	169.359.818
Valores Globais		323.790.197	

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.853	176.351	376.867
Despesas Correntes	62.683	108.439	231.737
Despesas de Capital	38.170	67.912	145.130
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	100.853	176.351	376.867
Valores Globais		654.071	

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	693.609	748.041	1.598.583
Despesas Correntes	80.990	91.402	195.329
Despesas de Capital	612.619	656.639	1.403.254
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	1.429.923	1.414.090	3.021.945
Outras Fontes	1.390.260	1.561.260	1.487.234
	3.513.792	3.723.391	6.107.762
Valores Globais		13.344.946	

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	388.030	263.712	563.559
Despesas Correntes	226.017	241.147	515.338
Despesas de Capital	162.013	22.565	48.221
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	388.030	263.712	563.559
Valores Globais		1.215.301	

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	21.081.064	22.076.154	47.177.292
Despesas Correntes	21.072.687	22.072.022	47.168.462
Despesas de Capital	8.377	4.132	8.830
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	21.081.064	22.076.154	47.177.292
Valores Globais		90.334.510	

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	172.235	154.716	330.632
Despesas Correntes	130.252	120.763	258.074
Despesas de Capital	41.982	33.953	72.558
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	172.235	154.716	330.632
Valores Globais		657.583	

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.188.468	5.457.989	11.663.858
Despesas Correntes	3.698.599	4.156.822	8.883.233
Despesas de Capital	1.489.869	1.301.166	2.780.625
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	4.636.000	5.640.769	14.751.749
Valores Globais	9.824.468	11.098.758	26.415.607
	47.338.833		

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	51.080	89.959	192.244
Despesas Correntes	46.788	83.556	178.562
Despesas de Capital	4.292	6.402	13.682
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	33.278.866	29.688.609	63.445.300
Outras Fontes	7.579.916	7.053.822	13.645.174
Valores Globais	40.909.862	36.832.390	77.282.718
	155.024.970		

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	27.299	58.051	124.056
Despesas Correntes	12.609	53.451	114.226
Despesas de Capital	14.690	4.600	9.830
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
Valores Globais	27.299	58.051	124.056
	209.406		

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.243.944	2.850.194	6.090.936
Despesas Correntes	1.138.027	1.344.516	2.873.264
Despesas de Capital	2.105.917	1.505.678	3.217.672
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	13.167.475	14.530.640	33.321.824
Valores Globais	16.411.419	17.380.834	39.412.760
	73.205.013		

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	959.256	821.003	1.754.503
Despesas Correntes	389.633	334.916	715.724
Despesas de Capital	569.624	486.086	1.038.779
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	252.138	607.605	1.298.467
Outras Fontes	88.000	96.800	223.608
Valores Globais	1.299.394	1.525.408	3.276.578
	6.101.380		

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	323.329	318.327	680.273
Despesas Correntes	238.072	253.597	541.944
Despesas de Capital	85.257	64.730	138.329
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	373	373	
Valores Globais	323.703	318.700	680.273
	1.322.676		

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.395.296	2.929.021	6.259.392
Despesas Correntes	805.956	797.957	1.705.254
Despesas de Capital	1.589.340	2.131.064	4.554.138
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	2.395.296	2.929.021	6.259.392
Valores Globais			11.583.709

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	408.606	393.576	841.081
Despesas Correntes	260.840	269.972	576.937
Despesas de Capital	147.766	123.604	264.145
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	408.606	393.576	841.081
Valores Globais			1.643.263

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	9.110.268	7.163.617	15.308.829
Despesas Correntes	470.657	556.927	1.190.168
Despesas de Capital	8.639.611	6.606.690	14.118.661
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	1.281.830	1.410.450	3.258.550
Valores Globais	10.392.098	8.574.067	18.567.379
			37.533.544

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	32.260.015	30.078.086	64.277.622
Despesas Correntes	22.388.500	22.961.729	49.069.788
Despesas de Capital	9.871.515	7.116.357	15.207.834
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	32.260.015	30.078.086	64.277.622
Valores Globais			126.615.723

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.905.713	6.078.819	12.990.589
Despesas Correntes	3.028.599	4.239.488	9.059.892
Despesas de Capital	2.877.114	1.839.331	3.930.696
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	5.905.713	6.078.819	12.990.589
Valores Globais			24.975.121

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.305.988	12.812.924	27.381.538
Despesas Correntes	8.270.630	9.042.221	19.323.452
Despesas de Capital	5.035.358	3.770.703	8.058.087
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	13.305.988	12.812.924	27.381.538
Valores Globais			53.500.450

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	188.415	95.213	203.473
Despesas Correntes	186.165	93.163	199.092
Despesas de Capital	2.250	2.050	4.381
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	8.379.005	10.520.173	22.481.873
Outras Fontes	44.311.752	25.019.501	63.557.614
Valores Globais	52.879.173	35.634.887	86.242.960
		174.757.019	

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	105.533	57.767	123.449
Despesas Correntes	34.073	29.417	62.864
Despesas de Capital	71.461	28.350	60.585
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
Valores Globais	105.533	57.767	123.449
		286.749	

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.290.417	3.084.477	6.591.605
Despesas Correntes	1.145.541	743.430	1.588.729
Despesas de Capital	2.144.876	2.341.047	5.002.876
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	1.626.803	853.803	
Valores Globais	4.917.220	3.938.280	6.591.605
		15.447.105	

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	245.698	249.848	533.932
Despesas Correntes	222.889	240.158	513.224
Despesas de Capital	22.810	9.690	20.708
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	1.192.300	1.263.000	2.758.700
Valores Globais	1.437.998	1.512.848	3.292.632
		6.243.478	

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	32.966.058	35.805.905	76.518.113
Despesas Correntes	32.589.524	35.616.524	76.113.403
Despesas de Capital	376.534	189.380	404.711
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
Valores Globais	32.966.058	35.805.905	76.518.113
		145.290.076	

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	504.490	928.508	1.984.244
Despesas Correntes	349.649	866.470	1.851.668
Despesas de Capital	154.841	62.038	132.576
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
Valores Globais	504.490	928.508	1.984.244
		3.417.242	

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	433.888	519.516	1.110.220
Despesas Correntes	381.877	450.369	962.451
Despesas de Capital	52.011	69.147	147.769
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	30.000	283.400	757.700
Valores Globais	463.888	802.916	1.867.920
		3.134.724	

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.270.792	2.400.426	5.129.771
Despesas Correntes	1.551.342	104.688	223.721
Despesas de Capital	3.719.449	2.295.738	4.906.051
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	1.480.000	1.480.000	1.200.000
Valores Globais	6.750.792	3.880.426	6.329.771
		16.960.990	

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	142.182	156.453	334.344
Despesas Correntes	117.030	132.873	283.954
Despesas de Capital	25.152	23.579	50.390
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	14.788.952	14.845.951	29.547.150
Valores Globais	14.931.134	15.002.404	29.881.494
		59.815.031	

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	726.640	622.421	1.330.130
Despesas Correntes	376.485	379.633	811.286
Despesas de Capital	350.155	242.788	518.844
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	726.640	622.421	1.330.130
Valores Globais			2.679.191

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.750	0	0
Despesas Correntes	1.200		
Despesas de Capital	4.550		
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0		
Outras Fontes			
	5.750	0	0
Valores Globais			5.750

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	314.098	333.343	712.361
Despesas Correntes	308.204	313.723	670.433
Despesas de Capital	5.894	19.620	41.928
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	107.021	120.481	289.620
Valores Globais	421.119	453.824	1.001.981
			1.876.924

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	42.010	35.406	75.664
Despesas Correntes	36.847	32.171	68.749
Despesas de Capital	5.163	3.236	6.914
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	42.010	35.406	75.664
Valores Globais		153.079	

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	125.810	93.565	199.951
Despesas Correntes	105.481	68.713	146.842
Despesas de Capital	20.329	24.852	53.109
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	125.810	93.565	199.951
Valores Globais		419.326	

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	46.774	63.281	135.233
Despesas Correntes	33.274	51.531	110.123
Despesas de Capital	13.500	11.750	25.110
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	14.588.204	22.528.806	57.649.847
	14.634.978	22.592.088	57.785.081
Valores Globais		95.012.146	

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.780.906	2.334.158	4.988.153
Despesas Correntes	233.388	165.699	354.103
Despesas de Capital	2.547.519	2.168.459	4.634.050
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	10.061.000	7.061.000	6.213.000
Valores Globais	12.841.906	9.395.158	11.201.153
		33.438.217	

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	16.562.145	13.895.111	29.694.200
Despesas Correntes	4.250.390	3.712.863	7.934.481
Despesas de Capital	12.311.755	10.182.248	21.759.719
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	89.115.000	89.215.000	178.880.000
Valores Globais	105.677.145	103.110.111	208.574.200
		417.361.455	

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	555.142	427.650	913.898
Despesas Correntes	51.332	45.832	97.945
Despesas de Capital	503.810	381.818	815.954
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	99.518	85.857	170.209
Valores Globais	654.660	513.507	1.084.107
		2.252.274	

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.385.752	3.417.569	7.303.430
Despesas Correntes	3.603	1.708	3.651
Despesas de Capital	3.382.149	3.415.861	7.299.780
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	15.000	15.000	20.000
	3.400.752	3.432.569	7.323.430
Valores Globais		14.156.751	

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	233.016	520.824	1.113.014
Despesas Correntes	108.346	193.406	413.313
Despesas de Capital	124.669	327.418	699.701
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	207.693	240.934	574.153
	440.709	761.758	1.687.167
Valores Globais		2.889.634	

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	213.485	208.008	444.518
Despesas Correntes	200.686	204.672	437.388
Despesas de Capital	12.800	3.336	7.129
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	48.799.351	50.746.534	108.446.612
Outras Fontes	12.839.782	14.587.701	32.710.862
	61.852.618	65.542.243	141.601.991
Valores Globais		268.996.852	

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.715.170	3.844.867	8.216.577
Despesas Correntes	33.078	171.614	366.744
Despesas de Capital	2.682.092	3.673.253	7.849.833
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	2.715.170	3.844.867	8.216.577
Valores Globais			14.776.615

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.929.941	5.581.311	11.927.402
Despesas Correntes	1.037.698	913.983	1.953.205
Despesas de Capital	6.892.243	4.667.328	9.974.197
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	3.497.267	6.721.299	14.363.585
Outras Fontes	12.589.684	12.605.168	26.523.885
	24.016.892	24.907.779	52.814.871
Valores Globais			101.739.542

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	496.870	329.467	704.080
Despesas Correntes	112.920	100.703	215.204
Despesas de Capital	383.950	228.765	488.876
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	496.870	329.467	704.080
Valores Globais			1.530.417

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.212.788	1.031.155	2.203.604
Despesas Correntes	1.106.273	974.380	2.082.274
Despesas de Capital	106.515	56.775	121.330
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	1.212.788	1.031.155	2.203.604
Valores Globais		4.447.547	

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	17.722.698	13.119.753	28.037.240
Despesas Correntes	4.470.394	4.401.450	9.406.009
Despesas de Capital	13.252.304	8.718.303	18.631.231
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	115.202	36.903	78.862
Outras Fontes			
	17.837.900	13.156.655	28.116.101
Valores Globais		59.110.657	

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	773.183	665.979	1.423.214
Despesas Correntes	566.419	548.722	1.172.633
Despesas de Capital	206.764	117.257	250.581
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	109.340	164.010	273.350
	882.523	829.989	1.696.564
Valores Globais		3.409.075	

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	314.276	241.068	515.167
Despesas Correntes	234.315	182.520	390.049
Despesas de Capital	79.960	58.548	125.118
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	314.276	241.068	515.167
Valores Globais		1.070.510	

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	313.993.936	344.396.402	735.983.720
Despesas Correntes	313.677.173	344.236.124	735.641.203
Despesas de Capital	316.764	160.278	342.517
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	313.993.936	344.396.402	735.983.720
Valores Globais		1.394.374.058	

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	476.231	577.470	1.234.068
Despesas Correntes	365.287	476.022	1.017.271
Despesas de Capital	110.944	101.448	216.798
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	476.231	577.470	1.234.068
Valores Globais		2.287.770	

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	31.176	46.094	98.504
Despesas Correntes	28.135	34.794	74.356
Despesas de Capital	3.040	11.300	24.148
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	31.176	46.094	98.504
Valores Globais		175.774	

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	134.458	114.579	244.858
Despesas Correntes	119.428	108.614	232.111
Despesas de Capital	15.030	5.965	12.747
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	134.458	114.579	244.858
Valores Globais		493.895	

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	931.217	1.050.985	2.245.981
Despesas Correntes	784.969	908.351	1.941.169
Despesas de Capital	146.248	142.633	304.811
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	931.217	1.050.985	2.245.981
Valores Globais		4.228.183	

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.388.252	2.508.833	5.361.439
Despesas Correntes	344.604	272.434	582.197
Despesas de Capital	3.043.647	2.236.400	4.779.242
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	3.388.252	2.508.833	5.361.439
Valores Globais			11.258.524

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	234.263	138.450	295.872
Despesas Correntes	175.618	90.723	193.877
Despesas de Capital	58.645	47.728	101.995
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	234.263	138.450	295.872
Valores Globais			668.585

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.142.634	4.073.941	8.706.113
Despesas Correntes	44.359	62.127	132.766
Despesas de Capital	5.098.275	4.011.814	8.573.347
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	5.700.000	4.600.000	4.200.000
Valores Globais	10.842.634	8.673.941	12.906.113
			32.422.688

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.323.353	4.235.523	9.051.418
Despesas Correntes	1.630.223	1.956.894	4.181.931
Despesas de Capital	2.693.130	2.278.629	4.869.487
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	4.323.353	4.235.523	9.051.418
Valores Globais			17.610.294

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.623.617	3.068.617	6.557.711
Despesas Correntes	1.609.528	1.108.821	2.369.577
Despesas de Capital	3.014.089	1.959.797	4.188.134
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	4.623.617	3.068.617	6.557.711
Valores Globais			14.249.946

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	41.157.542	41.229.836	88.109.191
Despesas Correntes	41.116.767	41.202.940	88.051.713
Despesas de Capital	40.775	26.896	57.478
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	4.321.344	14.083.356	31.829.055
Valores Globais	45.478.886	55.313.193	119.938.247
			220.730.325

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.173.401	1.987.517	4.247.374
Despesas Correntes	96.585	102.272	218.559
Despesas de Capital	3.076.816	1.885.245	4.028.816
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	6.142.037	5.149.208	12.736.550
Valores Globais	9.315.438	7.136.725	16.983.924
		33.436.088	

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	640.897	394.890	843.890
Despesas Correntes	20.953	14.500	30.987
Despesas de Capital	619.944	380.390	812.903
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	120.600	132.600	257.500
Valores Globais	761.497	527.490	1.101.390
		2.390.377	

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	544.772	497.074	1.062.259
Despesas Correntes	92.355	67.999	145.317
Despesas de Capital	452.417	429.074	916.942
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	1.391.893	1.380.650	2.950.483
Outras Fontes	1.257.305	1.199.000	1.249.000
Valores Globais	3.193.970	3.076.723	5.261.742
		11.532.435	

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	18.908.410	13.684.942	29.245.063
Despesas Correntes	326.902	454.045	970.306
Despesas de Capital	18.581.508	13.230.897	28.274.757
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	3.444.638	1.549.039	1.250.331
Valores Globais	22.353.048	15.233.981	30.495.394
		68.082.424	

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.366.467	2.609.168	5.575.857
Despesas Correntes	498.994	364.660	779.287
Despesas de Capital	2.867.473	2.244.508	4.796.570
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	1.786.057	2.349.110	5.557.774
Valores Globais	5.152.524	4.958.278	11.133.631
		21.244.432	

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	80.184.158	77.963.436	166.609.812
Despesas Correntes	80.184.158	77.963.436	166.609.812
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
Valores Globais	80.184.158	77.963.436	166.609.812
		324.757.407	

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	977.564	1.021.149	2.182.220
Despesas Correntes	914.125	925.562	1.977.949
Despesas de Capital	63.439	95.587	204.271
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	977.564	1.021.149	2.182.220
Valores Globais			4.180.933

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.269.613	2.329.325	4.977.826
Despesas Correntes	2.200.250	2.262.893	4.835.859
Despesas de Capital	69.363	66.432	141.967
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	2.269.613	2.329.325	4.977.826
Valores Globais			9.576.765

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.308.478	3.736.353	7.984.681
Despesas Correntes	3.029.703	3.478.325	7.433.267
Despesas de Capital	278.775	258.029	551.414
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	3.308.478	3.736.353	7.984.681
Valores Globais			15.029.512

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	433.475	415.723	888.411
Despesas Correntes	372.200	372.568	796.187
Despesas de Capital	61.275	43.155	92.224
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	433.475	415.723	888.411
Valores Globais		1.737.610	

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	236.275	228.660	488.653
Despesas Correntes	215.162	214.667	458.749
Despesas de Capital	21.113	13.994	29.905
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	236.275	228.660	488.653
Valores Globais		953.588	

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.568.401	1.508.983	3.224.735
Despesas Correntes	1.435.388	1.438.167	3.073.399
Despesas de Capital	133.013	70.816	151.336
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	1.568.401	1.508.983	3.224.735
Valores Globais		6.302.118	

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	761.173	811.434	1.734.056
Despesas Correntes	725.650	777.295	1.661.099
Despesas de Capital	35.522	34.139	72.956
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	761.173	811.434	1.734.056
Valores Globais		3.306.663	

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.753.721	6.883.073	14.709.300
Despesas Correntes	6.387.342	6.569.747	14.039.713
Despesas de Capital	366.379	313.327	669.587
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	6.753.721	6.883.073	14.709.300
Valores Globais		28.346.094	

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.636.662	3.911.308	8.358.564
Despesas Correntes	4.233.781	3.567.241	7.623.283
Despesas de Capital	402.882	344.068	735.281
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	4.636.662	3.911.308	8.358.564
Valores Globais		16.906.534	

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	11.134.802	10.899.106	23.291.662
Despesas Correntes	10.288.129	10.205.189	21.808.744
Despesas de Capital	846.673	693.917	1.482.918
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	11.134.802	10.899.106	23.291.662
Valores Globais			45.325.570

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.506.681	3.770.666	8.058.007
Despesas Correntes	3.196.522	3.396.082	7.257.512
Despesas de Capital	310.159	374.584	800.495
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	3.506.681	3.770.666	8.058.007
Valores Globais			15.335.354

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	2.649.299	3.432.367	7.335.054
Outras Fontes			
	2.649.299	3.432.367	7.335.054
Valores Globais			13.416.719

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	5.463.754	5.993.915	12.809.146
Outras Fontes			
	5.463.754	5.993.915	12.809.146
Valores Globais			24.266.816

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	204.286	229.559	490.573
Despesas Correntes	120.896	156.515	334.477
Despesas de Capital	83.391	73.043	156.096
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	204.286	229.559	490.573
Valores Globais			924.418

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	73.522	76.956	164.456
Despesas Correntes	57.299	67.956	145.223
Despesas de Capital	16.222	9.000	19.233
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	73.522	76.956	164.456
Valores Globais			314.934

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.826.864	4.729.797	10.107.695
Despesas Correntes	4.708.450	4.627.929	9.890.001
Despesas de Capital	118.415	101.868	217.694
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	4.826.864	4.729.797	10.107.695
Valores Globais			19.664.357

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	74.238	68.745	146.910
Despesas Correntes	69.238	64.798	138.474
Despesas de Capital	5.001	3.948	8.436
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	74.238	68.745	146.910
Valores Globais			289.894

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	18.395	30.524	65.231
Despesas Correntes	16.694	25.832	55.205
Despesas de Capital	1.701	4.692	10.026
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	18.395	30.524	65.231
Valores Globais			114.150

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.670	12.490	26.692
Despesas Correntes	13.409	12.308	26.302
Despesas de Capital	261	182	390
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	13.670	12.490	26.692
Valores Globais		52.852	

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.452.492	4.280.978	9.148.558
Despesas Correntes	4.399.946	4.242.592	9.066.524
Despesas de Capital	52.547	38.387	82.033
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	4.452.492	4.280.978	9.148.558
Valores Globais		17.882.028	

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.004.245	1.940.848	4.147.641
Despesas Correntes	1.944.664	1.888.340	4.035.429
Despesas de Capital	59.581	52.509	112.212
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	2.004.245	1.940.848	4.147.641
Valores Globais		8.092.735	

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	625.777	640.521	1.368.809
Despesas Correntes	595.921	610.917	1.305.544
Despesas de Capital	29.856	29.604	63.265
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	625.777	640.521	1.368.809
Valores Globais			2.635.107

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	22.509.972	22.709.574	48.530.926
Despesas Correntes	22.084.646	22.277.880	47.608.386
Despesas de Capital	425.326	431.694	922.540
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	22.509.972	22.709.574	48.530.926
Valores Globais			93.750.472

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	25.132.677	23.630.902	50.499.829
Despesas Correntes	24.874.946	23.457.540	50.129.350
Despesas de Capital	257.731	173.362	370.479
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	25.132.677	23.630.902	50.499.829
Valores Globais			99.263.408

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.882.862	13.938.059	29.785.981
Despesas Correntes	12.554.006	12.726.495	27.196.838
Despesas de Capital	1.328.856	1.211.564	2.589.142
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	13.882.862	13.938.059	29.785.981
Valores Globais			57.606.901

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	870.157	832.791	1.779.695
Despesas Correntes	790.106	789.747	1.687.710
Despesas de Capital	80.052	43.043	91.985
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	870.157	832.791	1.779.695
Valores Globais			3.482.643

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.502.944	5.474.660	11.699.485
Despesas Correntes	5.424.571	5.407.805	11.556.614
Despesas de Capital	78.373	66.855	142.870
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	5.502.944	5.474.660	11.699.485
Valores Globais			22.677.088

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	107.505	100.097	213.910
Despesas Correntes	101.239	96.637	206.516
Despesas de Capital	6.267	3.460	7.394
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	107.505	100.097	213.910
Valores Globais		421.513	

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.146.819	5.342.902	11.417.915
Despesas Correntes	5.133.609	5.332.522	11.395.734
Despesas de Capital	13.209	10.380	22.182
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	5.146.819	5.342.902	11.417.915
Valores Globais		21.907.636	

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.244.117	10.198.679	21.794.831
Despesas Correntes	10.122.301	10.100.345	21.584.691
Despesas de Capital	121.817	98.333	210.141
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	10.244.117	10.198.679	21.794.831
Valores Globais		42.237.627	

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	883.944	938.689	2.006.002
Despesas Correntes	833.311	894.299	1.911.139
Despesas de Capital	50.633	44.390	94.863
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	883.944	938.689	2.006.002
Valores Globais		3.828.635	

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	528.675	553.440	1.182.715
Despesas Correntes	492.558	530.715	1.134.151
Despesas de Capital	36.117	22.725	48.565
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	528.675	553.440	1.182.715
Valores Globais		2.264.830	

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.318.844	1.282.004	2.739.675
Despesas Correntes	1.252.948	1.244.305	2.659.110
Despesas de Capital	65.896	37.700	80.565
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	1.318.844	1.282.004	2.739.675
Valores Globais		5.340.524	

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.332.342	1.293.189	2.763.577
Despesas Correntes	1.200.947	1.134.991	2.425.503
Despesas de Capital	131.395	158.198	338.073
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	178.252	56.806	121.395
Outras Fontes			
	1.510.594	1.349.994	2.884.972
Valores Globais		5.745.560	

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	773.886	796.063	1.701.206
Despesas Correntes	744.259	775.163	1.656.543
Despesas de Capital	29.627	20.900	44.664
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	773.886	796.063	1.701.206
Valores Globais		3.271.155	

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	929.074	889.726	1.901.367
Despesas Correntes	822.889	815.252	1.742.215
Despesas de Capital	106.185	74.474	159.153
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	929.074	889.726	1.901.367
Valores Globais		3.720.168	

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	251.019	248.448	530.940
Despesas Correntes	230.461	240.354	513.643
Despesas de Capital	20.558	8.094	17.296
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	251.019	248.448	530.940
Valores Globais		1.030.407	

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	298.736	266.355	569.208
Despesas Correntes	277.511	253.276	541.258
Despesas de Capital	21.225	13.079	27.950
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	298.736	266.355	569.208
Valores Globais		1.134.300	

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.338.212	1.321.479	2.824.034
Despesas Correntes	1.302.344	1.303.568	2.785.756
Despesas de Capital	35.868	17.912	38.278
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	1.338.212	1.321.479	2.824.034
Valores Globais		5.483.726	

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.897.132	7.514.857	16.059.438
Despesas Correntes	3.120.337	7.290.660	15.580.324
Despesas de Capital	1.776.795	224.197	479.114
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	4.897.132	7.514.857	16.059.438
Valores Globais			28.471.426

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.730.314	2.524.871	5.395.712
Despesas Correntes	1.803.786	1.905.428	4.071.947
Despesas de Capital	926.528	619.443	1.323.765
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	2.730.314	2.524.871	5.395.712
Valores Globais			10.650.897

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

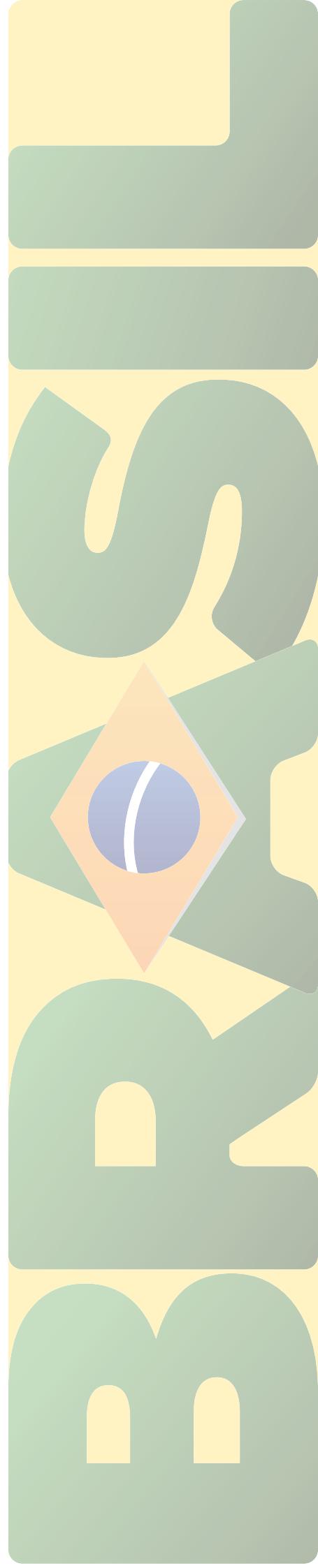
Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.656.760	1.634.270	3.492.476
Despesas Correntes	1.611.732	1.609.043	3.438.566
Despesas de Capital	45.028	25.227	53.910
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
	1.656.760	1.634.270	3.492.476
Valores Globais			6.783.505

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	146.512	125.893	269.037
Despesas Correntes	134.709	112.443	240.294
Despesas de Capital	11.803	13.450	28.743
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes			
Valores Globais	146.512	125.893	269.037
		541.443	

Parte III

Justificativas das alterações realizadas em Metas e Iniciativas do PPA 2012-2015



METAS

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2012	0413	Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria	alterada	1
2012	0413	Inserir 10 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis	alterada	1
2012	0413	Inserir 5.000 famílias nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis	alterada	2
2013	0128	Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada	excluída	2
2013	0128	Implantar o Conselho Nacional de Irrigação	alterada	2
2013	0128	Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação	alterada	2
2013	0128	Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação	alterada	2
2013	0171	Consolidar 4 redes de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: água e agricultura; drenagem e salinidade; fruticultura; e hortaliças.	alterada	2
2013	0175	Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha	alterada	2
2013	0175	Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha	alterada	2
2013	0543	Revitalizar 40 empreendimentos de interesse social	alterada	2
2013	0544	Ampliar a área irrigada em 88.239 ha	alterada	2
2014	0350	Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	alterada	1
2014	0350	Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento	alterada	1
2014	0350	Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos	alterada	1
2014	0601	Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares	alterada	1
2014	0601	Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)	alterada	1
2014	0601	Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados	excluída	1
2014	0744	Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior	alterada	2
2014	0744	Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação	alterada	2
2014	0976	Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40	alterada	2
2014	0976	Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70%	alterada	2
2015	0713	Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2015	0713	Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.	alterada	1
2015	0713	Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.	alterada	1
2015	0713	Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.	alterada	1
2015	0713	Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	alterada	1
2015	0713	Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.	alterada	1
2015	0713	Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015	excluída	1
2015	0713	Implantar 187 Centrais de Regulação.	alterada	2
2015	0713	Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.	nova	1
2015	0713	Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015	excluída	1
2015	0713	Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015.	alterada	2
2015	0713	Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.	alterada	1
2015	0713	Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.	nova	1
2015	0713	Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos municípios que aderirem ao programa.	nova	1
2015	0713	Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.	alterada	1
2015	0713	Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.	nova	1
2015	0713	Reformar 8.000 unidades básicas de saúde.	excluída	2
2015	0713	Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.	nova	1
2015	0714	Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.	alterada	2
2015	0714	Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para 85% até 2015.	alterada	2
2015	0714	Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	nova	2
2015	0714	Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	nova	2
2015	0714	Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015	excluída	2
2015	0714	Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2015	0714	Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.	alterada	2
2015	0714	Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.	alterada	2
2015	0714	Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.	nova	2
2015	0714	Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.	alterada	2
2015	0714	Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação, considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.	alterada	2
2015	0714	Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.	alterada	2
2015	0714	Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.	nova	1
2015	0714	Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.	alterada	2
2015	0714	Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.	nova	1
2015	0714	Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.	nova	1
2015	0714	Introduzir a vacina Varicela no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano e 3 meses, ampliando a cobertura para 95% até 2015.	nova	1
2015	0714	Monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015.	alterada	2
2015	0714	Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.	alterada	2
2015	0714	Realizar 600 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015.	alterada	1
2015	0714	Reducir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.	alterada	2
2015	0714	Reducir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.	alterada	2
2015	0714	Reducir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.	alterada	2
2015	0715	3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.	nova	1
2015	0715	60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.	nova	1
2015	0715	Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.	alterada	1
2015	0715	Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015	excluída	2
2015	0715	Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2015	0715	Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.	nova	2
2015	0715	Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde do Adolescente pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015 fazendo uso da caderneta.	alterada	2
2015	0715	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, para 94 hospitais de referência selecionados no SUS.	nova	1
2015	0715	Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.	alterada	2
2015	0715	Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015	excluída	2
2015	0715	Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	alterada	2
2015	0715	Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	alterada	2
2015	0715	Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.	alterada	1
2015	0715	Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.	alterada	2
2015	0715	Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.	alterada	1
2015	0715	Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.	alterada	2
2015	0715	Qualificação de 1.410 profissionais de saúde em técnicas para coleta de vestígios (cadeia de custódia e sexologia forense) em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.	nova	1
2015	0715	Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	alterada	1
2015	0715	Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	alterada	1
2015	0715	Reforma/ampliação de ambientes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.	nova	1
2015	0717	Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência.	nova	1
2015	0718	Criação/qualificação de 175 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h.	nova	1
2015	0718	Criação/qualificação de 188 Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil até 2014.	nova	1
2015	0718	Criação/qualificação de 430 Unidades de Acolhimento Adulto até 2014.	nova	1
2015	0718	Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.	nova	1
2015	0718	Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.	alterada	1
2015	0718	Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.	alterada	2
2015	0718	Implantar e implementar 800 unidades residenciais terapêuticas temporárias (URTT) até 2015	excluída	1
2015	0719	45 Centros Especializados em Reabilitação em funcionamento até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	nova	1
2015	0719	Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2015	0719	Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.	alterada	2
2015	0719	Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	nova	1
2015	0719	Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	nova	1
2015	0719	Implantar o Projeto Vida no Trânsito em todas as capitais e municípios com população acima de 1.000.000 de habitantes, até 2015.	nova	1
2015	0719	Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.	nova	1
2015	0719	Qualificar 60 oficinas ortopédicas existentes no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limite.	nova	1
2015	0719	Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015.	alterada	2
2015	0719	Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa (em 2013) e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015.	alterada	1
2015	0721	Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.	alterada	2
2015	0721	Ampliar de 1.100 para 4.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015.	alterada	1
2015	0721	Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.	alterada	2
2015	0721	Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/ano, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.	alterada	2
2015	0721	Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.	alterada	1
2015	0721	Fortalecer a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e criar novos espaços de negociação em estados, municípios e regiões do país.	alterada	1
2015	0721	Inserir 100 mil profissionais de saúde e gestores em processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias.	alterada	1
2015	0721	Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015.	alterada	2
2015	0724	Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.	alterada	1
2015	0724	Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 80% das Regiões de Saúde até 2015.	alterada	2
2015	0724	Elaborar até 2015 a 2ª versão do Mapa da Saúde de Metas visando estabelecer parâmetros para investimentos em saúde	excluída	2
2015	0724	Fomentar a implementação de 27 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis até 2015.	nova	1
2015	0724	Fomentar a mobilização de 80 mil pessoas em eventos com foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde.	nova	1
2015	0724	Número do Cartão Nacional de Saúde disponibilizado a toda a população através do Portal do Cidadão e do Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb) até 2015.	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2015	0724	Realizar 6 seminários regionalizados envolvendo as comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.	alterada	1
2015	0725	Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.	nova	1
2015	0725	Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de CartaSUS/ano até 2015.	nova	1
2015	0726	Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da <u>extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.</u>	alterada	2
2015	0726	Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	alterada	1
2015	0726	Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.	nova	1
2015	0727	Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil até 2015	excluída	2
2015	0727	Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs - até 2015	excluída	2
2015	0729	Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.	alterada	2
2016	0932	Apoiar e acompanhar a implementação das ações de direitos sexuais e reprodutivos, em especial a prevenção e tratamento das DST/AIDS, para as mulheres, em todas as faixas etárias	alterada	2
2016	0932	Elaborar documento contendo orientações para o acompanhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde para os organismos executivos de políticas para as mulheres	alterada	2
2016	0932	Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em particular a Rede Cegonha, nos estados e municípios	alterada	2
2016	0932	Elaborar estudos e pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde da mulher e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	alterada	2
2016	0932	Realizar 2 Seminários ou oficinas para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	alterada	2
2016	0933	Apoiar iniciativas da sociedade civil na construção de redes de monitoramento de conteúdos midiáticos com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual	nova	2
2016	0933	Estimular a ampliação da transmissão de jogos e da participação das mulheres nas diversas modalidades de esportes nas programações de rádio e TV.	nova	2
2016	0933	Fomentar o desenvolvimento permanente de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, sexism e lesbofobia	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2016	0933	Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino	alterada	2
2016	0933	Fortalecer e ampliar a participação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas	nova	2
2016	0933	Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar 2 Editais de chamada Pública para o Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo	alterada	2
2016	0933	Realizar e apoiar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo	alterada	2
2016	0933	Realizar formações para lideranças de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexism e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero	nova	2
2016	0934	Desenvolver ações integradas voltadas para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de políticas públicas que garantam direitos e proteção à população LGBT	alterada	2
2016	0934	Estimular a presença de mulheres em posição de chefia e direção no mercado de trabalho	nova	2
2016	0934	Realizar 5 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos	alterada	2
2016	0935	Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação	alterada	1
2016	0935	Monitorar e avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)	alterada	2
2016	0936	Realizar campanha de valorização das mulheres em sua diversidade, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia	alterada	2
2016	0998	Ampliar e fortalecer os 3 Núcleos de Atendimento às Mulheres nas áreas de fronteiras atualmente existentes, localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR).	nova	1
2016	0998	Articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011	alterada	2
2016	0998	Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre questões da violência contra as mulheres.	alterada	2
2016	0998	Construir Casas da Mulher Brasileira (que agregarão no mesmo espaço físico: Deam, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho) em todas as capitais dos estados e do DF.	nova	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2016	0998	Construir Central de transporte, coordenadas pela Casas da Mulher Brasileira, para facilitar o acesso da mulher aos serviços articulados, como IML, assistência social, Unidades básicas de Saúde, Unidades de pronto atendimento e hospitais de referência.	nova	1
2016	0998	Criação de 6 novos Núcleos de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas.	nova	1
2016	0998	Formalizar parcerias no âmbito do governo federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.	excluída	2
2016	0998	Induzir, articular e coordenar protocolos de atendimento para os serviços integrantes da Rede de Atendimento.	alterada	2
2016	0998	Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.	excluída	2
2016	0998	Realizar capacitação continuada de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.	alterada	2
2016	0998	Transformar o Ligue 180 em Disque denúncia, com encaminhamento direto das denúncias aos órgãos competentes.	nova	2
2016	0998	Fomento à criação de ambientes para atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais – IML	nova	1
2016	0999	Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, concursos públicos e no processo de formação dos operadores de direito e de gestores e gestoras públicos/as.	alterada	2
2016	0999	Promover 5 campanhas, com caráter permanente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, divulgação da Lei Maria da Penha e da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180.	alterada	2
2016	0999	Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).	excluída	2
2016	1000	Acompanhar e monitorar a aplicação do Decreto 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.	alterada	2
2016	1000	Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.	excluída	2
2016	1000	Elaborar diretrizes e normas para o funcionamento dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.	alterada	2
2016	1000	Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.	excluída	2
2016	1000	Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.	excluída	2
2016	1000	Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e nas ações da Casa da Mulher Brasileira.	alterada	2
2017	0085	Realizar 1224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2017	0085	Reducir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens	alterada	2
2017	0086	Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil	alterada	2
2018	0506	Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza	excluída	2
2018	0510	Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais.	alterada	1
2019	0376	Incluir as famílias pertencentes às comunidades quilombolas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família	alterada	2
2019	0619	Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família tenham renda mínima de R\$ 70,00	nova	1
2019	0619	Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza, utilizando o Busca Ativa para localização e cadastramento de famílias que atender aos critérios de elegibilidade	nova	1
2020	0867	Digitalizar 60% do acervo da Comissão de Anistia	alterada	1
2020	0867	Implantar 01 Observatório de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade	alterada	1
2020	0867	Implantar lugares de memória histórica e consciência política nas regiões do país	alterada	2
2020	0867	Julgar 6.605 processos de anistia política	alterada	1
2020	0867	Suprimir no ordenamento jurídico brasileiro normas que violem os direitos humanos e o direito à memória e à verdade	excluída	2
2020	0868	Estruturação e realização de procedimentos de monitoramento relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores.	alterada	2
2020	0868	Implantação do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall	alterada	2
2020	0868	Elaboração de proposta de marco legal de proteção de dados pessoais	nova	1
2020	0868	Implantação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), criado pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013	alterada	1
2020	0872	Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros com população acima de 100.000 habitantes	alterada	1
2020	0872	230 ações culturais de difusão do acervo que se distribuem em edição de publicações técnico-científicas, sítios eletrônicos e realização de eventos	alterada	2
2020	0875	Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua	excluída	1
2020	0875	Apoiar a instituição de 20 Casas de Direito pelos atores do sistema de Justiça	alterada	1
2020	0875	Apoiar a instituição de 20 núcleos de Justiça Comunitária pelos atores do sistema de Justiça	alterada	1
2020	0875	Apoiar e instituir ambientes específicos à tomada de Depoimentos Especiais no Poder Judiciário	excluída	1
2020	0875	Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça	excluída	1
2020	0875	Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares	excluída	1
2020	0875	Apoiar e instituir núcleos de Justiça Restaurativa	excluída	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2020	0875	Apoiar e instituir o fortalecimento dos Juizados do Torcedor, com enfoque nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014	excluída	2
2020	0875	Articular a realização do programa Brasil Mais Seguro pela criação de 7 centros de acompanhamento do sistema de justiça	nova	1
2020	0875	Coordenar os trabalhos de regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico dos Cartórios Extrajudiciais, conforme preceituam os Arts. 37 a 45 da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009	excluída	2
2020	0875	Debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça pela publicação de 30 pesquisas, relatórios ou projetos normativos	alterada	2
2020	0875	Desenvolver a Estratégia Nacional de Acesso à Justiça e a Estatégia Nacional de Redução de Litígios, para disseminação do uso de técnicas autocompositivas de solução de conflitos (conciliações judiciais, conciliações e mediações extrajudiciais, desistência de recursos)	nova	1
2020	0875	Disseminar conhecimento agregado acerca do sistema de Justiça, por meio do Atlas do Acesso à Justiça, com a criação e divulgação de 5 indicadores	alterada	2
2020	0875	Fomentar a modernização do sistema de justiça, por meio do apoio à implantação de 50 unidades especializadas, aprimoramento normativo e apoio ao desenvolvimento gerencial e produção de conhecimento de 03 iniciativas com projetos referência para atender às 26 unidades da Federação	alterada	2
2020	0875	Instituir e gerenciar o Portal de acesso à justiça	alterada	2
2020	0875	Promover a solução autocompositiva de conflitos por meio da formação de 21 mil alunos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação	alterada	1
2020	0875	Viabilizar a aprovação de projetos de lei relacionados aos temas definidos nos Pactos Republicanos de Estado	excluída	2
2020	0878	Ampliar o atendimento à população abaixo da linha da miséria absoluta por meio da realização de 5 edições do projeto "Jornada Meu Defensor"	nova	1
2020	0878	Ampliar para 1.000 o número de vagas do Programa da Residência Jurídica	excluída	2
2020	0878	Disponibilizar o serviço de assistência jurídica gratuita a estrangeiros em 100% das arenas durante os grandes eventos	nova	1
2020	0878	Disseminar o conhecimento dos direitos, deveres e da cidadania aos jovens do ensino público básico e superior em todas as regiões do país	alterada	2
2020	0878	Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.	excluída	2
2020	0878	Facilitar o acesso a justiça a partir da implantação do serviço de orientação e agendamento de atendimento via serviço 0800	nova	1
2020	0878	Implantar o serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal	alterada	1
2020	0878	Levar assistência jurídica gratuita a comunidades terapêuticas de pessoas com transtornos decorrentes do uso do Crack e a seus familiares	nova	1
2020	0878	Melhorar o atendimento ao cidadão a partir da adequação da infraestrutura de funcionamento e acessibilidade em 59 órgãos de atendimento em todo território nacional	nova	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2020	0878	Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros	excluída	2
2020	0878	Promover a inclusão profissional e social de 100 jovens oriundos do sistema prisional nos quadros da DPU, no âmbito do Programa Juventude Viva	nova	1
2020	0878	Realizar ações de prevenção e reparação de danos causados pelo escalpelamento	alterada	2
2020	0878	Realizar um total de 100 ações itinerantes, levando assistência jurídica gratuita a comunidades indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, regiões fronteiriças e comunidades com alto índice de vulnerabilidade social	alterada	2
2020	0878	Reforçar a política de inclusão social por meio do acesso à justiça, ampliando o atendimento a 200 novos municípios com baixo IDH	alterada	2
2020	0880	Criar e estruturar rede de articulação federativa com banco de dados e integração de informações, priorizando todas as capitais e suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, além das mesoregiões, regiões integradas de desenvolvimento e consórcios públicos	excluída	1
2020	0880	Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça	excluída	2
2020	0880	16 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados.	nova	2
2020	0880	Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes.	nova	2
2020	0880	Criar e estruturar rede participativa com banco de dados de boas práticas implantadas por gestões locais ou por organizações populares	excluída	1
2021	0401	Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais	nova	1
2022	0186	Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km	alterada	2
2022	0187	160.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel	alterada	2
2023	0824	Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)	alterada	1
2023	0824	Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis	alterada	1
2025	0751	Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB)	alterada	2
2025	0964	Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional.	alterada	1
2025	0964	Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão (rádio e televisão), por meio de geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública, para garantir disponibilidade de acesso à população brasileira.	alterada	1
2025	0964	Ampliar a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) da EBC para assegurar a recepção radiofônica às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não alcançadas por outras frequências.	alterada	1
2025	0964	Ampliar a produção regional de conteúdos próprios da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, implantando mais 03 (três) canais geradores nas regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região do país	excluída	1
2028	0364	Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2028	0364	Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa	alterada	2
2028	0367	Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025	alterada	2
2028	0368	Construção da Política Interna de Gestão de Risco Aplicada na Fiscalização de Insumos Agropecuários	alterada	2
2028	0620	Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)	alterada	2
2028	0620	Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 20 enfermidades em animais aquáticos	alterada	2
2028	0620	Manter 1 centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)	alterada	2
2028	0620	Publicar 8 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos	alterada	2
2028	0620	Reconhecer 4 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos	alterada	2
2029	0977	Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania.	alterada	2
2029	0977	Propor marco legal para o desenvolvimento territorial.	alterada	2
2029	0978	Apoiar a capacitação e formação de 80.000 agentes de desenvolvimento.	alterada	2
2029	0978	Apoiar a elaboração e qualificação de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.	alterada	2
2029	0978	Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012.	alterada	2
2029	0978	Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados.	alterada	1
2029	0979	Apoiar a capacitação e a formação de 3.000 agentes facilitadores de inclusão produtiva.	alterada	1
2029	0979	Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva.	alterada	1
2029	0979	Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.	alterada	1
2029	0979	Apoiar a organização produtiva de 5.000 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres.	alterada	1
2029	0979	Apoiar e coordenar o funcionamento de 150 Bases de Serviços Técnicos.	alterada	1
2029	0979	Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias	excluída	1
2029	0979	Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária	alterada	1
2029	0980	Apoiar projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas.	alterada	2
2029	0980	Beneficiar 30.600 trabalhadoras rurais, através do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres	alterada	1
2029	0982	Atualizar o marco regulatório do cooperativismo	alterada	2
2029	0982	Disseminar e promover na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente	alterada	2
2029	0982	Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2029	0982	Institucionalizar a política nacional de economia solidária com o Sistema Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Fundo Nacional	alterada	2
2029	0983	Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário	alterada	1
2029	0983	Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização	excluída	2
2029	0983	Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização	alterada	1
2030	0596	Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.	alterada	2
2030	0598	Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020	alterada	2
2030	0598	Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020	excluída	2
2030	0598	Fomentar programas de combate à violência e ao "bullying" na escola e promover educação em direitos humanos	alterada	1
2030	0598	Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.	nova	1
2031	0582	Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres	nova	1
2031	0582	Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562	alterada	1
2031	0582	Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes	alterada	1
2031	0588	Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres	excluída	1
2031	0588	Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional	alterada	1
2031	0588	Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020	alterada	1
2033	0029	Monitorar anualmente a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País	alterada	2
2033	0029	Monitorar anualmente a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País	alterada	2
2033	0034	Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica	alterada	1
2033	0034	Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW	alterada	1
2033	0034	Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2034	0772	Producir e difundir publicações e outros instrumentos de orientação que ofereçam suporte à formulação e monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluído perspectiva de gênero.	alterada	2
2034	0772	Realizar ações com órgãos da Administração Pública Federal e com estados e municípios visando à efetivação de políticas que têm como foco prioritário a população negra.	nova	2
2034	0773	Ampliar o número de organizações públicas e privadas que implementam ações afirmativas para a população negra.	alterada	2
2034	0774	Producir e difundir instrumentos de orientação para implementação dos marcos legais.	nova	2
2034	0776	Assegurar a inclusão de conteúdos sobre a temática racial em programas e ações de sensibilização e capacitação de servidores(as) para identificação, abordagem e enfrentamento ao racismo institucional.	nova	2
2034	0777	Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas.	alterada	2
2034	0777	Realizar e apoiar ações e/ou medidas para a valorização da pessoa negra e para o enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras.	alterada	2
2034	0986	Criar instrumento de coordenação e monitoramento para promover o acesso às políticas governamentais pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e os povos de culturas ciganas.	alterada	2
2035	0676	Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.	alterada	1
2036	0228	Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação	alterada	2
2037	0282	Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias	excluída	2
2037	0282	Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento	excluída	2
2037	0282	Integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social (ACESSUAS/TRABALHO)	nova	1
2037	0282	Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território	excluída	2
2037	0282	Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas	excluída	2
2037	0282	Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas	alterada	2
2037	0282	Producir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2037	0282	Producir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF	excluída	2
2037	0370	Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias	alterada	2
2037	0370	Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS, do Centro Pop e do CentroDia, elevando o percentual de equipamentos operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente, bem como assegurando o enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial	alterada	2
2037	0370	Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento aos diversos públicos, estimulando a oferta de serviços com metodologias inovadoras (Centros-Dia, Residências-Inclusivas, Repúblicas, Casas-Lares, etc), assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT	alterada	2
2037	0370	Elaborar e difundir orientações técnicas para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas	alterada	2
2037	0370	Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT	excluída	2
2037	0370	Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha	excluída	2
2037	0370	Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas	excluída	2
2037	0370	Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua	alterada	2
2037	0370	Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência	excluída	2
2037	0370	Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente	excluída	2
2037	0370	Estabelecer protocolos e fluxos intersetoriais para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2037	0370	Estabelecer protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos)	alterada	2
2037	0370	Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos municípios abrangidos pelo “Programa Crack, É Possível Vencer”, com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras	alterada	2
2037	0371	Ampliar a cobertura dos beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 18 anos, por meio da adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola	alterada	2
2037	0371	Ampliar o percentual de beneficiários do BPC inseridos no Cadastro Único para 100%, até 2015	alterada	2
2037	0371	Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda	alterada	2
2037	0371	Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento	excluída	2
2037	0371	Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados, no Distrito Federal e em outros municípios que manifestarem interesse	alterada	2
2040	0169	Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	alterada	1
2040	0169	Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas	alterada	1
2040	0172	Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil	alterada	2
2040	0172	Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil.	alterada	2
2040	0172	Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil	alterada	2
2040	0172	Realizar Conferências Regionais de Defesa Civil	excluída	1
2040	0173	Monitoramento e alerta para municípios com riscos de deslizamentos de massa	alterada	1
2040	0173	Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas	alterada	1
2040	0587	Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios	alterada	1
2040	0602	Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.	alterada	1
2040	0602	Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.	nova	1
2042	0969	Ampliar de 1658 para 2400 o número de cultivares protegidas	alterada	2
2042	0969	Aumentar de 110 para 170 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares	alterada	2
2043	941	Concluir a negociação para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a implementação do mecanismo de distribuição da renda aduaneira.	alterada	2
2043	941	Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações	excluída	2
2043	941	Implementar a interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e de base de dados.	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2043	941	Implementar o mecanismo de monitoramento dos impactos econômico-comerciais decorrentes da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC).	excluída	2
2043	941	Desenvolver iniciativas de integração produtiva com os Estados Partes do MERCOSUL e regulamentar o Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL.	nova	2
2043	941	Concluir o exame integral do funcionamento e dos resultados do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), nos termos do Artigo 81 da Decisão CMC 01/10 e do Artigo 2.º da Decisão CMC 40/12.	nova	2
2043	941	Regulamentar o Fundo de Garantias para Micros, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL.	nova	2
2043	941	Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para B	excluída	2
2043	947	Definir medidas necessárias para a plena implementação, até 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.	alterada	2
2044	0276	Ampliar a participação social, constituindo 03 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude	alterada	2
2044	0276	Apoiar ações e articular com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens	alterada	2
2044	0276	Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos	alterada	1
2044	0276	Constituir diretrizes de avaliação e monitoramento dos programas de juventude	alterada	2
2044	0276	Construir parcerias com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude	alterada	2
2044	0276	Criar ferramentas para internet e política de comunicação nas redes sociais	alterada	2
2044	0276	Elaborar proposta do Sistema Nacional de Juventude	alterada	2
2044	0276	Elaborar uma proposta de Plano Nacional de Juventude	alterada	2
2044	0276	Firmar parcerias em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional	alterada	2
2044	0276	Veicular produção sobre a juventude nas redes públicas de comunicação	alterada	2
2044	0960	Promover a adesão de oito (08) estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra	alterada	2
2044	0967	Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional	alterada	2
2044	0967	Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem	alterada	2
2044	0967	Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Micrrocédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza.	excluída	2
2044	0967	Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)	alterada	2
2044	0988	Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude	excluída	2
2044	0989	Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2044	0989	Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2.000 jovens moradores de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo	alterada	1
2048	0574	Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	alterada	1
2048	0574	Investir R\$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	nova	2
2048	0577	Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade	alterada	2
2048	0580	Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade	excluída	1
2048	0584	Monitorar e atualizar o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM	nova	2
2048	0592	Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.	alterada	1
2049	0383	Producir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural	alterada	1
2049	0755	Alcançar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social	alterada	2
2049	0756	Viabilizar a priorização da implementação de investimentos em infraestrutura social, financiados pelo Governo Federal em outros programas do PPA 2012-2015, nas áreas selecionadas pelo Programa Moradia Digna, para implementação de empreendimentos de habitação de interesse social.	alterada	2
2051	0549	Elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica	alterada	2
2052	0567	Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton	nova	2
2052	0567	Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura	alterada	1
2052	0567	Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional	nova	2
2052	0567	Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola	alterada	1
2052	0567	Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional	alterada	1
2052	0567	Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis de R\$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria	nova	1
2052	0567	Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura	alterada	1
2052	0567	Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado	alterada	1
2052	0567	Capacitar 5.000 pescadores artesanais em informática básica	alterada	1
2052	0567	Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios	alterada	2
2052	0567	Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2052	0567	Financiar 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza (pesca artesanal)	alterada	1
2052	0567	Financiar 20 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira	alterada	1
		Financiar 20 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) – Plano Safra da Pesca e Aquicultura	alterada	2
2052	0567	Implantar 05 Estações de Piscicultura	alterada	1
2052	0567	Implantar 50 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura	alterada	2
		Implantar e manutenir 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação	alterada	1
2052	0567	Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios	alterada	2
2052	0567	Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	alterada	2
2052	0567	Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras)	alterada	2
		Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura"	nova	1
2052	0567	Promover 3 estudos e prospecção de mercado para o levantamento de informações técnicas, econômicas e mercadológicas sobre a cadeia produtiva de pescado	nova	2
2052	0567	Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura	alterada	2
		Qualificar 750 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos	alterada	2
2052	0567	Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca	alterada	2
2052	0567	Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora	alterada	2
2052	0567	Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros	nova	1
2052	0567	Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios	nova	1
2052	0567	Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens	nova	1
2052	0567	Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros	excluída	2
2052	0567	Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios	nova	1
2052	0567	Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros	nova	1
		Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura	alterada	2
2052	0572	Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola	alterada	1
2052	0572	Implantar 150 cozinhas comunitárias	alterada	1
2052	0572	Implantar 150 pontos comerciais fixos	alterada	1
2052	0572	Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização	alterada	1
2052	0572	Implantar e adequar 15 unidades de recepção de pescado	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2052	0572	Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar –Uadaf)	alterada	2
2052	0572	Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 18.000 famílias	alterada	1
2052	0572	Manter 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR	alterada	2
2052	0576	Alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação	alterada	1
2052	0576	Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação	alterada	1
2052	0576	Criar 150 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré	alterada	2
2052	0576	Elevar a escolaridade de 20.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação	alterada	2
2052	0576	Implantar 187 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações	alterada	2
2052	0576	Realizar incubação e qualificação de 25 empreendimentos da pesca e aquicultura	excluída	2
2052	0583	Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras	excluída	2
2052	0583	Desenvolver 2 sistemas de informação para a coleta e a gestão dos dados dos programas de monitoramento e controle	nova	2
2053	0053	Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015)	alterada	2
2053	0061	Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial	alterada	2
2054	0322	Elaboração do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).	alterada	2
2054	0322	Implementar o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis (Brasil + 20).	alterada	1
2054	0322	Regulamentação de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida	alterada	2
2054	0589	Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e nos Municípios brasileiros.	alterada	1
2054	0589	Criar e manter o Observatório das Cidades	excluída	1
2054	0589	Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados	excluída	1
2055	0194	Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015	alterada	2
2055	0854	Implantar sistema informatizado para concessão de ex-tarifários	alterada	2
2055	0881	Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial	alterada	2
2056	0399	Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa	alterada	2
2056	0555	Concluir a formulação de um Programa de Tecnologias Críticas	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2056	0555	Concluir a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)	nova	2
2057	0900	Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação.	alterada	2
2057	0900	Implementar um programa inspirado no Projeto Rondon para a participação de universitários brasileiros em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa na África	excluída	2
2057	0901	Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional.	nova	2
2057	0901	Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas.	nova	2
2057	0901	Implementar mecanismos de diálogo e cooperação internacional na área do enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais.	nova	2
2057	0901	Negociar, no âmbito das Nações Unidas, instrumento multilateral sobre crimes cibernéticos.	alterada	2
2057	0901	Organizar, em parceria com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo da Organização dos Estados Americanos (CICTE/OEA), dois seminários e outros eventos voltados à segurança portuária e à segurança de grandes eventos	excluída	2
2057	0901	Promover a cooperação nas áreas de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil e de prevenção ao terrorismo.	alterada	2
2057	0907	Aumentar de 35 para 100 as contratações anuais para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos.	alterada	2
2057	0907	Estender para 15 cidades brasileiras, a realização dos seminários e das oficinas do Programa de Promoção de Exportações para a Organização das Nações Unidas (PPE-ONU)	excluída	2
2057	0907	Melhorar a qualidade da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet.	nova	2
2057	0907	Realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema.	nova	2
2057	0909	Assegurar a adoção por países da América do Sul, Central, Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T).	alterada	2
2057	0909	Capacitar os Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação e da governança da internet em suas respectivas áreas jurisdicionais.	nova	2
2058	0461	Implantar 90% da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª BAAAD) até 2015.	nova	2
2058	0461	Realizar 90% das adequações necessárias ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), propostas até 2016.	nova	2
2058	0463	Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X)	alterada	2
2058	0464	Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.	nova	2
2058	0482	Aumentar de 40% para 50% a adequação das organizações militares na Amazônia.	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2058	0482	Aumentar de 40% para 60% a adequação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, face a crises de grande vulto.	alterada	2
2058	0482	Aumentar de 60% para 80% a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica).	alterada	2
2058	0482	Aumentar de 60% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.	nova	2
2058	0482	Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira.	alterada	2
2058	0502	Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais	nova	2
2058	0502	Engajar 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"	alterada	2
2058	0519	Construção de 27 Navios-Patrulha de 500 t	alterada	2
2058	0519	Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015	alterada	2
2058	0521	Desenvolver 40% do Projeto Defesa Cibernética.	nova	2
2058	0521	Instituir o comitê de segurança da informação e comunicações	excluída	2
2058	0523	Atender 100% das necessidades de construção, modernização e/ou revitalização de Organizações Militares terrestres, preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha.	nova	2
2058	0523	Elevar o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição “Disponível” de 43% para 80%.	alterada	2
2058	0523	Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015.	alterada	2
2058	0527	Alcançar índice de 80% das necessidades de ampliação das Organizações Militares (OM) integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA)	excluída	2
2058	0532	Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).	nova	2
2058	0532	Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.	nova	2
2058	0533	Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.	nova	2
2058	0533	Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.	nova	2
2058	0533	Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).	nova	2
2058	0533	Editar e imprimir 610 cartas topográficas.	nova	2
2058	0533	Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.	nova	2
2058	0533	Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência	alterada	2
2058	0533	Executar o imageamento de 160.000 Km ² em áreas de não floresta.	nova	2
2058	0533	Executar o imageamento de 571.046 Km ² em áreas de floresta.	nova	2
2058	0533	Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).	nova	2
2058	0533	Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).	nova	2
2058	0533	Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).	nova	2
2058	0533	Produzir 189 cartas geológicas.	nova	2
2058	0533	Produzir 82 cartas aerogeofísicas.	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2058	0542	Ampliar a prontidão da Força Terrestre, por meio da instrução e adestramento das organizações militares, a fim de empregar tropas de valor batalhão para atender até três crises simultâneas.	nova	2
2058	0542	Estruturar a logística militar terrestre, por meio da criação de dois grupamentos logísticos e da adequação das unidades logísticas existentes.	nova	2
2058	0542	Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar.	nova	2
2058	0542	Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional.	alterada	2
2058	0547	Mapear 100% da infraestrutura logística nacional de interesse da defesa	excluída	2
2058	0547	Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos humanos	excluída	2
2058	0552	Adequar os arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE).	alterada	2
2058	0552	Desenvolver e obter produtos de defesa (PRODE) para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais, de aplicação militar e civil, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.	nova	2
2060	0912	Ampliação e manutenção do serviço Viva Voz (132) 24h como veículo para prestar informações e orientações sobre crack e outras drogas para usuários e familiares. PLANO CRACK, É POSSÍVEL VENCER!	nova	2
2060	0912	Realização permanente de campanhas publicitárias de utilidade pública (PUBs) sobre o tema drogas	alterada	2
2060	0912	Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas - Plano Crack, é possível vencer	alterada	2
2060	0912	Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias - Plano Crack, é possível vencer	alterada	2
2060	0912	Implantar/qualificar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Mínisterio Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas e seus familiares - Plano Crack, é possível vencer	alterada	1
2060	0912	Ofertar 120 mil vagas de capacitação para conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades - Plano Crack, é possível vencer	alterada	1
2060	0912	Ofertar 30 mil vagas de capacitação para lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - Plano Crack, é possível vencer	alterada	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2060	0912	Ofertar 30 mil vagas de capacitação para profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional - Plano Crack, é possível vencer	alterada	1
2060	0912	Ofertar cursos de capacitação para 210 mil educadores de escolas públicas, da Educação Básica, para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar - Plano Crack, é possível vencer	alterada	1
2060	0912	Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros. PLANO CRACK É POSSÍVEL VENCER!	alterada	2
2060	0923	Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a fomento da tutela cautelar	alterada	2
2060	0923	Disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento do ambiente no qual se iniciou/ desenvolveu e /ou estabeleceu o uso, abuso e/ou dependência de substância psicoativa, como o crack e outras drogas, em âmbito nacional.PLANO CRACK É POSSÍVEL VENCER!	nova	1
2061	0251	Adequar 80% da rede de atendimento	alterada	1
2061	0251	Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão	alterada	1
2061	0251	Reducir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias	alterada	2
2061	0251	Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada	alterada	2
2061	0252	Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB	alterada	2
2061	0252	Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB	nova	2
2061	0252	Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional	alterada	1
2061	0252	Reducir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB	nova	2
2061	0252	Reducir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB	nova	2
2061	0252	Reducir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB	nova	2
2061	0252	Reducir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0 % do PIB	nova	2
2061	0252	Reducir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB	nova	2
2061	0252	Revisar mais de 1 milhão de aposentadorias por invalidez concedidas há mais de 2 anos	excluída	2
2062	0259	Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial	excluída	2
2062	0259	Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais	excluída	1
2062	0435	Aprovar marco legal do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM)	nova	2
2062	0435	Aprovar marco legal para instituição do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE)	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2062	0435	Aprovar marco legal que agilize o repasse de recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA - para Estados e Municípios para implementação de políticas de proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.	alterada	2
2062	0435	Aprovar marco legal sobre proibição de castigos corporais	nova	2
2062	0435	Aprovar no CONANDA o Plano Nacional Decenal do Sistema Socioeducativo e as Normas Nacionais de Referência de Atendimento Socioeducativo	nova	2
2062	0435	Aprovar no CONANDA o seu Plano Nacional de Comunicação	nova	2
2063	0442	Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência	nova	2
2063	0442	Aprimorar marco legal e referenciais que garantam a efetivação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	nova	2
2063	0442	Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase	alterada	2
2063	0442	Coordenar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite visando a implementação e ampliação de suas metas	alterada	2
2063	0442	Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência	excluída	2
2063	0442	Definir conteúdos básicos e realizar capacitações em acessibilidade e em promoção de direitos da pessoa com deficiência	alterada	2
2063	0442	Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência	excluída	2
2063	0442	Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres	excluída	2
2063	0442	Promover a adoção de metas de desenvolvimento sustentável que contemplem a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade na esfera nacional e internacional	nova	2
2063	0442	Promover ações de difusão de conhecimento e disseminação de informações sobre a temática da pessoa com deficiência	nova	2
2063	0442	Promover ações para transversalizar a temática das pessoas com deficiência nas políticas de gênero, de igualdade racial e de povos indígenas	nova	2
2063	0442	Promover a interface entre os temas da pessoa com deficiência e da saúde mental	nova	2
2063	0568	Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda identificada pelo Ministério da Saúde	alterada	2
2063	0568	Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas	excluída	2
2063	0568	Acompanhar a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA e o estabelecimento de uma rede de pesquisa em tecnologia assistiva	alterada	2
2063	0568	Acompanhar a criação e execução do serviço de acolhimento institucional e promoção da autonomia das pessoas com deficiência em situação de dependência	alterada	2
2063	0568	Apoiar e orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2063	0568	Fomentar ações relacionadas à prevenção de deficiências e à segurança das pessoas com deficiência em situação de risco	nova	2
2063	0568	Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais	alterada	2
2063	0736	Apoiar e orientar a normalização da acessibilidade, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	nova	2
2063	0736	Apoiar estudos e pesquisas relacionados à acessibilidade	nova	2
2063	0736	Articular ações de acessibilidade nas comunicações	nova	2
2063	0736	Articular ações para o incentivo da acessibilidade em grandes eventos esportivos	nova	2
2063	0736	Articular ações para o incentivo da acessibilidade em prédios e serviços públicos	nova	2
2064	0255	Criar e manter o Comitê de Diversidade Religiosa	alterada	2
2064	0565	Incentivar instâncias locais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação.	alterada	1
2064	0742	Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes	excluída	2
2064	0975	Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal	excluída	2
2065	0962	Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015	alterada	2
2065	0962	Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015	alterada	2
2065	0962	Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas	alterada	2
2065	0962	Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015	nova	2
2066	0418	Promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 600 mil assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal.	nova	2
2066	0419	Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	alterada	2
2066	0419	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 11,2 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	alterada	2
2066	0419	Promover a regularização e a ratificação de 20 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	alterada	2
2066	0419	Regularização fundiária de 11,2 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal	alterada	2
2066	0419	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 4 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	alterada	2
2066	0420	Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria.	alterada	2
2066	0420	Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária.	alterada	2
2066	0420	Promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias	excluída	2
2066	0420	Promover articulação para a construção e reforma de prédios escolares, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2066	0421	Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes.	nova	1
2066	0421	Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.	alterada	2
2066	0421	Construir instrumentos de priorização do atendimento às mulheres rurais em projetos de organização, estruturação e comercialização produtiva.	alterada	2
2067	0319	Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores	excluída	1
2067	0319	Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores	excluída	1
2067	0319	Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores	excluída	1
2068	0353	Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano	alterada	2
2068	0353	Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano	alterada	2
2068	0353	Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento	alterada	2
2068	0353	Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental	excluída	1
2069	0378	Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral das pessoas	alterada	2
2069	0378	Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares	excluída	2
2069	0380	Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária	excluída	2
2069	0380	Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos	alterada	2
2069	0380	Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil Sem Miséria	alterada	2
2069	0380	Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil Sem Miséria	alterada	2
2069	0615	Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais	excluída	2
2069	0615	Apoiar 100 iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas	alterada	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2069	0615	Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria	nova	1
2069	0615	Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos	excluída	2
2069	0930	100% das Unidades Básicas de Saúde equipadas com balanças e antropômetros	alterada	2
2069	0930	Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)	alterada	2
2069	0930	Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados	alterada	2
2070	0825	Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras	nova	1
2070	0825	Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras	alterada	2
2070	0825	Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) coordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.	alterada	2
2070	0825	Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras	alterada	1
2070	0825	Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras	nova	1
2070	0825	Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras	alterada	1
2070	0825	Implantar e aprimorar mecanismos de fiscalização ostensiva de fronteiras, por meio da utilização de inovações tecnológicas: 01 Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras); 22 Sistemas de Comunicação; 33 Sistemas Integrados de Inteligência	excluída	2
2070	0825	Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras	alterada	1
2070	0825	Realizar 01 pesquisa sobre segurança pública nos 11 Estados de Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras	alterada	1
2070	0825	27 Unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação	alterada	2
2070	0825	27 Unidades da Federação com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante	alterada	2
2070	0825	Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no quadriênio	alterada	2
2070	0825	Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015	alterada	2
2070	0825	Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional no quadriênio	alterada	2
2070	0825	Ampliar a quantidade total de ações de fiscalização nas fronteiras (pessoas, veículos, aeronaves e embarcações) para 5.314.891 no quadriênio 2012-2015	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2070	0825	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	alterada	2
2070	0825	Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal	excluída	1
2070	0828	Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área	nova	1
2070	0828	Construção de diretriz sobre a Política de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras	nova	1
2070	0828	Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação	alterada	2
2070	0828	Produção anual de um Relatório Nacional de Dados Sobre Educação e Valorização Profissional na Segurança publica, a partir de 2013	excluída	1
2070	0828	Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública	alterada	2
2070	0828	Reaparelhamento e reestruturação do parque tecnológico dos Telecentros da Rede EAD da SENASP instalados em todo país	excluída	1
2070	0828	Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP	alterada	2
2070	0828	Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer.	nova	1
2070	0828	Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas.	nova	1
2070	0830	203.200 horas aula de capacitação executadas na área de inteligência	excluída	2
2070	0830	Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a novas UFs, com a adesão do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins	alterada	2
2070	0830	Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg	alterada	2
2070	0830	Apoiar 400 projetos para que as Guardas Municipais reúnam as condições técnicas para atuar na prevenção da violência	excluída	2
2070	0830	Apoiar a implementação de núcleos descentralizados de inteligência nas 27 UFs	nova	1
2070	0830	Atualizar a doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública - DNISP	alterada	2
2070	0830	Elaborar o Plano Nacional de Aviação em segurança Pública com normatização legislativa, elaboração de requisitos para aporte de recursos aos entes federados e estratégia de mobilização nacional em caso de catástrofes, desastres e em eventos de segurança pública de grande repercussão	nova	1
2070	0830	Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação	alterada	2
2070	0830	Integrar os sistemas de boletins de ocorrências das 27 UFs e os sistemas das instituições do Ministério da Justiça (DEPEN, DPRF, DPF) ao SINESP, de acordo com o que determina a Lei nº 12.681/2012.	alterada	1
2070	0830	Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2070	0830	Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012	alterada	2
2070	0830	Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros no quadriênio	alterada	2
2070	0830	Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação	excluída	1
2070	0830	Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs	alterada	1
2070	0830	Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal	excluída	2
2070	0831	Criar 42,5 mil novas vagas no sistema prisional pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.	nova	1
2070	0831	Reduzir o déficit carcerário em 8%	excluída	2
2070	0832	12 Centros de Comando e Controle Integrado Locais nos estádios das cidades sedes da Copa do Mundo 2014	excluída	1
2070	0832	12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos estados sede da Copa do Mundo 2014	excluída	2
2070	0832	15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros estados que não sediarão jogos da Copa do Mundo 2014	excluída	1
2070	0832	1 Backup do Centro de Comando e Controle Integrado Nacional no Rio de Janeiro	excluída	2
2070	0832	1 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional	excluída	2
2070	0832	34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos	alterada	2
2070	0832	Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções	alterada	1
2070	0833	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015	alterada	2
2070	0833	Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015	nova	1
2070	0833	Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico	nova	1
2070	0833	Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM)	nova	1
2070	0833	Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito	alterada	2
2070	0833	Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes	nova	1
2070	0833	Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	alterada	2
2070	0834	Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz	alterada	1
2070	0834	Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs	alterada	1
2070	0834	Formação de 3.300 policiais educadores do PROERD, no âmbito do programa Crack, é possível vencer	excluída	2
2070	0834	Fortalecimento de 150 secretarias e órgãos de gestão municipal de segurança pública	excluída	1
2070	0834	Fortalecimento de 30 Conselhos Comunitários de Segurança	excluída	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2070	0834	Fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implantação de 150 Territórios da Paz	excluída	1
2070	0834	Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura	excluída	1
2070	0834	Implantação de 436 Unidades de Preservação da Vida, com prioridade para os municípios com os maiores números de homônimos.	excluída	1
2070	0834	Implantação de 890 Postos de Segurança Comunitária	excluída	1
2070	0834	Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal	alterada	1
2070	0834	Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer	nova	1
2070	0834	Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população	nova	1
2070	0834	Instituição do Comitê Interministerial dos Territórios da Paz	excluída	1
2070	0834	Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra, visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população.	excluída	2
2072	0141	Realizar estudos de implantação de 9.513 km da malha ferroviária do país	alterada	2
2072	0146	Realizar estudos para a implantação de 365 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs	alterada	2
2072	0149	Construção de 9 integrações intermodal e intramodal	alterada	2
2073	0234	Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias	alterada	2
2074	0177	Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade	alterada	2
2074	0183	Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos	alterada	2
2074	0188	Elaborar 11 estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas	excluída	1
2074	0198	Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República	alterada	1
2074	0198	Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidências da República.	alterada	1
2074	0198	Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos	alterada	1
2074	0232	Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 10 portos organizados marítimos	alterada	1
2074	0233	Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem	alterada	2
2074	0233	Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos	alterada	2
2074	0453	Conceder dois portos organizados marítimos	nova	2
2074	0453	Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Meta	Situação	Razão
2074	0453	Implantar 2 novos portos organizados marítimos	alterada	2
2074	0453	Realizar 159 arrendamentos em portos organizados marítimos.	nova	2
2075	0130	Conceder 8.044 km de rodovias	alterada	2
2075	0131	Adequar 5.103,7 km de rodovias federais	alterada	2
2075	0136	Construir 19 contornos ou anéis rodoviários	alterada	2
2075	0137	Construir 5007,9 km de rodovias	alterada	2
2076	0738	Cumprir 100% da execução dos Termos de Compromisso relativos ao setor turismo com a iniciativa privada	excluída	2
2076	0740	Aumentar de 9,8 milhões de assentos ofertados em voos internacionais em 2010 para 15,2 milhões	excluída	2
2076	0740	Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros	nova	2

INICIATIVAS

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2012	0411	01AO	Disponibilização de insumos produtivos visando ao melhoramento da capacidade de produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais	excluída	1
2012	0412	01BE	Ampliação da diversificação da agricultura familiar no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco	excluída	1
2012	0412	01C4	Fomento e disponibilização de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, com componente de educação ambiental	excluída	1
2012	0412	01CB	Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER.	alterada	1
2012	0413	01CX	Fomento à diversificação econômica, à agroindustrialização e à produção de base ecológica e orgânica, da sociobiodiversidade e das cadeias de energia renováveis por meio da disponibilização de insumos produtivos, tecnologias e conhecimentos, com apoio à gestão de riscos, visando à promoção e ao fortalecimento da agricultura familiar e das políticas voltadas para o segmento, nos planos nacional, regional e internacional	alterada	1
2012	0413	01D1	Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para participação nas cadeias de energias renováveis	excluída	1
2012	0759	030H	Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações; à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres; bem como promoção da cidadania de mulheres rurais contemplando a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e o apoio à formalização	alterada	1
2013	0128	0094	Elaboração do Plano Nacional e de Planos Estaduais de Irrigação e Drenagem	alterada	2
2013	0128	009A	Implantação do Conselho Nacional de Irrigação	excluída	2
2013	0128	009B	Implantação do Conselho Consultivo de apoio à Agricultura Irrigada	excluída	2
2013	0128	009C	Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação	alterada	2
2013	0128	009D	Regulamentação do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2013	0163	00EF	Criação de programa de crédito voltado para agricultores de pequeno porte, com ênfase na região Nordeste, para suporte à utilização de tecnologias de irrigação e drenagem de baixo custo adaptadas às peculiaridades regionais.	alterada	2
2013	0163	00EI	Financiamento à implantação de projetos de irrigação e apoio financeiro às necessidades de investimento, custeio e comercialização, pelo BNDES e seus agentes.	alterada	2
2013	0171	04G6	Promoção da certificação de uso racional dos recursos hídricos dos projetos de irrigação	nova	2
2013	0175	00GG	Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Balsamo/AL	excluída	2
2013	0543	00I2	Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB	alterada	1
2013	0543	021B	Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social	alterada	2
2013	0543	021F	Estudos para redefinição e implementação de modelos de administração, operação, manutenção e de gestão ambiental de empreendimentos de interesse social	alterada	2
2013	0543	021I	Regularização fundiária e ambiental de empreendimentos de interesse social	alterada	2
2013	0543	021J	Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse social	alterada	2
2013	0544	04E3	Implantação do Projeto de Irrigação Gleba Mercedes no Município de SINOP com 2.000ha no Estado de Mato Grosso	nova	1
2013	0544	022S	Implantação do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/RS	nova	1
2013	0544	04G7	Estudos e Projetos para o Perímetro Irrigado do Canal do Sertão / BA-PE - 45.000 ha	nova	1
2013	0544	04G8	Estudos e Projetos para o Perímetro Irrigado de Jequitaí / MG - 18.000 ha	nova	1
2014	0350	010Y	Aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de informação do agronegócio e da capacidade armazenadora	alterada	1
2014	0350	02F5	Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras	alterada	1
2014	0350	02F6	Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento	alterada	1
2014	0350	02F9	Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais	alterada	1
2014	0350	02FE	Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos	alterada	1
2014	0601	02CH	Ampliação e consolidação do mercado de seguro	alterada	2
2014	0618	04F8	Regionalização da Política Agrícola	nova	2
2014	0661	0489	Capacitação dos agentes do agronegócio café	excluída	1
2014	0661	02GN	Promoção e fomento ao setor cafeeiro	alterada	1
2014	0743	02WU	Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC)	alterada	1
2014	0743	02WW	Realização de Campanhas Publicitárias sobre os Benefícios Econômicos, Sociais e Ambaciais das ações que compõem o plano ABC	alterada	2
2014	0743	02WY	Zoneamento de áreas de Pastagens na Amazônia Legal (ABC)	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2014	0743	04F9	Criação e Implementação do Sistema de Informação do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)	nova	2
2014	0744	02X7	Implantação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica	alterada	2
2014	0744	02XB	Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica	alterada	1
2014	0747	02XH	Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário	alterada	1
2015	0714	04E0	Gestão de insumos para prevenção e controle de doenças.	nova	1
2015	0714	02Q5	Fortalecimento da promoção e da vigilância em saúde	alterada	1
2015	0714	02QG	Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis	excluída	1
2015	0719	04E1	Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.	alterada	1
2015	0724	02S3	Fortalecimento do SUS por meio da gestão participativa, da participação social e da promoção da equidade em saúde.	alterada	1
2015	0724	02S6	Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde	excluída	1
2015	0724	02S7	Implementação de processos de informatização do SUS alinhados com a Política de Informação e Informática em Saúde – PNIIS.	alterada	1
2015	0725	02S9	Fortalecimento do Controle Interno do SUS, com foco nas marcas de governo e no Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) para a melhoria do acesso e do combate ao desperdício.	alterada	1
2015	0725	02SA	Desenvolvimento e aprimoramento das ações de Ouvidoria Ativa para ampliar e fortalecer o Sistema Nacional de Ouvidoria.	alterada	1
2015	0726	02SU	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio de Acesso aos Medicamentos e Insumos dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado.	alterada	1
2016	0935	03YB	Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres, por meio da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais, a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação e a igualdade entre mulheres e homens	alterada	1
2016	0998	049S	Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.	excluída	1
2016	0998	049U	Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2016	0998	049X	Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres e de mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução de mitos e estereótipos	alterada	1
2017	0083	0076	Construção e Adequação das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal	alterada	1
2017	0083	0078	Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	alterada	1
2017	0083	04DW	Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante	nova	2
2017	0085	007S	Adoção de mecanismos para assegurar o atendimento dos requisitos previstos na regulação pelos provedores de serviço de aviação civil	excluída	1
2017	0085	007V	Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização dos requisitos de regulação junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos	alterada	1
2018	0506	01TJ	Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação	excluída	1
2018	0506	01U2	Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais	excluída	1
2018	0510	01WV	Gestão ambiental e conservação dos biomas brasileiros	excluída	1
2018	0510	01X4	Ordenamento e estruturação da visitação no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	excluída	1
2020	0867	03K9	Estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil	excluída	1
2020	0867	03KA	Gestão do acervo da Comissão de Anistia, estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade.	alterada	1
2020	0868	03KB	Estruturação da atividade de produção de estudos e análise de informação, com foco na aplicação ao processo decisório do DPDC e ênfase nas questões consumeristas que envolvem os cidadãos que ascenderam ao mercado de consumo nos últimos anos, a partir da ampliação e constante inovação do SINDEC e do fortalecimento do trabalho de monitoramento de mercado, principalmente em setores regulados	excluída	1
2020	0868	03KC	Fortalecimento da articulação institucional do DPDC com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com os representantes da sociedade civil e com os diversos atores internacionais que atuam na defesa do consumidor	excluída	1
2020	0868	03KD	Fortalecimento da Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil	alterada	1
2020	0868	03KE	Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, com o aprofundamento de seu papel de foro de discussão dos temas mais relevantes para a defesa do consumidor, ampliação da oferta de cursos para os técnicos e agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e disseminação da defesa do consumidor junto aos órgãos reguladores e ministérios	excluída	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2020	0872	03KQ	Consolidação da política nacional de arquivos e da rede nacional de cooperação e informações arquivísticas	excluída	1
2020	0872	03KR	Modernização e integração sistêmica dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal	excluída	1
2020	0872	03KS	03KS - Modernização, gestão e integração sistêmica dos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal e preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional.	alterada	2
2020	0875	03KV	Aprimoramento do sistema de Justiça, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão	alterada	2
2020	0875	03KW	Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, bem como ações voltadas à conscientização e à efetivação de direitos.	alterada	1
2020	0880	03LA	Intensificação das relações federativas e implantação de Rede de Articulação Federativa	excluída	1
2022	0054	04DF	Modernização e adequação dos sistemas de produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP (PR)	nova	1
2022	0553	023X	Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis	alterada	2
2023	0823	03D9	Mapeamento dos setores de comércio e serviços no país	excluída	2
2023	0824	03CN	Estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços intangíveis, a partir dos dados disponibilizados pelo SISCO SERV	alterada	1
2023	0824	03CS	Implantação e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCO SERV)	alterada	1
2023	0824	03DE	Capacitação de empresários, profissionais e representantes de entidades do setor terciário	excluída	2
2023	0824	03DG	Instituição de normas técnicas e certificação das empresas de comércio e serviços e aperfeiçoamento da interface empresa-consumidor	excluída	2
2023	0824	03DJ	Promoção dos segmentos de comércio e serviços	excluída	2
2023	0824	03DK	Proposição de medidas de adequação das legislações tributárias e trabalhistas às especificidades dos segmentos de comércio e serviços	excluída	2
2024	0805	039B	Realização de investigações de defesa comercial e fraude de origem	alterada	1
2024	0808	03AG	Implantação do Escritório do Exportador com a finalidade de atuar como centro da difusão da cultura exportadora e de orientação de empresários, gestores públicos e agentes de comércio exterior na área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	excluída	2
2024	0808	03AL	Promoção do acesso a mercados internacionais por meio do provimento de apoio à adaptação de produtos às exigências dos mercados importadores	excluída	2
2024	0809	03AS	Construção e implementação de estratégias para promover o Comércio Exterior Brasileiro	alterada	1
2024	0809	03B8	Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais	excluída	2
2024	0820	03CJ	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior	alterada	1
2025	0752	02Z0	Estímulo ao desenvolvimento de aplicações, serviços e conteúdos digitais	excluída	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2025	0752	02Z2	Implantação de Cidades Digitais	excluída	1
2025	0753	02Z9	Desenvolvimento de conteúdos e aplicações	excluída	1
2025	0753	02ZC	Implantação dos canais públicos de TV Digital	excluída	1
2025	0753	02ZE	Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços	excluída	1
2028	0366	04BQ	Promoção da Defesa Agropecuária	nova	
2028	0366	04D4	Fiscalização das Atividades Agropecuárias	nova	1
2028	0620	02ET	Implementação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros	excluída	1
2028	0620	02EV	Prevenção, controle e erradicação de doenças de animais aquáticos	excluída	1
2028	0620	04BO	Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola	nova	1
2028	0620	04FC	Apoiar a ampliação da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - Renaqua	nova	2
2029	0979	0469	Ampliação e qualificação da oferta de bens e serviços para os territórios, buscando a promoção da inclusão socioprodutiva, com a consolidação de empreendimentos econômicos, a estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar, o apoio à infraestrutura e serviços nos territórios rurais e a gestão social, garantindo a constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais, o apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento.	alterada	1
2029	0981	046E	Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania	excluída	1
2029	0982	046H	Aprovação do marco legal nacional da Política Pública e do Fundo Nacional de Economia Solidária	excluída	2
2029	0982	046I	Atualização e aperfeiçoamento do marco legal da economia solidária, do cooperativismo, das cooperativas de trabalho e do cooperativismo social	alterada	2
2029	0982	046K	Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do comércio justo e do consumo consciente	alterada	2
2029	0982	046L	Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional com a implantação de sistema de políticas públicas de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, realização de conferência, apoio ao conselho nacional, manutenção do sistema de informações e apoio a espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de economia solidária	alterada	1
2029	0982	046M	Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, incluindo o funcionamento do Conselho Nacional e realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária	excluída	1
2029	0982	046N	Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário	excluída	1
2029	0982	046O	Promoção de ações intersetoriais para o fortalecimento do cooperativismo social	excluída	1
2029	0983	046P	Certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental	excluída	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2029	0983	046Q	Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária	excluída	1
2029	0983	046S	Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário com adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários	alterada	1
2029	0983	046T	Fomento e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação de produção, comercialização, finanças solidárias e consumo com formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e apoio à infraestrutura	alterada	1
2029	0983	046U	Promoção da adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários	excluída	1
2029	0983	046V	Promoção do acesso às compras governamentais para produtos e serviços da economia solidária	excluída	1
2029	0983	046W	Promoção da comercialização de produtos e serviços da economia solidária por meio do acesso às compras governamentais, do fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço de apoio à comercialização e da certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental	alterada	1
2030	0596	02BP	Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral	alterada	2
2030	0597	02BQ	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente	alterada	1
2030	0597	02BT	Elaborar estudos para subsidiar a definição de diretrizes para a política nacional de saúde ocupacional dos profissionais da educação e estabelecer ações voltadas para a prevenção e atenção à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os entes federados	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2030	0599	02C5	Prestação de assistência técnica, mediante a realização e divulgação de estudos, aos Estados, Distrito Federal e Municípios sobre critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de diretores de escola, bem como das formas de participação da comunidade escolar na respectiva escolha	alterada	2
2031	0582	02A0	Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.	alterada	2
2031	0582	02A5	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.	alterada	2
2031	0582	02A6	Formulação e avaliação de políticas, programas, diretrizes e referenciais da educação profissional e tecnológica	alterada	2
2031	0588	02B3	Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.	alterada	2
2032	0841	04DY	Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	nova	1
2033	0023	04EQ	Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM)	nova	1
2033	0037	04DJ	Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga em Itaparica (BA)	nova	1
2034	0986	0477	Desenvolver cooperação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estabelecendo linhas de parceria em ações relacionadas à questão indígena	excluída	2
2034	0986	0478	Mapeamento e levantamento socioeconômico e de demandas por serviços e programas sociais dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em sua diversidade, bem como acompanhamento de ações de desenvolvimento sustentável nessas comunidades	alterada	2
2034	0986	0479	Articulação com Instituições que tem como finalidade a preservação do patrimônio Histórico, Artístico e Cultural para desenvolvimento de ações específicas junto aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2034	0986	04DX	Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade e a participação nos espaços de gestão pública, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao etnodesenvolvimento desses povos e comunidades	nova	1
2035	0669	01R0	Apoio das Forças Armadas ao acesso de crianças e adolescentes ao esporte e lazer.	alterada	2
2035	0669	02HW	Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)	alterada	1
2037	0282	00WM	Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão	alterada	2
2037	0282	00WN	Aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão para ampliar e qualificar o atendimento e acompanhamento às famílias	excluída	2
2037	0370	013T	Expansão, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da rede de Proteção Social Especial, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão	alterada	2
2037	0370	013W	Produção, organização e aperfeiçoamento dos mecanismos de orientações técnicas, normativos, protocolos e fluxos intersetoriais para ampliar e qualificar o atendimento e o acompanhamento especializado às famílias e indivíduos	excluída	2
2037	0372	0142	Aprimorar a regulação do SUAS	excluída	2
2037	0372	0145	Promover e apoiar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda, bem como construir métodos e processos de trabalho qualificados para essa integração	excluída	2
2037	0372	0146	Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e controle social, do aperfeiçoamento da regulação e da tecnologia da informação utilizada, da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais, contemplando a realização anual do Censo SUAS	alterada	2
2039	0887	03MP	Autorização para funcionamento das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e demais atos societários sujeitos a aprovação do Banco Central, bem como dos atos de concentração das instituições integrantes do SFN e seus efeitos sobre a concorrência	excluída	1
2039	0887	03MV	Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito, bem como desenvolvimento de programa de educação e inclusão financeira	alterada	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2039	0887	03MW	Desenvolver programa de educação e inclusão financeira com foco na promoção de informação, formação e orientação quanto às políticas monetária e cambial, ao planejamento financeiro, ao meio circulante e aos produtos e serviços disponibilizados pelas entidades	excluída	1
2039	0887	03MX	Regulação, organização e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, com vistas a um sistema sólido e eficiente	alterada	1
2039	0887	03NE	Realização da supervisão e do monitoramento da atuação das instituições financeiras e das demais sociedades que operam no mercado financeiro, com a devida apuração das infrações às normas legais e regulamentares instituídas, além do monitoramento dos mercados financeiros e atendimento a denúncias e reclamações dos cidadãos e atendimento a demandas dos diversos poderes	excluída	1
2039	0893	0496	Apoio à abertura de contas simplificadas	excluída	2
2039	0893	0498	Fomento ao Micropenhor	excluída	2
2039	0893	03OC	Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes	alterada	2
2039	0893	04FF	Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da Estratégia Negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável	nova	2
2039	0894	03OG	Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários e realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado	alterada	1
2039	0894	03OH	Impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar	excluída	1
2039	0894	03OI	Realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais	excluída	1
2039	0894	03OJ	Regulamentar o mercado de valores mobiliários, e assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários e seus emissores	excluída	1
2039	0894	03OK	Regulamentar o mercado de valores mobiliários, assegurando o acesso do público às informações sobre os valores mobiliários e seus emissores; supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado (inclusive por meio de modelo baseado em risco), bem como a veiculação de informações às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados; e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da CVM ou de leis especiais relacionadas	alterada	1
2039	0895	03OL	Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral	excluída	1
2039	0895	03OO	Promover a educação securitária e previdenciária e a orientação à sociedade sobre os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta.	alterada	1
2040	0172	00FA	Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres	excluída	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2040	0172	00FF	Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil.	alterada	2
2040	0172	00FH	Promover a articulação dos entes federados, da sociedade e de organismos internacionais por meio da organização e participação em fóruns de discussão.	alterada	2
2042	0842	03GG	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias para atender a agricultura familiar, os grandes desafios nacionais, a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira	alterada	1
2042	0845	03GM	Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia	alterada	1
2043	0941	0400	Revisão do sistema de consultas estabelecido pela Diretriz CCM Nº 17/99 - Mecanismo de consultas na Comissão de Comércio.	excluída	2
2043	0941	03ZJ	Elaboração de proposta de harmonização de regimes nacionais de drawback e admissão temporária	excluída	2
2043	0941	03ZL	Elaboração de proposta de procedimentos para quem os Estados Partes intercambiem anualmente informação sobre incentivos.	excluída	2
2043	0941	03ZV	Negociação de proposta de revisão da Tarifa Externa Comum	excluída	2
2043	0941	03ZZ	Revisão do Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL constante das Decisões CMC Nº 34/03, 59/08 e 65/12.	alterada	2
2043	0941	04H1	Negociação do regulamento do Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL estabelecido pela Decisão CMC 67/12.	nova	2
2044	0967	043T	Coordenar a operacionalização das ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)	alterada	2
2044	0967	044E	Fortalecer as ações de qualificação profissional voltadas para a juventude	alterada	2
2044	0988	047F	Implementação do programa Estação Juventude e fomento a ações de autonomia e emancipação de jovens, contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude	alterada	1
2046	0564	04EL	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	nova	1
2047	0837	04E2	Apoio a projetos de desenvolvimento integrado de micro e pequenas empresas, inclusive artesanais	nova	1
2048	0577	0298	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Manaus/AM, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações	excluída	2
2048	0577	029C	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Salvador/BA, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações	excluída	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2048	0577	029D	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em São Paulo/SP, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações	excluída	2
2050	0698	02MM	Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, inclusive o Fundo Amazônia	alterada	2
2051	0479	04EM	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE)	nova	1
2051	0479	04EN	Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri (PE)	nova	1
2051	0479	04FL	Implantação do Sistema Adutor do Pajeú (PE e PB)	nova	1
2052	0567	0262	Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola	excluída	1
2052	0567	0265	Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas e consolidação da estrutura do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União	excluída	1
2052	0567	02AQ	Equalização da taxa de juros em financiamentos para a ampliação e modernização da frota pesqueira nacional	alterada	2
2052	0567	044R	Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo a comercialização e o consumo de pescado	alterada	2
2052	0567	04EO	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola	nova	1
2052	0567	04FG	Promover a desoneração da folha de pagamento da cadeia produtiva aquícola e pesqueira no âmbito do Brasil Maior	nova	2
2052	0567	04FH	Apoiar a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) e Transferência de Tecnologia (TT) (CBPA) - MPA/MCTI/Embrapa	nova	2
2052	0567	04FI	Apoiar a criação do Instituto Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Pesqueiro – Indep	nova	2
2052	0567	04FJ	Manter a regularização de parques aquícolas	nova	2
2052	0572	027D	Desenvolvimento de Infraestrutura pesqueira e aquícola	excluída	2
2052	0572	027L	Implantação do Terminal Pesqueiro Público de Belém	excluída	1
2052	0572	027M	Implantação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro	excluída	1
2052	0572	027Q	Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da terminais pesqueiros públicos	alterada	1
2052	0572	04DZ	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	nova	1
2052	0576	028T	Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola	excluída	1
2052	0583	02A8	Criação de escolas profissionalizantes, voltadas para a qualificação do profissional da pesca e aquicultura	excluída	1
2052	0583	02AJ	Implantação de projetos demonstrativos e novas tecnologias para a diversificação da pesca	excluída	1
2052	0583	02AK	Implementação e fortalecimento dos sistemas de monitoramento, informação e registro do MPA	excluída	1
2052	0583	04AW	Fiscalização e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e aquícolas	nova	2
2053	0057	04DD	Ampliar a capacidade de processamento de Gás Natural do Terminal de Cabiúnas (RJ).	nova	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2054	0321	00ZM	Apoio técnico e institucional à elaboração de projetos de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural.	alterada	2
2055	0847	03GU	Implantação de Sistema de Monitoramento da Política Industrial	alterada	1
2055	0847	03IR	Apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs	alterada	2
2055	0847	03IS	Apoio ao desenvolvimento de médias empresas nos APLs	alterada	2
2055	0847	03IT	Desenvolvimento de redes de empresas, consórcios, e cooperativas de produção, promoção, crédito e/ou comercialização nos APLs	alterada	2
2055	0847	03IU	Extensionismo industrial e empresarial em APLs	alterada	2
2055	0847	03IV	Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs	alterada	2
2055	0847	03IY	Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais	alterada	2
2055	0847	04DH	Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas	alterada	2
2055	0854	03HU	Implantação de Melhorias no processo de concessão de ex-tarifários	alterada	2
2055	0881	03LB	Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação junto aos setores produtivo, acadêmico, tecnológico e governamental	alterada	1
2057	0906	04GB	Ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica 62 (MERCOSUL-Cuba).	nova	2
2057	0906	04GC	Negociação de Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com os novos membros da ALADI, Panamá e Nicarágua, e subsidiariamente, com os demais países da América Central e do Caribe.	nova	2
2057	0909	03TS	Atração de investimentos diretos estrangeiros em setores intensivos em tecnologia e conhecimento, priorizando o estabelecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de empresas estrangeiras no Brasil, além de estímulo à formação de associações empresariais e incubação de novas empresas nesses setores.	alterada	2
2057	0909	03TV	Cooperação bilateral, plurilateral e regional na área de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs)	alterada	2
2057	0909	03TX	Mobilização da diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação para promover o avanço da ciência e tecnologia no Brasil, inclusive mediante transferência de processos de inovação críticos desenvolvidos no exterior.	alterada	2
2057	0909	03TZ	Coordenação da posição oficial brasileira relativa à participação nos foros internacionais sobre governança da Internet.	alterada	2
2057	0909	04GA	Promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação no âmbito dos mecanismos IBAS e BRICS e das Cúpulas birregionais (ASA, ASPA, CELAC-UE).	nova	2
2057	0915	03UT	Apoio à distribuição do audiovisual brasileiro no exterior.	alterada	2
2057	0915	03V7	Promoção da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior.	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2058	0461	04E8	Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa	nova	1
2058	0461	04E9	Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA	nova	1
2058	0461	01HD	Adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)	excluída	2
2058	0464	04E5	Aquisição de Aeronaves de Transporte Militar e de Reabastecimento em Vôo - Projeto KC-X2	nova	1
2058	0464	04E6	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	nova	1
2058	0464	04E7	Aquisição de Aeronave de Transporte - Projeto VC-X2	nova	1
2058	0482	01LS	Adequação de instalações militares para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)	excluída	1
2058	0482	01LT	Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)	excluída	1
2058	0502	04GE	Desenvolvimento de Atletas Militares	nova	2
2058	0502	04GF	Fortalecimento da Consciência Cidadã do Universitário.	nova	2
2058	0519	01YS	Construção de navios-patrulha de 500 t	alterada	2
2058	0519	01Z1	Sistemas operativos	excluída	2
2058	0519	04ED	Construção de Navios Aeródromos (NAe)	nova	1
2058	0519	04EE	Construção de Navios de Propósitos Múltiplos (NPM)	nova	1
2058	0519	04EF	Construção de Navios Escoltas (NEsc)	nova	1
2058	0519	04EG	Construção de Navios Varredores (NV)	nova	1
2058	0519	04EH	Construção de Navios de Socorro Submarino (NSS)	nova	1
2058	0519	04EI	Construção de Rebocadores de Alto Mar (RbAM)	nova	1
2058	0519	04EJ	Construção de Navios de Assistência Hospitalar (NAsH)	nova	1
2058	0519	04EK	Construção de Navios Anfíbios	nova	2
2058	0523	01ZT	Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres	alterada	2
2058	0523	04C5	Implantação da Segunda Esquadra	alterada	2
2058	0527	01ZX	Desenvolvimento das Atividades de Auxílio à Navegação e de Registro e Fiscalização de embarcações	alterada	1
2058	0527	01ZZ	Registro e fiscalização de embarcações	excluída	1
2058	0528	0200	Desenvolvimento da Propulsão Nuclear de Submarino	alterada	1
2058	0528	0201	Manutenção, operação e descomissionamento de instalações e sistemas do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	excluída	1
2058	0532	0208	Obtenção de armamento e munição	excluída	2
2058	0532	0209	Obtenção de material individual, de estacionamento, aeroterrestre e demais Materiais de Emprego Militar (MEM)	excluída	2
2058	0532	020E	Obtenção, modernização e recuperação de aeronaves e simuladores para aviação do Exército	excluída	2
2058	0532	04EA	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	nova	2
2058	0532	04EB	Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2058	0532	04EC	Aquisição de Blindados Guarani	nova	1
2058	0534	04E4	Apoio à Realização de Grandes Eventos	nova	2
2058	0542	04GJ	Implantação do Projeto Recuperação da Capacidade Operacional (RCO ou RECOP)	nova	2
2058	0554	0243	Atendimento aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de defesa	excluída	1
2058	0554	0245	Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca em caso de desastres	excluída	1
2058	0554	0248	Cooperação internacional na área de defesa	excluída	1
2058	0554	024D	Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras	excluída	1
2058	0971	044V	Construção de próprios nacionais residenciais	excluída	2
2060	0912	03UG	Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira, bem como capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas.	alterada	2
2060	0920	03WY	Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas	excluída	2
2060	0921	03X0	Apoio a projetos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas	excluída	2
2060	0923	03X4	Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas	alterada	2
2061	0252	00RE	Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios	alterada	2
2062	0259	00TA	Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares.	alterada	1
2062	0259	00TJ	Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa	alterada	1
2063	0442	01GM	Articulação com as entidades de classe para garantia do compromisso da empregabilidade	excluída	2
2063	0442	01GO	Articulação dos programas federais para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e fortalecimento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite	alterada	2
2063	0442	01GP	Articulação e monitoramento junto ao Sistema S de capacitações e iniciativas de qualificação para pessoas com deficiência	excluída	2
2063	0442	01GS	Articulação para promover a empregabilidade da pessoa com deficiência	alterada	2
2063	0442	01GX	Fortalecimento da participação social por meio da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência	alterada	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2063	0442	01GY	Inserção de conteúdos sobre promoção da acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência para formação e capacitação	alterada	2
2063	0442	01GZ	Participação e acompanhamento das iniciativas de prevenção de acidentes e patologias que resultem em deficiências	alterada	2
2063	0442	01H0	Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal	excluída	1
2063	0442	04FK	Efetivação das ações de reparação vinculadas à questão do isolamento compulsório em hospitais colônia devido à hanseníase	nova	2
2063	0568	0271	Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência	alterada	2
2063	0568	026V	Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal	alterada	1
2063	0568	026Z	Estímulo à criação de linhas de pesquisa e à elaboração de conteúdos da temática de direitos humanos da pessoa com deficiência junto a instituições de ensino e institutos de pesquisa	alterada	2
2063	0736	02US	Apoio às iniciativas voltadas para formação de rede de pesquisa, ensino e extensão sobre a temática da acessibilidade junto às instituições de ensino e outros parceiros	alterada	2
2063	0736	02UT	Articulação para incentivar a promoção da acessibilidade na cultura, no esporte, no turismo e no lazer	alterada	2
2063	0736	02UV	Articulação para promoção da acessibilidade nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em especial no que diz respeito ao programa Minha Casa, Minha Vida 2	alterada	2
2063	0736	02UZ	Fomento à criação, atualização e divulgação de estudos e pesquisas e de instrumentos normativos relacionados ao tema da acessibilidade de forma a garantir o seu uso na produção, no transporte, na informação e na comunicação, dos espaços na cidade e no campo	alterada	2
2064	0254	00RK	Fomento para ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica	alterada	1
2064	0255	00S3	Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão	alterada	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2064	0972	0452	Coordenação da Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase e que tiveram reconhecimento pelo Estado de violação de seus direitos	excluída	2
2064	0973	045B	Fiscalização para erradicar o trabalho análogo a de escravo	alterada	1
2065	0943	0406	Realizar a delimitação, a demarcação e a regularização fundiária, a fiscalização, a vigilância, o combate e a prevenção de ilícitos, o monitoramento territorial, espacial e ambiental e, a extrusão de não índios das terras indígenas, bem como localizar e proteger povos indígenas isolados e de recente contato	alterada	1
2065	0943	0408	Localizar e proteger povos indígenas isolados	excluída	1
2065	0943	040A	Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas	excluída	1
2065	0948	0428	Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social e ambiental dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais, o etnodesenvolvimento e as perspectivas de gênero e geracional destes povos	alterada	1
2065	0949	042A	Apoiar projetos, eventos e estudos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas, e preservar e difundir o conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas	alterada	1
2065	0949	042C	Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas	excluída	1
2066	0419	01E3	Construção de malhas fundiárias municipais, a serem consolidadas em banco de dados estaduais, contribuindo com a governabilidade fundiária plena	excluída	1
2066	0419	01E4	Destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009	excluída	1
2066	0419	01E6	Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais	excluída	1
2066	0419	01E7	Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso	alterada	1
2066	0419	01E8	Gestão de malha fundiária e destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009	alterada	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2066	0419	01EB	Qualificação dos beneficiários e potenciais beneficiários das ações de regularização fundiária visando ao acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com ênfase para os que se encontram em situação de pobreza	excluída	1
2066	0419	01ED	Regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais	excluída	1
2066	0420	01EL	Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, em articulação com o Cadastro Único de Políticas Sociais do Governo Federal (CAD Único), visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.	alterada	2
2066	0420	01EO	Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização	excluída	1
2066	0420	01EP	Propiciar as condições básicas de acesso, abastecimento de água, moradia, segurança alimentar e início de estruturação produtiva para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.	alterada	2
2066	0421	01ES	Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento	excluída	1
2066	0421	01EU	Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres	alterada	2
2066	0421	01EW	Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres	excluída	1
2066	0422	01F0	Implantação de bibliotecas rurais, visando a incentivar a leitura entre as populações do campo	excluída	1
2066	0423	01F2	Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural e proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais	alterada	1
2066	0423	01F3	Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais	excluída	1
2066	0735	02UN	Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	alterada	1
2069	0378	014U	Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas, inclusive para a agricultura urbana	alterada	2
2069	0615	02E8	Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários e apoio a outras iniciativas de segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva	alterada	1

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2070	0830	03DV	Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp	alterada	2
2070	0830	03DW	Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial.	alterada	1
2070	0830	03DY	Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União	excluída	1
2070	0831	03E2	Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação	excluída	1
2070	0831	03E3	Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação	excluída	1
2070	0831	03E5	Contribuir para a manutenção das Casas Abrigo, que integram a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, visando ao fortalecimento da rede e ampliação do atendimento às mulheres nesta situação	excluída	1
2070	0831	03E6	Estruturação da política voltada à efetivação dos direitos da mulher encarcerada	excluída	1
2070	0831	03E7	Humanizar o sistema prisional pela implementação de ações de reintegração social do preso, de alternativas penais e de controle social	alterada	1
2070	0831	03E9	Apoiar os sistemas prisionais estaduais pela implementação de ações de redução do déficit de vagas e de modernização do sistema criminal e penitenciário	alterada	1
2070	0831	03EB	Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias	excluída	1
2070	0831	03ED	Reintegração social do preso, internado e egresso	excluída	1
2070	0832	03EE	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos	alterada	2
2070	0833	03EH	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.	alterada	1
2070	0834	03EI	Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.	alterada	2
2074	0177	00IL	Adequação da naveabilidade no Porto de Santos (SP)	nova	1
2074	0177	04DS	Adequação da naveabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	nova	1
2074	0188	04DV	Adequação de terminal de passageiros no Porto de Santos (SP)	nova	1
2075	0130	04EX	Concessão da Rodovia BR-101/BA, Feira de Santana/BA a Mucuri/BA - 772,3 km	nova	2
2075	0130	04EY	Concessão da Rodovia BR-262/ES/MG, Viana/ES a João Monlevade/MG - 376,9km	nova	2
2075	0130	04EZ	Concessão da Rodovia BR-163/MT, Divisa MT/MS a Sinop/MT - 821,6 km	nova	2

1 - Atualização em função da aprovação da LOA 2013 ou de leis de crédito (Lei 12.593/2012, art. 21, § 4º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso II)

2 - Atualização de atributos gerenciais do PPA (Lei 12.593/2012, art. 21, § 5º; e Decreto 7.866/2012, art. 11, inciso I)

Programa	Objetivo	Iniciativa	Iniciativa	Situação	Razão
2075	0130	04F0	Concessão da Rodovia BR-050/GO/MG, Cristalina/GO a Divisa MG/SP - 425,8 km	nova	2
2075	0130	04F1	Concessão das Rodovias BR-060-153-262/DF/GO/MG, Brasília/DF - Divisa MG/SP - Betim/MG - 1.176,5 km	nova	2
2075	0130	04F2	Concessão das Rodovias BR-153/TO/GO, Anápolis/GO a Palmas/TO - 814km	nova	2
2075	0130	04F3	Concessão das Rodovias BR-163/MS, Divisa MS/MT a Divisa MS/PR; BR-267/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP; BR-262/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP - 1.423,3 km	nova	2
2075	0131	00A7	Adequação da Rodovia BR-116/BA	nova	1
2075	0131	00AA	Adequação da Rodovia BR-262/ES	nova	1
2075	0131	04BY	Adequação da Rodovia BR-304/RN	alterada	1
2075	0131	04D7	Adequação da Rodovia BR-110/RN	alterada	1
2075	0136	04ER	Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - BR-040/MG, BR-262/MG e BR-381/MG	nova	1
2075	0136	04F4	Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE	nova	1
2075	0137	00B8	Construção da BR-158/MT	nova	1
2075	0137	00BD	Construção da BR-242/TO	nova	1
2075	0137	04F7	Construção da BR-392/RS	nova	1
2075	0137	04FA	Construção da BR-422/PA	nova	1
2075	0139	04BR	Construção da BR-422/PA	excluída	1
2075	0140	04ES	Construção da 2a ponte sobre o Rio Guaíba - na BR-116/RS e BR-290/RS	nova	1
2076	0738	02VR	Promoção e marketing dos megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil nos mercados nacional e internacional	excluída	2
2076	0738	02VT	Qualificação dos profissionais diretamente envolvidos com os turistas para os megaeventos esportivos - Bem Receber, com prioridade para profissionais da terceira idade	excluída	2
2076	0740	02W2	Promoção de investimentos turísticos brasileiros no exterior	excluída	2

Ministério do
Planejamento

